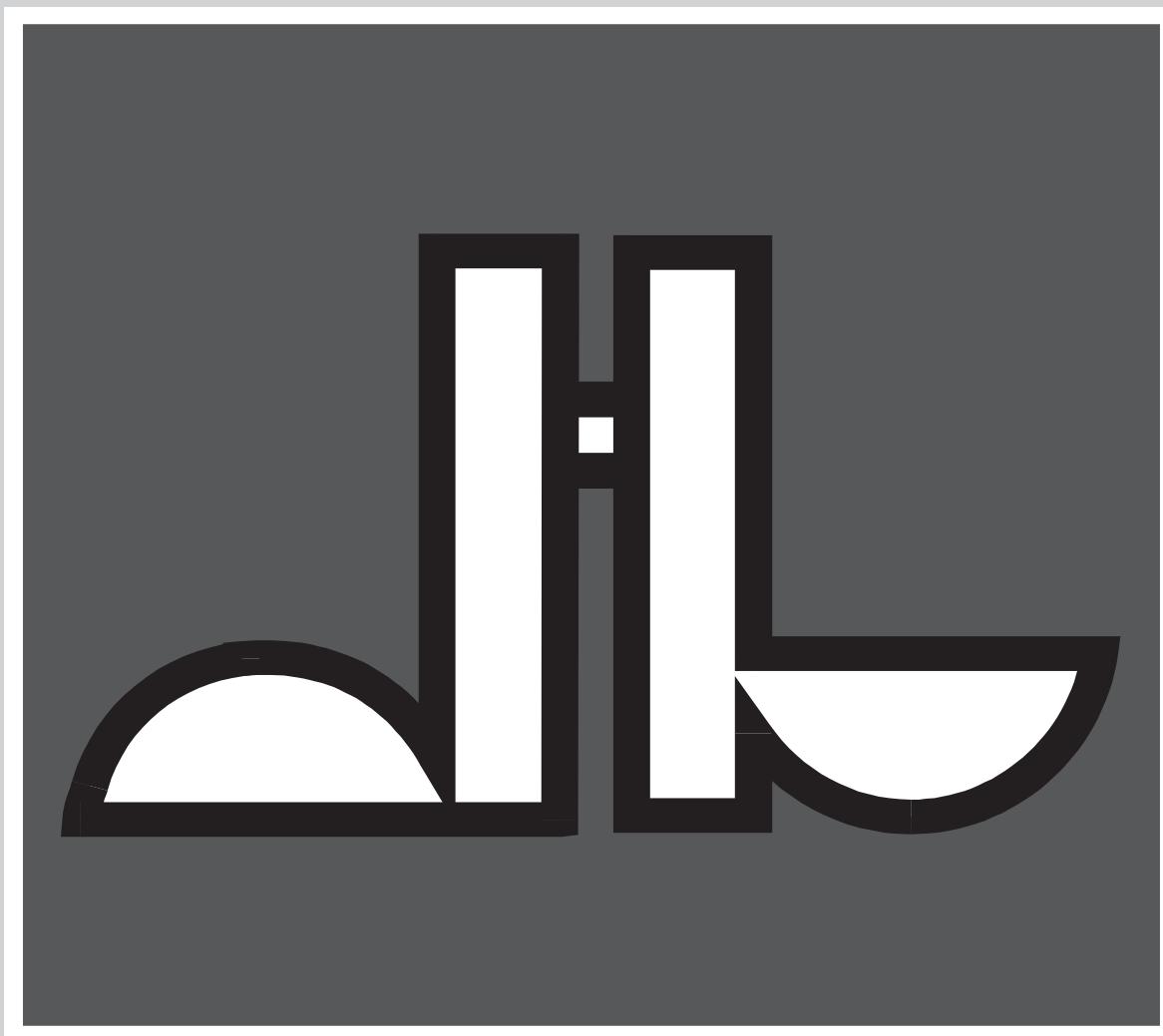




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LXVIII - Nº 027 - QUARTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2013 - BRASÍLIA-DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças

Diretor Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de

Plenários e de Elaboração de Diários

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de

Debates Legislativos

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 424/2013	02739
1.2 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nº 14/2013	02739
2 – ATA DA 29ª SESSÃO CONJUNTA, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2013	
2.1 – ABERTURA	02752
2.2 – ORDEM DO DIA	02752
2.2.1 – Item 1	
Veto Parcial nº 44/2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 621/2013), que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Usam da palavra os Congressistas Claudio Cajado, Giovani Cherini, Rubens Bueno, Emanuel Fernandes, José Pimentel e Givaldo Carimbão.....	02752
2.2.2 – Questão de ordem	
Suscitada pelo Deputado Anthony Garotinho e respondida pela Presidência.....	02755
2.2.3 – Item 1 (continuação)	
Veto Parcial nº 44/2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 621/2013), que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Usam da palavra os Congressistas Sibá Machado, Ivan Valente, Luiz Carlos Haully, Marcus Pestana e Izalci.....	02756
2.2.4 – Pronunciamento	
DEPUTADO ASSIS CARVALHO – Registro do 65º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	02759
2.2.5 – Item 1 (continuação)	
Veto Parcial nº 44/2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 621/2013), que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981,	

e dá outras providências. Mantido, tendo usado da palavra os Congressistas Margarida Salomão, Rosane Ferreira, Mandetta, Jandira Feghali, Cláudio Cajado, Mário Heringer e Marcus Pestana (Votação nominal na Câmara dos Deputados)..... 02799

2.2.6 – Item 2

Veto Parcial nº 45/2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sis-

tema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências.

2.2.7 – Questões de ordem

Suscitada pelo Deputado Marcus Pestana e respondida pela Presidência.

Suscitada pelo Deputado Vanderlei Macris e respondida pela Presidência.

Suscitada pelo Deputado Rubens Bueno e respondida pela Presidência.

2.2.8 – Item 2 (continuação)

Veto Parcial nº 45/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar

nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. **Usa da palavra** o Congressista Anthony Garotinho.....

02778

2.2.9 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Domingos Sávio e respondida pela Presidência.

02779

2.2.10 – Item 2 (continuação)

Veto Parcial nº 45/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenas de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou

praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. **Usa da palavra** o Congressista Givaldo Carimbão..... 02780

2.2.11 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Cláudio Cajado e respondida pela Presidência..... 02781

2.2.12 – Item 2 (continuação)

Veto Parcial nº 45/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. Usam da palavra os Congressistas Eduardo Cunha e Eleuses Paiva...

02783

2.2.13 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado César Colnago e respondida pela Presidência.

02783

2.2.14 – Item 2 (continuação)

Veto Parcial nº 45/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. Usam da palavra os Congressistas Ronaldo Caiado, Eleuses Paiva e Paulo Foletto, após leitura dos Requerimentos nºs 18 a 20/2013-CN.....

02783

2.2.15 – Fala da Presidência (Deputado Andre Vargas)

Convocação de Sessão Deliberativa Extraordinária da Câmara dos Deputados, com pauta previamente definida.

02783

2.2.16 – Item 2 (continuação)

Veto Parcial nº 45/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Di-

ferenciado de Contratações PÚblicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenas de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recur-

sos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. **Mantido, ressalvado o art. 21**, tendo usado da palavra os Congressistas Sibá Machado, Anthony Garotinho, Givaldo Carimbão, Cesar Conalgo, Stepan Nercessian, Chico Alencar, José Pimentel, Miro Teixeira, Osmar Terra, Júlio César e Otoniel Lima (Votação nominal na Câmara dos Deputados)..... 02786

2.2.17 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Marcus Pestana e respondida pela Presidência. 02805

2.2.18 – Item 2 (continuação)

Veto Parcial nº 45/2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25/2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619/2013), que autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações PÚblicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS; dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Minis-

tério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. **Mantido o veto ao art. 21**, tendo usado da palavra os Congressistas Eduardo Suplicy, Arnaldo Faria de Sá, Anthony Garotinho, Colbert Martins e Newton Lima (Votação nominal na Câmara dos Deputados)

02811

2.2.19 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Amauri Teixeira e respondida pela Presidência

02812

2.2.20 – Item 3

Veto Total nº 46/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 220/2007 (nº 6.547/2009, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos. **Usam da palavra** os Congressistas Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Eunício Oliveira e Eduardo Lopes.....

02824

2.2.21 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Deputado Leonardo Picciani e respondida pela Presidência

02829

2.2.22 – Pronunciamento

DEPUTADO IVAN VALENTE – Críticas a proprietários rurais e ao Governo Federal por leilão re-

alizado supostamente para financiar conflitos com indígenas.

02829

2.2.23 – Item 3 (continuação)

Veto Total nº 46/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 220/2007 (nº 6.547/2009, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos.

Mantido (votação nominal no Senado Federal)....

02830

2.2.24 – Pronunciamentos

DEPUTADO BOHN GASS – Homenagem a Nelson Mandela e à Presidente Dilma Rousseff...

02846

DEPUTADO AFONSO HAMM – Felicitações à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade Federal de Pelotas, por seus 130 anos.....

02849

DEPUTADO FÁBIO TRAD – Louvor a Nelson Mandela.....

02849

2.2.25 – Comunicações da Presidência

Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 12 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada à devolução simbólica do mandato presidencial de João Belchior Marques Goulart.....

02852

Cancelamento das sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, previstas para hoje após a sessão conjunta do Congresso Nacional...

02852

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, em 17 do corrente, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional .

02852

2.3 – ENCERRAMENTO**CONGRESSO NACIONAL****3 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)

02854

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....

02860

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)

02862

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)

02863

Comissões Mistas Especiais

02864

4 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)

02868

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)

02869

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011)

02873

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 424, DE 2013

Susta os efeitos da Resolução nº 23.389, de 9 de abril de 2013, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre o número de membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias e Câmaras Legislativas para as eleições de 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos da Resolução nº 23.389, de 9 de abril de 2013, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre o número de membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias e Câmaras Legislativas para as eleições de 2014.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de dezembro de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal

ATO CONJUNTO Nº 14, DE 2013 DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Designa integrantes na Comissão Mista constituída pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições regimentais,

Resolvem:

Art. 1º Ficam designados o Deputado Espírito Santo Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana, para integrar a Comissão estabelecida pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 3 de dezembro de 2013.



Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

Ata da 29ª Sessão, Conjunta, em 10 de dezembro de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Andre Vargas, Sibá Machado, Colbert Martins,
Arnaldo Faria de Sá, Simão Sessim e Nelson Pellegrino*

*(Inicia-se a sessão às 15 horas e 40 minutos
e encerra-se às 21 horas e 6 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento
das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

29ª SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL ÀS 14 HORAS

Período : 10/12/13 07:00 até 10/12/13 21:11

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X

Partido	UF	Nome	Pres
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 71 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras e dos Srs. Deputados:

**Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Relação de Parlamentares Presentes na Sessão
para Fins Administrativos**

Data: 12/12/2013
Hora: 18:29

54ª LEGISLATURA

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA N° 029 - 10/12/2013

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 10/12/2013 15:40

Fim : 10/12/2013 21:13

Total de Presentes : 450

	Partido	Bloco
RORAIMA		
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp
002 - Edio Lopes	PMDB	
005 - Jhonatan de Jesus	PRB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp
625 - Marcio Junqueira	PROS	PpPros
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM	
007 - Raul Lima	PP	PpPros
616 - Urzeni Rocha	PSD	
Presentes Roraima: 8		
AMAPÁ		
009 - Dalva Figueiredo	PT	
010 - Davi Alcolumbre	DEM	
011 - Evandro Milhomen	PCdoB	
012 - Fátima Pelaes	PMDB	
572 - Janete Capiberibe	PSB	
014 - Luiz Carlos	PSDB	
017 - Sebastião Bala Rocha	Solidaried	
Presentes Amapá: 7		
PARÁ		
018 - Arnaldo Jordy	PPS	
019 - Beto Faro	PT	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros
021 - Elcione Barbalho	PMDB	
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
026 - José Priante	PMDB	
030 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp
035 - Mirquinho Batista	PT	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
032 - Wandenkolk Gonçalves	PSDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 15		

AMAZONAS

038 - Átila Lins	PSD	
037 - Carlos Souza	PSD	
605 - Dr. Luiz Fernando	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
036 - Henrique Oliveira	Solidaried	
042 - Rebecca Garcia	PP	PpPros
039 - Silas Câmara	PSD	
Presentes Amazonas: 7		

RONDÔNIA

642 - Amir Lando	PMDB	
615 - Anselmo de Jesus	PT	
044 - Carlos Magno	PP	PpPros
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	
Presentes Rondônia: 8		

ACRE

053 - Antônia Lúcia	PSC	
055 - Gladson Cameli	PP	PpPros
052 - Henrique Afonso	PV	
057 - Marcio Bittar	PSDB	
056 - Perpétua Almeida	PCdoB	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	
Presentes Acre: 7		

TOCANTINS

061 - Ângelo Agnolin	PDT	
060 - Eduardo Gomes	Solidaried	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPros
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	
Presentes Tocantins: 6		

MARANHÃO

071 - Alberto Filho	PMDB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
072 - Domingos Dutra	Solidaried	
076 - Hélio Santos	PSDB	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtobPrp
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplicio Araújo	Solidaried	
084 - Waldir Maranhão	PP	PpPros
579 - Weverton Rocha	PDT	
086 - Zé Vieira	PROS	PpPros
Presentes Maranhão: 14		

CEARÁ

089 - André Figueiredo	PDT	
087 - Aníbal Gomes	PMDB	
093 - Antonio Balhmann	PROS	PpPros
092 - Ariosto Holanda	PROS	PpPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
592 - Gera Arruda	PMDB	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
096 - José Linhares	PP	PpPros
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
630 - Paulo Henrique Lustosa	PP	PpPros
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	PpPros

Presentes Ceará: 22

PIAUÍ

111 - Assis Carvalho	PT	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
113 - Iracema Portella	PP	PpPros
115 - Jesus Rodrigues	PT	
114 - Júlio Cesar	PSD	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
117 - Marllos Sampaio	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
116 - Osmar Júnior	PCdoB	
118 - Paes Landim	PTB	

Presentes Piauí: 10

RIO GRANDE DO NORTE

122 - Betinho Rosado	PP	PpPros
119 - Fábio Faria	PSD	
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrp
126 - Paulo Wagner	PV	

Presentes Rio Grande do Norte: 7

PARAÍBA

131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
586 - Leonardo Gadelha	PSC	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	PpPros
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp
139 - Wilson Filho	PTB	

Presentes Paraíba: 12

PERNAMBUCO

146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
156 - Eduardo da Fonte	PP	PpPros
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PR	PrPtdobPrp
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Corte Real	PTB	
151 - José Augusto Maia	PROS	PpPros
147 - José Chaves	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
155 - Pastor Eurico	PSB	
161 - Pedro Eugênio	PT	
163 - Raul Henry	PMDB	
157 - Roberto Teixeira	PP	PpPros
159 - Sergio Guerra	PSDB	
580 - Severino Ninho	PSB	
160 - Silvio Costa	PSC	
555 - Vilalba	PP	PpPros
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 21		

ALAGOAS

596 - Alexandre Toledo	PSB	
162 - Arthur Lira	PP	PpPros
607 - Francisco Tenório	PMN	
166 - Givaldo Carimbão	PROS	PpPros
168 - Mauricio Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp
608 - Paulão	PT	
169 - Renan Filho	PMDB	
170 - Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp
Presentes Alagoas: 8		

SERGIPE

173 - Almeida Lima	PMDB	
--------------------	------	--

SERGIPE

176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
178 - Rogério Carvalho	PT	

Presentes Sergipe: 3

BAHIA

522 - Acelino Popó	PRB	
182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
186 - Claudio Cajado	DEM	
622 - Colbert Martins	PMDB	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
194 - Erivelton Santana	PSC	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
196 - Fernando Torres	PSD	
185 - Geraldo Simões	PT	
198 - Jânio Natal	PRP	PrPtdobPrp
199 - João Leão	PP	PpPros

197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtobPrp
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
609 - Luiz de Deus	DEM	
212 - Márcio Marinho	PRB	
200 - Marcos Medrado	Solidaried	
210 - Mário Negromonte	PP	PpPros
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zézéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 35		
MINAS GERAIS		
220 - Ademir Camilo	PROS	PpPros
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtobPrp
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtobPrp
534 - Bonifácio de Andrade	PSDB	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	PpPros
233 - Domingos Sávio	PSDB	
MINAS GERAIS		
237 - Eduardo Azeredo	PSDB	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
244 - Gabriel Guimarães	PT	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
606 - Humberto Souto	PPS	
604 - Isaias Silvestre	PSB	
240 - Jaime Martins	PSD	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	
239 - João Magalhães	PMDB	
250 - Júlio Delgado	PSB	
245 - Lael Varella	DEM	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtobPrp
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
629 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
248 - Narcio Rodrigues	PSDB	
611 - Nilmário Miranda	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
262 - Renzo Braz	PP	PpPros
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	

265 - Saraiva Felipe	PMDB	
636 - Silas Brasileiro	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPros
532 - Vitor Penido	DEM	
267 - Walter Tosta	PSD	
270 - Weliton Prado	PT	
Presentes Minas Gerais: 45		
ESPIRITO SANTO		
543 - Camilo Cola	PMDB	
276 - Cesar Colnago	PSDB	
278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
275 - Manato	Solidaried	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
281 - Sueli Vidigal	PDT	
Presentes Espírito Santo: 8		
RIO DE JANEIRO		
286 - Adrian	PMDB	
287 - Alessandro Molon	PT	
285 - Alexandre Santos	PMDB	
321 - Alfredo Sirkis	PSB	
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	Solidaried	
291 - Benedita da Silva	PT	
632 - Celso Jacob	PMDB	
295 - Chico Alencar	PSOL	
562 - Deley	PTB	
529 - Dr. Carlos Alberto	PMN	
296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
299 - Edson Santos	PT	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
613 - Eurico Júnior	PV	
301 - Felipe Bornier	PSD	
557 - Fernando Jordão	PMDB	
623 - Fernando Lopes	PMDB	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	PpPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPros
305 - Jandira Feghali	PCdab	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
310 - Jorge Bittar	PT	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Liliam Sá	PROS	PpPros
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Necá	PR	PrPtdobPrp
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	PpPros
316 - Otavio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PpPros

323 - Stepan Nercessian	PPS	
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrp
Presentes Rio de Janeiro: 44		
SÃO PAULO		
334 - Alexandre Leite	DEM	
SÃO PAULO		
330 - Aline Corrêa	PP	PpPros
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
398 - Carlos Zarattini	PT	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
541 - Dr. Ubiali	PSB	
344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PpPros
618 - Iara Bernardi	PT	
359 - Ivan Valente	PSOL	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	Solidaried	
361 - João Paulo Cunha	PT	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
368 - Márcio França	PSB	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
375 - Missionário José Olímpio	PP	PpPros
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	
386 - Roberto Santiago	PSD	
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrp

SÃO PAULO

521 - Vanderlei Macris	PSDB
581 - Vanderlei Siraque	PT
394 - Vaz de Lima	PSDB
395 - Vicente Cândido	PT
396 - Vicentinho	PT
550 - Walter Feldman	PSB
553 - Walter Ihoshi	PSD
397 - William Dib	PSDB
Presentes São Paulo: 58	

MATO GROSSO

400 - Carlos Bezerra	PMDB
401 - Ellene Lima	PSD
399 - Júlio Campos	DEM
573 - Nilson Leitão	PSDB
405 - Ságuas Moraes	PT
404 - Valtenir Pereira	PROS
Presentes Mato Grosso: 6	PpPros

DISTRITO FEDERAL

545 - Augusto Carvalho	Solidariedade
407 - Erika Kokay	PT
408 - Izalci	PSDB
409 - Jaqueline Roriz	PMN
410 - Luiz Pitiman	PSDB
539 - Policarpo	PT
413 - Reguffe	PDT
414 - Ronaldo Fonseca	PROS
Presentes Distrito Federal: 8	PpPros

GOIÁS

416 - Armando Vergílio	Solidariedade
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB
422 - Flávia Morais	PDT
423 - Heuler Cruvinel	PSD
417 - Iris de Araújo	PMDB
418 - João Campos	PSDB
420 - Leandro Vilela	PMDB
564 - Marina Santanna	PT
428 - Pedro Chaves	PMDB
427 - Roberto Balestra	PP
429 - Ronaldo Caiado	DEM
425 - Rubens Otoni	PT
426 - Sandes Júnior	PP
431 - Sandro Mabel	PMDB
547 - Valdivino de Oliveira	PSDB
Presentes Goiás: 15	

MATO GROSSO DO SUL

638 - Akira Otsubo	PMDB
432 - Biffi	PT
433 - Fábio Trad	PMDB

MATO GROSSO DO SUL

435 - Geraldo Resende	PMDB
436 - Mandetta	DEM
437 - Marçal Filho	PMDB
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB
438 - Vander Loubet	PT

Presentes Mato Grosso do Sul: 8

PARANÁ

440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
441 - André Zacharow	PMDB	
443 - Assis do Couto	PT	
444 - Dilceu Sperafico	PP	PpPros
449 - Dr. Rosinha	PT	
446 - Edmar Arruda	PSC	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	Solidaried	
466 - Giacobo	PR	PrPtdobPrp
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
542 - Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp
458 - Nelson Meurer	PP	PpPros
457 - Nelson Padovani	PSC	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
603 - Professor Sérgio de Oliveira	PSC	
459 - Rosane Ferreira	PV	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
469 - Takayama	PSC	
Presentes Paraná: 25		

SANTA CATARINA

561 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	PpPros
574 - João Pizzolatti	PP	PpPros
474 - Jorge Boeira	PP	PpPros
476 - Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
480 - Mauro Mariani	PMDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	

SANTA CATARINA**560 - Valdir Colatto** PMDB**Presentes Santa Catarina: 15****RIO GRANDE DO SUL****487 - Afonso Hamm** PP PpPros**486 - Alceu Moreira** PMDB**489 - Alexandre Roso** PSB**492 - Assis Melo** PCdoB**490 - Beto Albuquerque** PSB**499 - Bohn Gass** PT**495 - Danrlei De Deus Hinterholz** PSD**491 - Darcísio Perondi** PMDB**578 - Eliseu Padilha** PMDB**493 - Enio Bacci** PDT**525 - Fernando Marroni** PT**502 - Giovani Cherini** PDT**498 - Henrique Fontana** PT**505 - Jerônimo Goergen** PP PpPros**506 - Jose Stédile** PSB**500 - Luis Carlos Heinze** PP PpPros**496 - Marco Maia** PT**507 - Marcon** PT**509 - Nelson Marchezan Junior** PSDB**510 - Onyx Lorenzoni** DEM**497 - Osmar Terra** PMDB**513 - Paulo Pimenta** PT**511 - Renato Molling** PP PpPros**556 - Ronaldo Nogueira** PTB**515 - Ronaldo Zulke** PT**512 - Sérgio Moraes** PTB**514 - Vieira da Cunha** PDT**516 - Vilson Covatti** PP PpPros**Presentes Rio Grande do Sul: 28**

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Sr^{as}s e Srs. Senadores e 282 Sr^{as}s e Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Antes do início da Ordem do Dia, eu queria saudar a minha cidade de Londrina pelos 79 anos que completa hoje. Não sou nascido em Londrina, fui com oito anos para lá, mas o Deputado Eduardo Sciarra nasceu lá na nossa bela cidade, jovem cidade de 508 mil habitantes.

A Presidência esclarece ao Plenário que a presente sessão foi convocada para: na parte um, deliberar sobre os vetos presidenciais cujos prazos constitucionais encontram-se esgotados.

Na parte dois da Ordem do Dia constam:

Projetos de Lei do Congresso Nacional com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Projetos de Lei do Congresso Nacional sem parecer da CMO, trazidos ao Plenário por força do art. 107 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006; e Projeto de Resolução nº 3, de 2009, que dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional para assuntos relacionados à Comunidade de Países da Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências.

Conforme nós tradicionalmente fazemos aqui, desde que fora adotada essa nova metodologia da votação dos vetos e, portanto, a cada mês nós temos essas sessões, nós abrimos o processo de votação e depois abrimos a palavra de acordo com as inscrições aqui.

Poderia ser? (Pausa.)

A votação é nominal.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Só um minutinho, Deputado Hauly, também de Londrina, parabenizando a nossa cidade pelos 79 anos.

A Presidência esclarece ao Plenário que, pela primeira vez, desde a promulgação da Constituição de 1988, por força do mandamento da Emenda Constitucional nº 76, de 2013, a votação de veto será realizada por meio do voto ostensivo aberto, sem a necessidade, como vocês podem observar, das tradicionais urnas e será realizada no painel eletrônico.

Na pauta da presente sessão, na parte um, constam três itens referentes a vetos. Portanto, nós vamos item a item.

Deputado Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Esse detalhamento, como é a primeira vez que vamos

fazer no painel, uma explicação mais detalhada é importante para que os Parlamentares comecem com o novo estilo aberto e democrático de votação.

Os itens e subitens, também uma explicação, como será a votação?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Nós vamos votar por item; primeiro, o Veto nº 44, de 2013.

Acredito que com a votação, no procedimento, a gente vai inclusive tendo dúvidas e esclarecendo-as porque, abrindo a votação, a gente consegue esclarecer.

Nos termos do §2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados. Tratando-se, porém, de projeto de lei vetado de iniciativa dos Senadores, a votação começará pelo Senado.

Assim, a votação dos itens 1 e 2 será iniciada pela Câmara dos Deputados e a do item 3 pelo Senado Federal. Correto?

O item 1 é o Veto nº 44, de 2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26/13, Projeto Mais Médicos, um dispositivo vetado.

O prazo constitucional de 30 dias esgotou-se em 22/11.

Quem quer manter o veto vota “sim”; quem quer derrubar o veto vota “não”, Senador Moka, como é o caso de V. Ex^a. Como V. Ex^a foi Deputado, tem a prerrogativa – e aqui a sessão é do Congresso Nacional – e poderá fazer a sua campanha.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB

– MS) – E vai ser importante, Sr. Presidente, porque nós vamos ver aqueles que diziam que votavam com os médicos e hoje vão ter que colocar às claras essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Todos votam com os médicos; uns votam com médicos brasileiros e cubanos.

Vamos abrir a votação.

Discussão, em turno único...

Nós vamos abrir a votação logo, logo. Então, atenção. Logo em seguida, os Líderes podem se posicionar.

Item 1

VETO PARCIAL Nº 44, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 44, de 2013, apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 621, de 2013), que “Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências”.

A parte vetada foi o §1º do art. 16.

Como não foi apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída na Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Conforme entendimento, passa-se à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Para orientar a Bancada. PT.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PT vota “sim”, pela manutenção do voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PMDB. (Pausa.)

PP/PROS. (Pausa.)

Como vota o PSDB?

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Pela manutenção dos acordos, que são essenciais para o funcionamento do Congresso, pela desprecarição das relações de trabalho, pela sustentabilidade e segurança no SUS, nós recomendamos a derrubada. “Não”, “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PSD?

O SR. JUNJI ABE (PSD – SP) – Sr. Presidente, o PSD vota “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Pela derrubada do voto?

O SR. JUNJI ABE (PSD – SP) – Pela derrubada do voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota PR, PTdoB e PRP?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PR vota “sim”, Presidente.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB – SC) – Presidente, o PMDB libera o voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PMDB libera, Deputado Colatto.

PSB. (Pausa.)

Democratas. Deputado Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, esse voto que nós vamos votar foi um acordo feito pelo PSDB com o Governo, na medida em que, passados os três anos iniciais do trabalho dos profissionais que vieram de outros países, se houvesse eventualmente uma prorrogação, teria que ser feita uma carreira para esses profissionais. Portanto, o acordo está sendo rompido, o que foi feito pelo PSDB, e o Democratas se solidariza com o PSDB e encaminha o voto “não”, para que o voto não prospere. Portanto, o Democratas pede aos seus membros que acorram ao plenário para iniciarmos o processo de votação nominal.

Levanto a V. Ex^a uma questão de ordem. O art. 31 prevê que, antes do início da Ordem do Dia, nós

tenhamos os inscritos com a oportunidade de falar nas breves comunicações. Então, eu pergunto a V. Ex^a se, durante o processo de votação, V. Ex^a irá atender aos inscritos e proceder aos pronunciamentos, enquanto nós estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como tradicionalmente fazemos aqui, foi feito o entendimento para abrirmos a votação e acelerarmos o dia de hoje.

Democratas, portanto, vota?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Vota “não”.

Solidariedade.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (SDD – SE) – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PDT?

O SR. GIOVANE CHERINI (PDT – RS) – Sr. Presidente, a nossa Bancada do PDT vota “sim”, fazendo o nosso registro de que nós trabalhamos o tempo todo para o Mais Médicos, porque nós também achamos que faltam médicos no Brasil e nós precisamos ter a carreira do médico brasileiro. Porém, a carreira do médico brasileiro, quando tiver exclusividade no serviço público, não o médico atender no seu consultório e ter carreira de Estado. Aí seria a coisa mais absurda, porque o médico iria fazer de conta que trabalhava no serviço público e iria cuidar do seu consultório.

Então, nós achamos que é importante esse voto. Nós concordamos com esse voto. Nós queremos que o Programa Mais Médicos, no Brasil, cada vez mais, possa chegar para o cidadão que, infelizmente, não tem saúde, e se tiver...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Obrigado.

O SR. MANUEL ROSA NECA (Bloco/PR – RJ) – Presidente, vou mudar a orientação do PR para liberar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PR libera.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho, Deputado...

PTB. (Pausa.)

PCdoB. (Pausa.)

PSC. (Pausa.)

PRB. (Pausa.)

PV. (Pausa.)

PPS.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesta medida provisória do mais Médicos, quando foi inserida essa possibilidade excepcional de aqui fazerem concurso e permanecerem indefinidamente, não é o objetivo. O objetivo é para um processo em que se dê numa etapa e nesta etapa se conclua.

Portanto, vamos votar favoravelmente a esse voto. É “sim” a Bancada do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Para manutenção do voto.

Deputado Rubens, pela manutenção?

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSOL. (Pausa.)

PMN (Pausa.)

Minoria.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Ministro Padilha, que estava pilotando esse grande acordo, assegurou ao PSDB e aos 400 mil médicos do Brasil que haveria uma carreira para os médicos. Provavelmente, a área política e a área econômica do Governo devem ter dado um puxão de orelha no Ministro Padilha e, em função disso, recuaram nesse grande acordo que havia sido feito.

Por isso, nada mais justo do que os Parlamentares derrubarem esse voto da Presidente, porque foi feito um acordo pelo Ministro Padilha, que ou não tem palavra ou não tem força no Governo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o Governo?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”. Encaminha porque os médicos intercambistas, conforme está na redação aqui apresentada, para que eles renovem sua permanência, precisam integrar uma carreira médica no Brasil. Aqui, esta redação dada ao §1º do art. 16 da Lei no veto não trata dos médicos brasileiros; trata dos médicos intercambistas.

Portanto, o Governo vetou por não tratar dos médicos brasileiros, mas por tratar de médicos intercambistas, ou seja, aqueles que vieram do exterior para prestar serviços ao Mais Médicos. Como a Constituição não permite que se crie um plano de cargos e carreira para os médicos intercambistas, foi por isso que o Governo vetou. E, ao mesmo tempo, foi criado um grupo de trabalho, que está em processo muito adiantado, para que possamos organizar a carreira de médicos brasileiros. São duas coisas: uma é a que trata de médicos brasileiros, da qual nós estamos trabalhando uma construção que permita dialogar com os governos estaduais...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Para concluir, Sr. Presidente.

Com os governos municipais, como fizemos na carreira dos professores da educação básica. Mas o Governo tem clareza de que não deve haver carreira para os médicos intercambistas, porque, dessa forma, tomaria a vaga dos médicos brasileiros.

Por isso, Sr. Presidente, o voto do Governo é para manutenção do voto.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL)

– Pelo PP/PROS, Sr. Presidente.

O SR. DANILÓ FORTE (PMDB – CE) – Sr. Presidente, só para um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho, Danilo Forte e depois Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DANILÓ FORTE (PMDB – CE) – Eu estou vindo agora da CCJ, e as Comissões da Câmara estão funcionando normalmente. É necessário fazer um comunicado de que haverá votação na sessão conjunta do Congresso, porque os Deputados ainda estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Eu peço que a Assessoria tome providências para que as sessões das Comissões da Câmara sejam encerradas, até porque qualquer votação ocorrida não terá validade.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL)

– Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– PROS.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – PP/PROS. Sr. Presidente, é histórica esta sessão porque marca o fim do voto secreto, inclusive nos vetos. A partir de agora, neste momento, começa-se o voto aberto dos votos, inclusive, de vetos. O PP/PROS reuniu sua bancada, reuniu-se com a Base do Governo e entendeu, perfeitamente, que se deve manter o voto, sim. Estivemos hoje com o Ministro da Saúde, com toda a área da saúde, e ficou decidido que haverá, daqui para frente, um grupo de trabalho em que trabalharão aqueles médicos que não são brasileiros e que vieram para o Brasil.

Imagine, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Nação brasileira, que já chegaram ao Brasil mais de 3 mil médicos, e 150 médicos não passaram nos 30 dias do teste feito pelo Governo Federal, pelo Ministério da Saúde. Ou seja, não é questão de chegar, simplesmente, e já estar trabalhando...

(Interrupção do som.)

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – ... 150 médicos não ficaram e já estão voltando para os seus países.

Então, acho que é importante. Uma coisa são os médicos brasileiros, a carreira dos médicos; outra coisa são os estrangeiros.

Dessa forma, Sr. Presidente, o PP/PROS indica "sim", pela manutenção do voto.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)
– Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas/PT – PR) – Deputado Garotinho... O PMDB vai alterar o voto só, e aí já passo, pode ser?

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)
– Eu queria perguntar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas/PT – PR) – Para abrirmos a votação.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB – GO) – O PMDB muda a indicação, pela manutenção do voto. O PMDB indica o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas/PT – PR)
– Deputado Garotinho, é questão de ordem ou para encaminhar?

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ). Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.)
– Eu queria perguntar a V. Ex^a, como esta é a primeira sessão conjunta em que vamos votar, se V. Ex^a já estabeleceu como será o procedimento. Por exemplo, vou citar aqui algumas situações: nós só temos condições de votar com um painel de cada vez. Serão primeiro os votos dos Deputados e, após, os dos Senadores?

Eu gostaria que V. Ex^a explicasse tudo, porque estamos criando aqui, a partir de hoje, uma rotina de votação. Por exemplo: poder-se-á apresentar destaque tanto na Câmara quanto no Senado? Eles serão defendidos em momentos distintos das sessões? Eu gostaria que V. Ex^a explicasse como esta sessão vai transcorrer para que, amanhã, não haja nenhum tipo de problema por questão regimental.

Então, eu gostaria que V. Ex^a e a sua assessoria pudessem nos explicar o andamento desta sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas/PT – PR)
– Quanto à iniciativa, esta Presidência já explicou. Li, aliás, o procedimento: nos termos do §2º do art. 43 do Regimento Comum, a votação começará pela Câmara dos Deputados; tratando-se, porém, de projeto de lei vetado de iniciativa dos Senadores, a votação começará pelo Senado. Então, sempre será: quando a iniciativa for da Casa, nós começaremos a votar...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)
– Essa é uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas/PT – PR)
– Deixe-me concluir. V. Ex^a fez a questão de ordem. Deixe-me concluir.

Assim, a votação dos itens 1 e 2 será pela Câmara, e a do item 3 pelo Senado Federal.

Esta votação aqui não tem subitem, somente item único. Vamos abrir a votação, estamos fazendo uma consulta em relação ao item 2, que tem vários itens, para saber da possibilidade de destaque, que é isso que V. Ex^a também deve estar querendo saber no conjunto da obra.

Era isso?

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)
– Era isso também, e, por exemplo, a Câmara, quando a matéria é de iniciativa, por exemplo, agora, como este caso, o Senador poderá apresentar destaque ou não?

A matéria foi apreciada conjuntamente, iniciou na Câmara, foi ao Senado e voltou para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É algo a se resolver no segundo item.

Vamos abrir a votação. É complexo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)
– Sei que é complexo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)
– Estou ouvindo aqui a assessoria, só um minutinho, Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)
– Porque não quero amanhã anular nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)
– Não, é que vamos ficar dialogando aqui e não terei tempo de resolver a questão. Tenho que dialogar com a consultoria, não posso parar a sessão para resolver algo que será tratado no segundo item.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Presidente, às vezes, é melhor parar e acertar...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)
– Nós recolhemos a questão de ordem e vamos responder no segundo item.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, por favor.

Quero pedir desculpas, houve um erro aqui na indicação e esse erro é exatamente para mostrar que não há como fazer concurso público para estrangeiro na proposta colocada; por isso, mudamos a indicação para "não" ao voto presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está aberta a votação.

O SR. GEORGE HILTON (PRB – MG) – PRB, para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Estamos convidando. Podemos abrir a votação? Já convidamos todos os partidos para orientar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Vamos abrir a votação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PRB para orientar e já está aberta a votação, há muitos Parlamentares aqui na Casa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A lista de inscritos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Obedeceremos.

PRB.

O SR. GEORGE HILTON (PRB – MG) – PRB vai orientar o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Todos sendo convidados para orientar, ponham-se nos seus lugares e está aberta a votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, aqui pela Bancada do PT, o nosso pedido é para que a Bancada venha imediatamente ao plenário, a orientação do Partido é votar “sim” nesta matéria, dado que a circunstâncias que levam alguns a querer votar “não”, estamos querendo aqui, segundo o veto da Presidenta é que o médico intercambista, ou seja, o médico que vem do exterior para prestar serviços no Brasil ficam resumidos a esses serviços, não vão poder disputar mercado de trabalho com médico de carreira do Brasil. Isso está muito claro!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Um apelo dos médicos brasileiros pela carreira de Estado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Parlamentares, por favor! Para que haja procedimento. Há alguns partidos...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSB – PR) – A oposição exige o direito de falar em isonomia ao que ele falou. Precisamos de isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho, Deputado Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSB – PR) – A situação falou inoportunamente, e nós queremos o mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós vamos passar esse tempo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSB – PR) – Vamos votar “não” aí, gente!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, abra a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho. Qual o partido ainda quer orientar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É preciso abrir a discussão, Presidente. A votação está aberta e não há discussão?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Já está havendo orientação, gente!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PTB orienta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – PSC...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Rapidamente, já foram chamados e não orientaram... Por favor, rapidamente!

O SR. ANTONIO BRITO (PTB – BA) – PTB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PTB, sim. PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Sr. Presidente, o PSOL entende que essa segunda parte que está no §1º foi introduzida posteriormente: “É vedado ao médico intercambista o exercício da Medicina fora das atividades do projeto Mais Médicos para o Brasil.” Faz parte do texto original. E a finalidade é determinar que os médicos estrangeiros possam exercer a Medicina no âmbito desse programa.

No entanto, no decorrer da tramitação, foi apresentado outro trecho, mas, nesse segundo trecho, que foi inserido aqui na Câmara e mantido pelo Senado, para justificar o veto, uma vez que não há previsão constitucional para a existência de carreira médica destinada a estrangeiros – não há –, o que causa uma forte incompatibilidade do texto ao nosso ordenamento jurídico. E até porque o *caput* do art. 16 já prevê o exercício da Medicina sem a revalidação do diploma médico intercambista, que será exclusivamente no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSB – PR) – Sr. Presidente, Deputado Hauly querendo falar em nome...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Conclua, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – O PSOL orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Há uma lista de oradores aqui...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSB – PR) – Não, mas, para dar isonomia com o Deputado que falou, eu queria equilibrar o jogo, e, depois, V. Exª... É um minuto para equilibrar.

O SUS completa 25 anos; com a AIS, 30 anos. Desde as ações integradas de saúde, de 400 mil médicos hoje no Brasil, a grande maioria trabalha para o

SUS brasileiro. Dez mil médicos estrangeiros chegaram ao Brasil por uma contratação especial do Governo para atender algumas regiões. Se esses médicos quiserem continuar no Brasil, terão que se submeter às regras brasileiras. É isso que está dizendo o dispositivo que foi vetado pela Presidente Dilma.

Nós defendemos o médico brasileiro, que estudou na universidade brasileira, que passou o pior dos vestibulares e que passou por residência. Ele exige respeito das categorias.

Por isso, a emenda é positiva e é “não”. É para derrubar o veto equivocado da Presidente Dilma.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente, por favor, para orientar o PSB.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Veja bem, nós estamos aqui com inscritos. Estamos chamando os partidos. Então, eu pediria aos partidos que quiserem orientar que terminem de orientar agora e muito rapidamente, pela compreensão, porque, senão, nós vamos suspender.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Mas os partidos estavam na reunião com o Colégio de Líderes, com o Presidente da Casa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT -PR) – Mas a sessão do Congresso estava convocada.

Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Peço para fazer a orientação. O PSB vai liberar a sua Bancada porque existem posições diferentes no entendimento, inclusive da interpretação daquilo que se dá a partir da matéria. Então, exatamente por esse motivo o PSB libera a sua Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Obrigado.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT– PR) – Deputado.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA) – Sr. Presidente, PSC “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PCS “sim”.

É para orientar, Deputado?

O SR. MANDETTA (DEM – MS) – É para fazer um apelo nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não, não, não. Nós temos inscritos. Só um minutinho, Deputado.

Deputado Izalci, para discutir a matéria, do PSDB.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Vou fazer uma troca. Primeiro, o Deputado Pestana e, depois, o Deputado Izalci. Só trocar a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, muita coisa está em jogo nesta votação.

Todos nós somos a favor de mais médicos. Esse é um gargalo que não é de agora, não. Em 25 anos de SUS, esse é um problema crônico. No entanto, o Governo Dilma e o Ministro Padilha adotaram uma saída autoritária, unilateral, sem discussão com o Congresso e com os atores relevantes do SUS, e resumiram a equação na importação de médicos, principalmente cubanos.

Iria caminhar para um impasse. Todos nós somos a favor de mais médicos. Todos nós defendemos a população brasileira, mas por que juiz e promotor vai para o interior e médico não vai? Porque as relações de trabalho são precárias. Os cubanos estão indo numa situação de relações desumanas e semiescravistas, sem salário, sem relação trabalhista.

No entanto, estava eu quieto no meu canto, almoçando em Brasília, e me liga o Ministro Padilha. Há um princípio neste Congresso, que é o princípio do acordo, da palavra cumprida. O Ministro Padilha me ligou preocupado com o impasse na votação da medida provisória. Perguntou se, como ex-Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, ex-Secretário de Minas Gerais por sete anos, eu topava uma negociação e um acordo. Quinze minutos depois, o Deputado Rogério Carvalho, Relator da matéria, me ligou. Fechamos o acordo, a redação.

Eu quero dizer, Líder José Pimentel, ou o Governo agiu de má-fé ou mudou de opinião no caminho, ou é inconsistente tecnicamente, porque a redação foi oferecida pelo Governo. E, agora, como quem não frequenta clube que o aceita como sócio, veta o próprio texto. Esse era o acordo que contemplava minimamente o respeito aos médicos brasileiros.

O Governo Federal faz afagos e afagos aos médicos cubanos e agride, estapeia os médicos brasileiros. Os médicos brasileiros não vão para o interior porque não há segurança. Eu fui secretário sete anos. Investe-se em formação e qualificação e joga-se tudo fora. Muda o prefeito, ele manda embora do agente comunitário até o médico. Tudo o que se investiu em educação permanente, em pós-graduação, se joga fora pela precarização das relações de trabalho.

Nós precisamos honrar o Congresso, a autonomia. E a palavra, o acordo foi feito. Eu não vi até hoje o Ministro Padilha desmentir o acordo. Quero que o Deputado Rogério Carvalho, do PT, Relator da matéria, venha até aqui desmentir o acordo. Foi ele quem ofereceu o texto. Esse texto é uma falácia.

O ordenamento constitucional brasileiro, desde 88, proíbe segmentação de carreiras. O que nós vamos aprovar, derrubando este veto é o princípio, no quarto ano do Mais Médicos, do concurso público, mas adequando ao nosso clima constitucional. Não é possível haver carreira para estrangeiro. Vai haver uma única carreira, e o médico estrangeiro deverá estar com todas as precondições, diploma validado e possibilidade de concorrer em termos de permanência no País. Então, não há essa questão de ser um concurso carimbado para estrangeiro, porque isso não é possível na nossa Constituição.

O Governo não quis aumentar os recursos para saúde e derrotou os 10% da receita bruta. Também está derrotando aqui, dando mais uma vez um soco no estômago dos 400 mil médicos brasileiros, que estão se sentindo desrespeitados. O Governo tentou jogar a população contra os médicos.

Quem quiser valorizar o SUS, desprezar as relações, prestigiar os médicos brasileiros, profissionalizar o SUS vota “não” a esse veto que é, além de tudo, uma molecagem, um golpe, uma traição a um acordo feito, um acordo que eu não pedi para participar. Eu fui acionado pelo Ministro Padilha e conduzi a Bancada, com total cobertura do nosso Líder Carlos Sampaio, para não obstruir. O PSDB cumpriu sua parte do acordo e, numa atitude repugnante de molecagem, que não é de gente séria, o Ministro Padilha roeu as cordas e a Presidente Dilma vetou.

Quem quer ficar ao lado de uma saúde pública de qualidade, quem quer ficar a favor dos médicos brasileiros vota “não”, vota “não”. Não vamos ficar de joelhos. É a primeira votação aberta. Nós não quisemos votação aberta? Vamos ajoelhar para o Palácio do Planalto ou para a sociedade brasileira? Eu prefiro ficar com os médicos brasileiros, com o SUS e com a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Izalci.

Vamos seguir a inscrição de quem pediu para debater o assunto porque estamos votando. Isso não impede que, eventualmente, num espaço ou outro, a gente abra para os inscritos anteriormente.

Estão inscritos os Deputados Assis Carvalho. Logo depois, Izalci, a Margarida, o Mandetta e Mário Heringer, para informe de todos.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, hoje, neste momento histórico, pela primeira vez, nós estamos votando aqui um voto com o voto aberto. Agora dá para verificar o discurso que é feito lá fora e a ação que é feita aqui dentro.

Sr. Presidente, quero iniciar a minha fala protestando a questão do horário. Tradicionalmente, neste horário, o quórum é muito baixo. Nós temos 290 e poucos Deputados na Casa, aqui no Plenário. Como é que vamos derrubar um voto com 290 Deputados aqui no Plenário. Tradicionalmente, aqui, a Ordem do Dia não é mais Ordem do Dia, é ordem da noite? Tradicionalmente, nós votamos aqui depois das 20 horas. Portanto, com a marcação hoje do voto para este horário, iniciando agora às 15 horas, 16 horas, fica quase impossível derrubar o voto. Mas eu acredito que esse voto em especial nós deveremos conseguir derrubar. Por quê? Muito simples, primeiro porque não é a primeira vez que o Governo assume um compromisso e não cumpre. Já tivemos aqui outros exemplos. Vou citar um, o Pronatec, que eu fui o Presidente da comissão. Acordamos tudo e, na hora de votar, o Governo não cumpriu a palavra, como não está cumprindo agora.

O Deputado Marcus Pestana colocou muito claro essa posição. Esse texto foi proposta do Governo, foi um acordo com o Governo. E eu disse, recentemente, da Bancada, que daqui para frente não dá para negociar mais com o Líder do Governo ou com o líder do Congresso.

Nós vamos ter que negociar, daqui para frente, diretamente com a Presidente, porque a Presidente, a todo o momento, descredencia os seus Líderes.

Recentemente, foi com o Ministro das Comunicações. O Ministro deu a palavra uma semana e a Presidente, na semana seguinte, disse que o Ministro não falava em nome do Governo. Ora, como é que a oposição vai negociar agora com o Governo, se o Governo não cumpre acordo?

Esse voto, Sr. Presidente, é um voto de todos nós, e é importante que a sociedade acompanhe na TV Câmara, na Rádio Câmara, e verifique o placar, o resultado dessa votação, como cada um dos Deputados e Senadores votaram, porque esse voto vai possibilitar, se derrubado, a criação de um plano de carreira. É isso que é preciso fazer. O que está faltando para colocar o médico no interior é estabilidade, é segurança, é um plano de carreira. É disto que trata esta matéria: da criação de um plano de carreira para os médicos.

Hoje os médicos são enganados. São contratados pelos prefeitos e, dois meses depois, não recebem sequer o salário. Isso traz uma insegurança total. Então a falta de médico no interior é falta de plano de carreira, é falta de segurança.

Por que nós temos magistrados, procuradores em todos os Municípios? Porque há o plano de carreira.

Portanto, quero fazer aqui um apelo aos Deputados da Base: vamos votar esse veto com consciência, em favor da segurança para os médicos. Tenho certeza de que, com o Plano de Cargos e Salários, com estrutura, todos os médicos vão querer prestar concurso para irem para o interior. Basta dar-lhes segurança.

Portanto, Srs. Deputados e Senadores, vamos derrubar esse veto! E vocês que estão acompanhando pela TV Câmara devem observar voto a voto.

Eu votei “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)
– Deputado Assis Carvalho.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT – PI) – Sr. Presidente, hoje, dia 10 de dezembro, comemoramos 65 anos da Declaração, redigida pela ONU, dos Direitos Humanos, que foi uma grande conquista da sociedade. Portanto, 65 anos, e nós temos a oportunidade, neste momento, de fazer um debate que tem tudo a ver com a defesa dos homens e das mulheres que defendem os direitos humanos.

Por isso, eu queria iniciar nossa defesa ao “sim” neste momento, lembrando a posição da nossa Presidente Dilma, invocando exatamente a nossa luta permanente em defesa dos direitos humanos.

Eu gostaria, inclusive, de deixar registrado, e que fosse dado como lido, o texto de uma fala que eu faria hoje nesse sentido. Mas, neste momento, o tema principal que tratamos é a questão não do Mais Médico, mas a discussão do pacto pela saúde. O Mais Médico é uma das vertentes. Num ato de coragem, de firmeza, de equilíbrio e de respeito à vida, o Ministro Padilha e a Presidente Dilma presenteiam o Brasil com esse grande programa, que é o pacto pela saúde, e, dentro do pacto pela saúde, esse termo que estamos trabalhando de forma muito particular: a questão do Mais Médico.

Eu fico ouvindo algumas corporações, alguns Deputados, parceiros, amigos que dialogam, fortalecendo algumas posições equivocadas de algumas corporações. E não concordo pela quantidade de médicos e médicas que tenho, neste País, como amigos e amigas. Que nenhuma corporação tente se apropriar de todos os médicos e médicas de boa-fé que defendem

a vida! Que nenhuma ouse dizer que fala em nome de 400 mil médicos. Não, senhor! Não, senhora!

Srs. Parlamentares, nós não temos 400 mil médicos brasileiros descomprometidos com a saúde. Nós temos uma parcela da corporação que não comprehendeu a grandiosidade desse programa, e que, graças a Deus, muitos médicos e médicas deste nosso País – que, aliás, são excelentes profissionais – defendem, sem sombra de dúvida, o direito mais sagrado, que é o direito à vida, olhando de forma muito particular o fortalecimento da atenção primária.

Eu tive oportunidade, como Secretário de Estado de Saúde, meu amigo Domingos Dutra, ao lado deste grande companheiro médico João Ananias, que também foi Secretário lá no Ceará, ao lado de vários Prefeitos da minha cidade – não vou citar uma a uma –, que são todos Prefeitos médicos. Todos, Sr. Presidente, aderiram a este programa, e aderiram a este programa porque confiam, porque precisam, porque têm ouvidos abertos aos reclames da sociedade. Lá em Morro Cabeça no Tempo, lá na cidade de Avelino Lopes, meu querido Mandetta, a mais de 800 quilômetros de Teresina, lá estive essa semana, onde o povo está abraçando os médicos que agora estão lá a salvar vidas e que não apareciam no interior do Estado do Piauí.

E alguns dizem: “Não vão porque não tem estrutura”. Não é verdade. Isso não convence ninguém. Nós não estamos dialogando em interiorizar o médico para fazer cirurgia de cabeça, para fazer cirurgia de alta complexidade. Nós estamos falando em interiorizar o médico e a médica para defender o direito mais sagrado de todos, que é o direito à vida, que é o direito de uma mãe poder engravidar, no interior do meu Estado do Piauí, e ter um acompanhamento decente; lá no interior, ela poder parir com segurança, sem ter que se deslocar em cima de um caminhão por 500 ou 600 quilômetros, Sr. Presidente, e, na maioria das vezes, perder esse filho ou perder essa filha.

Todos nós que somos do Nordeste compreendemos essa realidade. O que nos envergonha é ver ainda no nosso País, ao contrário do que acontece em muitos outros países: estamos perdendo 20 crianças, 25 crianças, 30 crianças para cada mil crianças que nascem vivas.

Eu não posso acreditar que um único homem ou uma única mulher que, na universidade financiada pelo contribuinte, ainda ache que isso é normal, ainda ache que a saúde é uma mercadoria e ainda critique um Governo, um médico ou uma médica que se dispõe a fazer a saúde humanitária, dirigindo-se lá para

o interior do Estado para defender o direito de todos os direitos, que é o direito sagrado à vida.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos aqui para reafirmar o nosso compromisso com o pacto pela saúde, dizendo com todas as letras que, neste momento, o pacto pela saúde é também dizer “sim” a essa manifestação corajosa da Presidente Dilma, que hoje conta, sem sombra de dúvida, com mais de 80% de aprovação popular – porque quem está lá no interior das pequenas cidades sabe do que estamos falando. Estamos falando de um direito sagrado, que é exatamente o direito à vida, direito dos idosos, dos adolescentes, dos homens, das mulheres e das crianças, que, lamentavelmente, todos os dias, estavam morrendo no interior das pequenas cidades.

Por isso, Sr. Presidente, o pacto pela saúde é um grande projeto que nós estamos aqui a defender, com a aprovação do povo brasileiro.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^as Deputadas, venho à tribuna desta Casa para registrar a comemoração dos 65 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Esta Declaração é também chamada de Carta Magna da Humanidade e foi proclamada no dia 10 de dezembro de 1948, numa resposta às crueldades cometidas durante a 2^a Guerra Mundial.

Em razão desta data, o nosso país está sediando o Fórum Mundial de Direitos Humanos que acontece aqui em Brasília, de hoje até a próxima sexta feira (13).

O Fórum Mundial inclui conferências, debates temáticos e atividades que contarão com a presença de autoridades, intelectuais e profissionais reconhecidos internacionalmente, fazendo uma reflexão sobre o tema direitos humanos.

A previsão é de que 8 mil pessoas de todo o mundo participem do evento para esta importante discussão contra a opressão e discriminação, sobre a defesa da igualdade e a dignidade das pessoas e sobre o reconhecimento de que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão.

Quero registrar nesta Tribuna que nosso país vem avançando na garantia dos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz no seu artigo XXIII “1. Toda pessoa tem direito ao tra-

balho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social; 4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Neste item, destaco a luta dos sindicatos e de suas centrais, como a Central Única dos Trabalhadores, que vem conseguindo melhores condições salariais e de trabalho para os brasileiros.

Também ressalto que, graças às políticas públicas implementadas pelos governos da presidente Dilma e do ex-presidente Lula, nosso país tem avançado, criando melhores condições de vida, com moradia, água, luz, trabalho, renda, saúde, educação e outros itens básicos que milhões de brasileiros não acessavam 10 anos antes.

Precisamos avançar ainda mais em alguns direitos garantidos por esta Declaração que hoje completa 65 anos. O Brasil deve o avanço no cumprimento do artigo XIX que diz “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”

No tocante a este artigo, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, precisamos ver acontecer e avançar na democratização da comunicação do Brasil, com a aprovação do marco regulatório da comunicação.

Neste 10 de dezembro, dia Universal dos Direitos Humanos, dia em que nosso país sedia o importante Fórum Mundial de Direitos Humanos, registramos os avanços obtidos pelo nosso país e conclamamos todos a refletir sobre o que é necessário fazer para ampliar estas conquistas de cidadania.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputada Margarida Salomão, de Juiz de Fora, nossa reitora.

A SR^a MARGARIDA SALOMÃO (PT – MG.) – Presidente Andre Vargas, Srs. Deputados, Sr^as Deputadas, eu venho à tribuna para fazer a defesa deste voto.

Em primeiro lugar, não cabe dúvida de que a criação do Programa Mais Médicos foi uma leitura correta do Governo da busca de mais direitos expressa nas grandes movimentações de rua, nos meses de junho

e julho deste ano. Havia necessidade de uma intervenção emergencial, e a criação do Programa Mais Médicos responde a essa emergência.

Não há dúvida de que, para que nós tenhamos uma saúde pública que funcione, não basta que haja unidades básicas de saúde, não basta inaugurar hospitais, não basta que haja policlínicas e que haja equipamentos. É fundamental que haja profissionais de saúde operando esses equipamentos, e o profissional de saúde, que é estratégico na administração da saúde, é precisamente o médico.

Por isso, este voto em nada contradiz aquilo que é outro consenso entre nós: que deve haver uma carreira pública de médico para aqueles que trabalham nos Municípios, nos Estados e na Federação.

Em absoluto, alguém ou este voto está contradizendo esse enunciado, tanto assim que está em pleno funcionamento um grupo de trabalho coordenado pelo Senador Humberto Costa, que é um especialista, foi Ministro da Saúde e está exatamente discutindo este tema.

De que trata este voto? Descontada a retórica, este voto trata de uma inviabilidade técnica. De um lado, não se pode imaginar que intercambistas, que profissionais estrangeiros consigam empregos públicos seja numa carreira que não existe, seja sem a prestação de concurso público. De outro lado – e é importante que se diga –, não cabe também vedar, impedir, proibir que esses profissionais que estão sendo festejados pela população que atendem com carinho, com cuidado e com competência profissional, cumpridas as exigências legais, ingressem na carreira pública de médico, assim podendo, plenamente, prestar serviços à população brasileira.

Por conta disso, eu quero ressaltar que este voto trata de um impedimento técnico por conta do Texto Constitucional. Retórica sugerindo que este voto é contra a carreira de médico é, na verdade, um sofisma.

E nós, que agora votamos abertamente e queremos votar com a população brasileira e também queremos votar pela saúde da população brasileira, votaremos “não” a este artigo, ao tempo em que cumprimos o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, cumprimos a Presidenta Dilma pelo acerto que foi a proposição e a implantação do Programa Mais Médicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Sr. Presidente, para encaminhar pelo PV, muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputada Rosane.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – O Partido Verde, desde o primeiro momento, tomou posição clara em defesa do Programa Mais Médicos. Ajudamos a legitimar e a dar legalidade a este Programa nesta Casa. Trabalhamos muito por isso, mas entendemos o Programa Mais Médicos como uma política transitória, com tempo para início, meio e fim. E entendemos que, no final desse processo, precisamos, sim, inserir os médicos no programa através da legitimação do Revalida.

Portanto, nós votamos “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Mandetta, que fez um belo e equilibrado pronunciamento sobre a questão indígena, na reunião com o Ministro José Eduardo Cardozo e o Procurador-Geral.

Parabéns, Deputado.

O SR. MANDETTA (DEM – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero que o bom senso prevaleça entre todos desta Casa.

Primeiro, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Câmara dos Deputados e o Senado pela coragem de abrirem o voto na apreciação dos vetos.

Neste momento em que se faz a estreia do voto aberto, é quando se confrontará a consciência do Parlamentar, a consciência daquele que foi às ruas pedir voto e pedir apoio para que a saúde pudesse melhorar. É a oportunidade que os nobres Parlamentares têm de dar uma resposta à sociedade.

O Governo pediu a esta Casa, através de uma medida provisória, que esta Casa validasse o fim de qualquer tipo de certificação de médicos internacionais; e esta Casa deu. O Governo pediu, na medida provisória, que o registro fosse feito diretamente no Ministério da Saúde sem passar pelos conselhos; e esta Casa deu. O Governo pediu para que os médicos fossem indicados pelo Governo para os Municípios; e esta Casa deu.

A única alteração no texto que nasceu do entendimento desta Casa, que é uma Casa de entendimento, que aprimorou o texto do Governo, foi o parágrafo que previa que até 2015 o Governo teria que aprovar, no âmbito destas duas Casas, a carreira de Estado, para que o concurso público do vínculo federal pudesse ser o vínculo que reaproximasse os médicos brasileiros do Sistema Único de Saúde. O único vínculo capaz de preservar a saúde no interior e retirar das costas desse trabalhador a culpa do colapso do sistema de saúde, que quis o Governo colocar sobre os médicos.

No momento em que se vota este “sim” ou este “não”, os médicos brasileiros, os 400 mil médicos brasileiros receberão aqueles Parlamentares que votarem “não” para a derrubada do voto, como aqueles que

votaram a favor de que haja uma carreira de Estado neste País, para que haja justiça com esses trabalhadores do SUS. É a chance que têm esta Casa e os Srs. Parlamentares, à luz do voto aberto, de colocarem abertamente: são a favor de concurso público; são a favor de um vínculo federal; são a favor da lei trabalhista brasileira; são a favor da saúde, como solicitaram aqui os Parlamentares do PT.

Quem é a favor da improvisação? Quem é a favor da ilegalidade trabalhista? Porque o próprio Ministério Público do Trabalho já apontou, lá no Supremo Tribunal Federal, a ilegalidade da prática de pagamento de bolsa de estudo para médicos brasileiros e médicos acadêmicos bolsistas.

Neste momento, pede-se o voto “não” pela dignidade do trabalhador médico brasileiro, que pede a esta Casa concurso público, vínculo federal, para podermos trabalhar não só nas capitais, mas em todos os rincões deste Brasil, onde jovens médicos brasileiros têm sido demitidos somente para que a legislação financeira e trabalhista possa ser burlada, com o aval desta Casa.

Neste momento, pede-se, Srs. Deputados, Srs. Senadores, àqueles que são favoráveis, pela transparência do concurso público e por uma carreira médica de Estado, que o Governo tem três anos para apresentar a esta Casa, que votem “não” pela derrubada deste voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Pela ordem, não. Para encaminhar, não é?

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Está bem. É, porque já estão votando.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É permitido.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Vou orientar pelo PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Fui alertado, agora, há pouco, pelo Deputado Cajado, que nós precisaríamos alternar as listas. Corretamente, vamos fazê-lo.

Deputada Jandira.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós somos da Base do Governo e temos tido uma profunda lealdade principalmente pelos acordos que envolvem o próprio Governo.

Aqui, na votação do Mais Médicos, o PCdoB votou a favor da medida provisória com as modificações feitas. Incorporamos o Conselho Federal de Medicina

nesse acordo, e aqui, neste plenário, todas as modificações foram construídas de acordo com o Governo, com o Relator, Rogério Carvalho, com todos os partidos da Base, incluindo alguns partidos da oposição.

O projeto vai, volta – eu queria só mais um minuto, Presidente – com um veto num item central, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, que foi a instituição da carreira na renovação do projeto depois de três anos. Isso significa, Presidente, que esse voto é inadequado.

Entendo que o texto tem problemas técnicos. Aliás, esses problemas deveriam ter sido vistos aqui, porque nós, do PCdoB, tínhamos uma emenda da carreira e a retiramos para apoiar a emenda do PSDB. Nesse caso, ele saiu da obstrução em função dessa emenda.

Então, nós não podemos, agora, depois de um acordo feito entre todos com o Governo, com o Relator, que é do PT, apoiar a manutenção desse voto.

Portanto, o PC do B vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Eu ia alternar. Cadê o Deputado Cajado? (Pausa.)

Deputado Cajado; depois, o Deputado Mário Heringer. Nós vamos fazer essa alternativa. Primeiro, o Cajado, com a compreensão do Deputado Mário Heringer.

Deputada Carmen Zanotto, primeiro, para uma justificativa importante.

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obrigada, Sr. Presidente. Como o meu nome não consta do painel, eu me sinto no dever de justificar o meu voto nesse voto. O meu voto é “não”, pelo cumprimento dos acordos, pela carreira do médico.

Então, mesmo que não conste, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa que, no Programa Mais Médicos, na medida provisória, este acordo foi feito. Isso é fundamental para que a gente possa fixar o profissional em todas as comunidades do País, nas mais distantes.

Portanto, o meu voto seria “não”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) –

Eu queria justificar que, realmente, a Deputada Carmen Zanotto já retomou a sua posse, mas não está com o seu nome no painel. Ela gostaria de ter votado, como explicitou, “não” ao voto. Então, é importante que isso fique claro, inclusive não só para o seu eleitorado, mas para o conjunto da Casa, mantendo a coerência que V. Ex^a sempre manifestou aqui, na Casa.

Deputado Cajado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Deputado Andre, só uma pergunta. Essa presença conta também administrativamente para a Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Conta, conta. Nós teremos sessão da Câmara hoje ainda.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Sim, mas só estou perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Com novo painel.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Perfeitamente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – A nova sessão, não.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Sr. Presidente, se for mantido o painel...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Se for mantido o painel, conta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS) – Perfeitamente.

Muito obrigado.

O SR. SILVIO COSTA (PSC – PE) – Presidente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Cajado.

O SR. SILVIO COSTA (PSC – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Há um orador na tribuna, Deputado.

O SR. SILVIO COSTA (PSC – PE) – Eu não vi. Desculpe-me.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra e Srs. Senadores, nós defendemos o Programa Mais Médicos. Efetivamente, houve, dentro do nosso Partido, o Democratas, quem não o defendesse, mas, como eu sou de um Estado como a Bahia e municipalista por convicção, sei que não apenas a Bahia, mas as Regiões Nordeste e Norte do País têm inúmeras necessidades de médicos para atender à população dessa região, principalmente no interior dos Estados nordestinos. Nós vivemos e vivíamos mais ainda com um problema grave de falta de médicos, com a população morrendo sem atendimento ou sendo transferida para centros urbanos maiores, o que causava um enorme problema não apenas para os Municípios pequenos, mas também para os Municípios maiores, porque, sem pactuação, tinham que atender por força da emergência.

Esse programa veio minorar sensivelmente algo que nós achamos que era grave, que era a falta de médicos, seja nos PSFs, seja nos hospitais, mas principalmente nos postos de saúde, nos PSFs.

Tive oportunidade de ver, *in loco*, no Município de Rio do Antônio, num encontro que tive com o Prefeito Celinho, com o ex-Prefeito Zico, com o Presidente

da Câmara, Jeferson Martins, com o Secretário Wanderlei e com os médicos cubanos Rodolfo e Joani, a satisfação de todos: dos médicos cubanos, da classe política reunida em Rio do Antônio na casa do prefeito e da população.

Esta coisa que diziam, ou seja, que a comunicação seria difícil e tal, pelo contrário. Temos que ressaltar que a comunicação é correta, que o atendimento está sendo correto, que a população está extremamente satisfeita.

Portanto, esse Programa Mais Médicos veio, sim, minorar o grave problema, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do País, de falta de médicos.

Este voto é para resolvemos um outro problema, porque esse programa foi criado de forma emergencial. Está bem, e, a partir de 2015, como ficarão esses médicos que vieram de outros países?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Presidente, está sem conexão para votar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Como ficarão? Nós temos que prever que esses profissionais que aqui estão e que desejam ficar ou não terão que mudar o regime de trabalho. Ou será prorrogar indefinidamente? Aí vamos criar duas situações muito distintas: médicos residentes no Brasil, praticamente, que têm uma forma de contratação e outros que não têm. E, no serviço público, tem que haver o princípio da isonomia, que é um princípio constitucional.

Portanto, votar “não” significa termos a Constituição como um imperativo de igualdade entre todos. Como era uma situação emergencial, nós aprovamos, mas, daqui a três anos, vamos criar um problema e, se tivermos que prorrogar a manutenção desse programa, essa prorrogação irá confrontar – aí fatalmente – a Constituição Federal.

Por isso encaminhamos o “não”, para que o voto caia e para que o programa permaneça e privilegie tanto os médicos brasileiros que nele foram incluídos quanto os médicos estrangeiros, numa isonomia prevista na Constituição da República do Brasil.

Porém, Sr. Presidente, nós, que vivemos no interior, que somos de um Estado do Nordeste, como a Bahia, temos que ser sinceros em dizer: quando o Governo acerta, temos que reconhecer. Esse é um programa que foi feito para o benefício da população mais baixa, para a população que não tem plano de saúde, que não tem hospital particular e que precisa do atendimento público do serviço de saúde.

Por isso, nós queremos que esse programa seja fortalecido. Acredito nessa medida de fazermos com que esses médicos que ultrapassarem o período de

2015 e que desejarem permanecer possam se submeter às regras constitucionais, para que esse programa, daqui a três anos, não seja um novo problema que tenhamos que resolver, mas, sim, um problema resolvido, já a partir deste ano.

Portanto, esse marco regulatório, esse voto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA. *Fora do microfone.*) – Para concluir. Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Claudio Cajado, o Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Está travado o painel de votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Presidente, pela ordem. Eu gostaria de votar...

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicito que verifique que está travado o painel. Portanto, vai ser necessário inclusive dilatar o prazo, para que todos possam, com tranquilidade, manifestar a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Só vou fazer o seguinte: houve um problema técnico. V. Ex^a tem razão: travou a votação. O que estamos pensando é que os votos que ainda faltam têm que ser colhidos de alguma forma. É um direito do Parlamentar.

Eu vou pedir que a gente chame o próximo orador para falar, que é o tempo em que a gente se organiza para fazer esse procedimento, está certo, Deputado?

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB – ES) – Contanto que esteja assegurada a todos a possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Eu vou chamar, porque já estava na lista de espera, há algum tempo, o Deputado Mário Heringer, do PDT.

V. Ex^a tem o tempo regimental. É o tempo que a gente ajusta para as próximas votações.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, não vai encerrar a votação, não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Eu não vou encerrar a votação agora porque o painel está travado, e há Parlamentares que ainda não votaram.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Eu não votei e quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Perfeito. Então, estamos chamando mais um orador, que é o tempo que teremos para ajustar esse procedimento.

Com a palavra o Deputado Mário Heringer.

O SR. MÁRIO HERINGER (PDT – MG) – Muito obrigado, Presidente.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, não está mais aqui em discussão o Programa Mais Médicos. O Programa Mais Médicos já foi aprovado nesta Casa e tem se mostrado, do ponto de vista da emergência, um bom programa. A nossa crítica a esse programa sempre foi porque ele não criava a atratividade necessária e nem a fixação do médico para onde ele fosse. Essa era a nossa principal crítica.

Entretanto, a partir das muitas discussões neste plenário, um acordo se montou, e decidiu-se que a carreira do médico seria aprovada aqui e seria assim: o primeiro ponto seria feito em torno da criação de um projeto que buscasse exatamente a atratividade e a fixação do homem, do médico, da médica na periferia das grandes cidades e nas cidades do interior, para onde certamente não é fácil as pessoas irem.

A carreira do médico, além da estabilidade e da segurança, dá responsabilidade. E o médico estaria lá por compromisso do seu concurso, da sua aprovação e da sua necessidade.

Infelizmente, mais uma vez, depois de vários acordos que se construíram nesta Casa, começo a perceber que acordos na área da saúde são feitos para não serem cumpridos.

Senão vejamos: nesta Casa, votou-se, quando desonerou a linha branca e os automóveis, hospitais e clínicas. Veto. Nesta Casa, votou-se, há um tempo, a questão das santas casas para tentar resolver o problema da míngua por que as santas casas passam. Chegou ao Governo, voto. Depois, veio, neste último, no meio do Mais Médicos, a carreira, que é a carreira que pode, neste momento, desencadear um processo de atração e de fixação dos médicos nas cidades do interior e na periferia das grandes cidades. Veto. E nós aqui perdendo a oportunidade de votarmos contra esses vetos, claramente, porque o voto era fechado.

Temos agora, senhores, oportunidades de dizer ao povo brasileiro que continuamos ao lado da saúde e que, para a saúde melhorar, para que o médico tenha dignidade, para que o médico vá para o interior, para que o médico se fixe, é necessário uma carreira.

E o que estamos discutindo aqui hoje é a questão da carreira. Nós não estamos discutindo mais o Mais Médicos. O Mais Médicos já está aí, é uma realidade, tem causado satisfação em várias cidades. Muito bem, ótimo. Agora, o Mais Médicos passou. O que queremos, além do Mais Médicos, é mais saúde, é mais dignidade, é mais compostura dos governos com relação aos mais humildes, aos mais necessitados.

Não adianta agora, neste momento, virmos aqui dizer que o Mais Médicos é sucesso, quem estava contra, quem estava a favor. Estamos aqui para discutir, neste momento, Sras e Srs. Parlamentares, e para votar se queremos normatizar a carreira do médico, se queremos levar o médico, atrair o médico para o interior.

Infelizmente, toda discussão é desvirtuada em função dos seus desvios políticos, e aqui não pode haver nenhum. Aqui não tem médico de direita ou médico de esquerda, aqui não tem médico de Governo ou médico contra Governo, o que tem aqui são médicos a favor da população brasileira. É impossível, inimaginável, que esta Casa, tendo votado dentro de um acordo recentemente esse apoio à carreira dos médicos, hoje, claramente, com voto aberto, mude de posição.

Nós estamos aqui para pedir às senhoras e aos senhores que considerem a carreira dos médicos o primeiro e necessário passo para que, depois deste momento de emergência, com o Programa Mais Médicos, possamos ter médicos sempre. É a nossa bandeira, esperamos ter médicos sempre, não Mais Médicos quando os médicos faltarem, médicos sempre. Vamos votar “não”. Vamos derrubar esse veto.

O SR. MANOEL JUNIOR (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Manoel Junior acompanha o voto do Deputado Mário: “não” ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – O.k. A Mesa vai tomar o seguinte procedimento: quando o painel estava travado, nós iríamos ter de coletar os votos nominalmente. A pessoa iria se manifestar.

Como abriu novamente, farei o seguinte: há várias pessoas que pediram a palavra,...

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Eu só quero refazer a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – ... eu vou pedir para se resumir a um minuto, por favor. Eu vou chamar.

Esse é o tempo para que quem ainda não votou possa votar. Então, enquanto o Deputado Macris se dirige à tribuna, vou passar a palavra a V. Ex^a, Deputada Jandira, por um minuto, e depois ao Deputado Macris, que já pode se dirigir à tribuna.

V. Ex^a tem um minuto. Pode falar.

A SR^a JANDIRA FEGHALI (PCdoB – RJ) – Deputado Sibá, na discussão da nossa Bancada, logo após o voto, compreendemos que havia um acordo e foi isso o que eu explicitei no encaminhamento.

No entanto, fui alertada agora pela nossa assessoria jurídica de que o acordo feito entre o Relator, que deveria estar aqui inclusive – eu não estou vendo o Deputado Rogério aqui –, com a emenda do PSDB,

na verdade, a interpretação que está ficando do artigo é que é impossível médico intercambista fazer parte de uma carreira porque ele não é brasileiro.

Então, não estamos falando aqui de carreira para médico brasileiro, e sim de carreira para médico intercambista, o que juridicamente é impossível. E, na interpretação, se nós derrubarmos o voto, o que vai acontecer é que, ao final de três anos, ganha-se juridicamente a possibilidade de expurgar do programa os médicos estrangeiros que estão no Brasil.

Se esse alerta jurídico nos convence, eu preciso mudar a orientação para “sim”, porque nós queremos a carreira para...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Eu preciso dar prosseguimento à votação, Deputada.

Na sequência, passarei novamente a palavra.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer, porque isso vai induzir ao erro em pleno processo de votação.

O texto foi oferecido, Deputada Jandira, pelo Relator Rogério Carvalho e pelo Ministério, em uma etapa avançada de votação, onde só era possível emenda supressiva aglutinativa. Não podia haver, Jandira, um texto diferenciado. O marco constitucional não prevê carreiras compartimentadas. Não é possível abrir uma carreira só para estrangeiros. O que consagra nesse texto... Ou o Ministro agiu de má-fé, porque o texto foi oferecido por ele e pelo Relator.

O PSDB saiu da obstrução, cumpriu a sua parte e defendeu os médicos brasileiros. Carreira é uma carreira única. A legislação brasileira vai se adequar, vai haver uma carreira estruturada com as regras do jogo – para estrangeiros, para brasileiros. E a legislação sobre o próprio trabalho estrangeiro pode migrar, pode mudar.

Então, o que nós estamos consagrando hoje é um...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Eu vou ter que encerrar a votação. O PCdoB altera a sua posição no painel de “não” para “sim”, segundo a nossa Líder Jandira Feghali. É isso, Deputada? De “não” para “sim”, o PCdoB.

Então, nós vamos encerrar a votação neste momento. Peço o encerramento do painel para a coleta dos votos.

E, na sequência, a lista, porque ainda há 12 oradores inscritos.

Então, peço para encerrar a votação.

Votação encerrada.

(Procede-se à apuração.)

Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 24

54ª LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
 Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA N° 029 - 10/12/2013

Abertura Painel: 10/12/2013 15:40

Encerramento Painel: 10/12/2013 21:13

Proposição:

VETO PARCIAL - N° 44 DE 2013

Presidiram a Sessão:

Andre Vargas - 15:44
 Colbert Martins - 18:52
 Simão Sessim - 19:04
 Andre Vargas - 19:08
 Simão Sessim - 19:24
 Andre Vargas - 19:38
 Nelson Pellegrino - 20:07

Início Votação: 10/12/2013 15:58

Fim Votação: 10/12/2013 16:52

Presidiram a Votação:

Andre Vargas

Resultado da Votação

Sim	204
Não	113
Abstenção	2
Total da Votação	319

Orientação

PT - Sim
 PMDB - Sim
 PPB - Sim
 PSD - Não
 PSD - Não
 PRP - Liberado
 PSB - Liberado
 DEM - Não
 Solidariedade - Não
 PDT - Sim
 PTB - Sim
 PCdoB - Sim
 PSC - Sim
 PRB - Sim
 PV - Não
 PPS - Não
 PSOL - Sim
 Minoria - Não
 GOV. - Sim

Art. 51	1
---------	---

Total Quorum	320
---------------------	------------

Obstrução	1
------------------	----------

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Sim
Edio Lopes	PMDB		Sim
Jhonatan de Jesus	PRB		Sim
Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marcio Junqueira	PROS	PpPros	Sim
Paulo Cesar Quartiero	DEM		Não
Raul Lima	PP	PpPros	Sim
Total Roraima : 7			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Evandro Milhomem	PCdoB		Não
Fátima Pelaes	PMDB		Sim
AMAPÁ			
Janete Capiberibe	PSB		Sim
Total Amapá : 4			
PARÁ			
Arnaldo Jordy	PPS		Sim
Beto Faro	PT		Sim
Cláudio Puty	PT		Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Não
Josué Bengtson	PTB		Não

Lira Maia	DEM		Não
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Zequinha Marinho	PSC		Sim

Total Pará : 9

AMAZONAS

Átila Lins	PSD		Sim
Dr. Luiz Fernando	PSD		Não
Francisco Praciano	PT		Sim
Silas Câmara	PSD		Sim

Total Amazonas : 4

RONDÔNIA

Anselmo de Jesus	PT		Sim
Carlos Magno	PP	PpPros	Sim
Marcos Rogério	PDT		Não
Marinha Raupp	PMDB		Sim
Moreira Mendes	PSD		Não
Nilton Capixaba	PTB		Sim
Padre Ton	PT		Sim

Total Rondonia : 7

ACRE

Antônia Lúcia	PSC		Sim
Gladson Cameli	PP	PpPros	Sim
Henrique Afonso	PV		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Taumaturgo Lima	PT		Sim

Total Acre : 6

TOCANTINS

Júnior Coimbra	PMDB		Sim
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Sim
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Não

Total Tocantins : 4

MARANHÃO

Carlos Brandão	PSDB		Não
----------------	------	--	-----

MARANHÃO

Cleber Verde	PRB		Sim
Costa Ferreira	PSC		Sim
Domingos Dutra	Solidaried		Abstenção
Hélio Santos	PSDB		Não
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Professor Setimo	PMDB		Sim
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Sim
Weverton Rocha	PDT		Sim

Total Maranhão : 9

CEARÁ

André Figueiredo	PDT		Sim
Aníbal Gomes	PMDB		Sim
Antônio Balhmann	PROS	PpPros	Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Danilo Forte	PMDB		Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
Genecias Noronha	Solidaried		Não
João Ananias	PCdoB		Sim

José Airton	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
José Linhares	PP	PpPros	Sim
Mauro Benevides	PMDB		Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Não

Total Ceará : 13

PIAÚI

Assis Carvalho	PT		Sim
Jesus Rodrigues	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Não
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Marilson Sampaio	PMDB		Sim
Nazareno Fonteles	PT		Sim
Osmar Júnior	PCdoB		Sim
Paes Landim	PTB		Sim

Total Piauí : 8

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado	PP	PpPros	Sim
Fábio Faria	PSD		Sim
Fátima Bezerra	PT		Sim
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Wagner	PV		Sim

Total Rio Grande do Norte : 5

PARAÍBA

Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Efraim Filho	DEM		Não
Leonardo Gadelha	PSC		Sim

PARAÍBA

Luiz Canto	PT		Sim
Manoel Junior	PMDB		Não
Nilda Gondim	PMDB		Não
Ruy Carneiro	PSDB		Não
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Não
Wilson Filho	PTB		Sim

Total Paraíba : 9

PERNAMBUCO

Bruno Araújo	PSDB		Não
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Sim
Eduardo da Fonte	PP	PpPros	Sim
Fernando Ferro	PT		Sim
Inocêncio Oliveira	PR	PrPtdobPrp	Sim
João Paulo Lima	PT		Sim
Jorge Corte Real	PTB		Sim
Luciana Santos	PCdoB		Não
Pastor Eurico	PSB		Não
Raul Henry	PMDB		Sim
Sergio Guerra	PSDB		Não
Severino Ninho	PSB		Sim
Silvio Costa	PSC		Sim
Vilaíba	PP	PpPros	Sim

Total Pernambuco : 14

ALAGOAS

Alexandre Toledo	PSB		Não
Arthur Lira	PP	PpPros	Sim
Francisco Tenório	PMN		Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Sim
Mauricio Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulão	PT		Sim
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp	Não

Total Alagoas : 7**SERGIPE**

Laercio Oliveira	Solidaried		Não
------------------	------------	--	-----

Total Sergipe : 1**BAHIA**

Acelino Popó	PRB		Sim
Afonso Florence	PT		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Abstenção
Antonio Imbassahy	PSDB		Não
Claudio Cajado	DEM		Não
Colbert Martins	PMDB		Não
Daniel Almeida	PCdoB		Não
Erivelton Santana	PSC		Sim

BAHIA

Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Geraldo Simões	PT		Sim
João Leão	PP	PpPros	Sim
José Carlos Araújo	PSD		Sim
Luiz Alberto	PT		Sim
Luiz de Deus	DEM		Não
Márcio Marinho	PRB		Sim
Mário Negromonte	PP	PpPros	Sim
Nelson Pellegrino	PT		Sim
Oziel Oliveira	PDT		Não
Valmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Zezéu Ribeiro	PT		Sim

Total Bahia : 22**MINAS GERAIS**

Ademir Camilo	PROS	PpPros	Não
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Não
Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrp	Sim
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Sim
Domingos Sávio	PSDB		Não
Eduardo Azeredo	PSDB		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Gabriel Guimarães	PT		Sim
George Hilton	PRB		Sim
Isaias Silvestre	PSB		Não
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp	Sim
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Sim
Marcos Montes	PSD		Não
Marcus Pestana	PSDB		Não
Margarida Salomão	PT		Sim
Mário Heringer	PDT		Não
Nilmário Miranda	PT		Sim

Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Rodrigo de Castro	PSDB		Não
Saraiva Felipe	PMDB		Não
Stefano Aguiar	PSB		Não
Walter Tosta	PSD		Sim
Weliton Prado	PT		Sim

Total Minas Gerais : 28**ESPIRITO SANTO**

Cesar Colnago	PSDB		Não
---------------	------	--	-----

ESPIRITO SANTO

Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Sim
Lelo Coimbra	PMDB		Não
Manato	Solidaried		Não
Paulo Foletto	PSB		Não
Rose de Freitas	PMDB		Sim
Sueli Vidigal	PDT		Sim

Total Espírito Santo : 7**RIO DE JANEIRO**

Alessandro Molon	PT		Sim
Alfredo Sirkis	PSB		Não
Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Arolde de Oliveira	PSD		Não
Aureo	Solidaried		Não
Benedita da Silva	PT		Sim
Chico Alencar	PSOL		Sim
Dr. Carlos Alberto	PMN		Não
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Sim
Edson Santos	PT		Sim
Eduardo Cunha	PMDB		Sim
Eurico Júnior	PV		Não
Felipe Bornier	PSD		Não
Fernando Jordão	PMDB		Sim
Francisco Flávio	PR	PrPtdobPrp	Sim
Glauber Braga	PSB		Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Não
Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jean Wyllys	PSOL		Sim
Jorge Bittar	PT		Sim
Leonardo Picciani	PMDB		Sim
Manuel Rosa Necá	PR	PrPtdobPrp	Sim
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Não
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Sim
Rodrigo Maia	DEM		Não
Romário	PSB		Sim
Sergio Zveiter	PSD		Não
Simão Sessim	PP	PpPros	Sim
Stepan Nercessian	PPS		Não
Vitor Paulo	PRB		Sim
Walney Rocha	PTB		Sim
Washington Reis	PMDB		Obstrução
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Sim

Total Rio de Janeiro : 33

SÃO PAULO

Antonio Bulhões	PRB	Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	Não
Arlindo Chinaglia	PT	Sim
SÃO PAULO		
Arnaldo Faria de Sá	PTB	Não
Arnaldo Jardim	PPS	Não
Beto Mansur	PRB	Sim
Cândido Vaccarezza	PT	Sim
Carlos Zarattini	PT	Sim
Devanir Ribeiro	PT	Sim
Dr. Ubiali	PSB	Não
Edinho Araújo	PMDB	Sim
Eli Correa Filho	DEM	Não
Emanuel Fernandes	PSDB	Não
Francisco Chagas	PT	Sim
Guilherme Campos	PSD	Não
Guilherme Mussi	PP	PpPros
Iara Bernardi	PT	Sim
Ivan Valente	PSOL	Sim
Janete Rocha Pietá	PT	Sim
João Dado	Solidaried	Sim
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	Não
Junji Abe	PSD	Não
Luiz Fernando Machado	PSDB	Não
Luiza Erundina	PSB	Não
Mara Gabrilli	PSDB	Não
Márcio França	PSB	Não
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
Nelson Marquezelli	PTB	Sim
Newton Lima	PT	Sim
Otoniel Lima	PRB	Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC	Sim
Paulo Teixeira	PT	Sim
Penna	PV	Não
Ricardo Berzoini	PT	Sim
Ricardo Izar	PSD	Não
Ricardo Tripoli	PSDB	Não
Roberto de Lucena	PV	Não
Roberto Santiago	PSD	Não
Tiririca	PR	PrPtdobPrp
Vanderlei Macris	PSDB	Não
Vanderlei Siraque	PT	Sim
Vaz de Lima	PSDB	Sim
Vicentinho	PT	Sim
Walter Feldman	PSB	Não
Walter Ihoshi	PSD	Não
William Dib	PSDB	Não

Total São Paulo : 46**MATO GROSSO**

Júlio Campos	DEM	Não
--------------	-----	-----

MATO GROSSO

Nilson Leitão	PSDB	Não
Ságua Moraes	PT	Sim

Total Mato Grosso : 3

DISTRITO FEDERAL

Augusto Carvalho	Solidaried	Não
Erika Kokay	PT	Sim
Izalci	PSDB	Não
Luiz Pitiman	PSDB	Não
Policarpo	PT	Sim
Reguffe	PDT	Sim
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros

Total Distrito Federal : 7**GOIÁS**

Armando Vergilio	Solidaried	Não
Carlos Alberto Leréia	PSDB	Sim
Flávia Morais	PDT	Não
Íris de Araújo	PMDB	Sim
João Campos	PSDB	Não
Marina Santanna	PT	Sim
Pedro Chaves	PMDB	Sim
Roberto Balestra	PP	PpPros
Rubens Otoni	PT	Sim
Sandes Júnior	PP	PpPros
Sandro Mabel	PMDB	Sim
Valdivino de Oliveira	PSDB	Não

Total Goiás : 12**MATO GROSSO DO SUL**

Akira Otsubo	PMDB	Sim
Biffi	PT	Sim
Fábio Trad	PMDB	Sim
Geraldo Resende	PMDB	Não
Mandetta	DEM	Não
Marçal Filho	PMDB	Sim
Reinaldo Azambuja	PSDB	Não

Total Mato Grosso do Sul : 7**PARANÁ**

Abelardo Lupion	DEM	Não
Alfredo Kaefer	PSDB	Não
Andre Vargas	PT	Art.51
André Zacharow	PMDB	Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros
Eduardo Sciarra	PSD	Não
Giacobo	PR	PrPtdobPrp
Leopoldo Meyer	PSB	Não
Luiz Carlos Hauly	PSDB	Não

PARANÁ

Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Sim
Nelson Meurer	PP	PpPros	Sim
Nelson Padovani	PSC		Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Professor Sérgio de Oliveira	PSC		Sim
Rosane Ferreira	PV		Não
Rubens Bueno	PPS		Não
Sandro Alex	PPS		Sim

Total Paraná : 17

SANTA CATARINA

Celso Maldaner	PMDB	Sim
Décio Lima	PT	Sim
Edinho Bez	PMDB	Sim
Esperidião Amin	PP	PpPros
Jorge Boeira	PP	PpPros
Marco Tebaldi	PSDB	Não
Mauro Mariani	PMDB	Sim
Onofre Santo Agostini	PSD	Não
Pedro Uczai	PT	Sim
Rogério Peninha Mendonça	PMDB	Sim
Ronaldo Benedet	PMDB	Sim
Valdir Colatto	PMDB	Não

Total Santa Catarina : 12**RIO GRANDE DO SUL**

Afonso Hamm	PP	PpPros	Sim
Alceu Moreira	PMDB		Não
Alexandre Roso	PSB		Não
Beto Albuquerque	PSB		Não
Bohn Gass	PT		Sim
Eliseu Padilha	PMDB		Sim
Fernando Marroni	PT		Sim
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Jose Stédile	PSB		Sim
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Não
Marco Maia	PT		Sim
Marconi	PT		Sim
Nelson Marchezan Junior	PSDB		Não
Paulo Pimenta	PT		Sim
Renato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Nogueira	PTB		Sim
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Vieira da Cunha	PDT		Não
Vilson Covatti	PP	PpPros	Sim

Total Rio Grande do Sul : 20

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – É um absurdo isso. Uma questão estratégica para o SUS ser deliberada unilateralmente pelo Presidente no momento em que vai abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– SIM, 204; NÃO, 113.

Abstenções, duas.

Então, está rejeitada. Foi mantido o voto.

O voto foi mantido e não vai ao Senado.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Não vai haver comemoração pelo novo tapa na cara dos médicos brasileiros, não? E pelo acordo não cumprido?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Passamos ao item 2 da pauta.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – A palavra do Ministro Padilha passa a valer zero nesta Casa. É golpe e molecagem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– **Item 2:**

VETO PARCIAL Nº 45, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 45, de 2013, aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25 de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619, de 2013), que “Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária,...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– ... de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Qual é o cargo que V. Exª ocupa na Mesa do Congresso?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Deixe-me terminar a leitura.

Nós vamos ouvir V. Exª.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Qual é o cargo que V. Exª ocupa na Mesa do Congresso.

Não tem autoridade para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– ... de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011; autoriza ainda a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (Prosus); dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde; autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário (Cedupi); altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011; altera a Lei nº 10.438, , de 26 de abril de 2002; autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; dispõe sobre o repasse pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos; altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de

março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 -Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências".

Há 18 dispositivos vetados e, como tal,...

Partes vetadas:

- “caput” do art. 3º;
- § 1º do art. 3º;
- § 2º do art. 3º;
- § 3º do art. 3º;
- § 4º do art. 3º;
- § 5º do art. 3º;
- § 6º do art. 3º;

– § 15 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 4º do projeto;

-§ 13 do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pelo art. 5º do projeto;

- “caput” do art. 21;
- “caput” do § 1º do art. 21;
- inciso I do § 1º do art. 21;
- inciso II do § 1º do art. 21;
- inciso III do § 1º do art. 21;
- § 2º do art. 21;
- § 3º do art. 21;
- “caput” do art. 48;
- parágrafo único do art. 48.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Eu vou inscrever cada um. Eu vou inscrever V. Exªs.

As questões de ordem serão inscritas. Eu vou acrescentar...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Parágrafo 5º, art. 57 da Constituição.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) Sem revisão do orador.) – Art. 130 do Regimento Comum.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG). Para uma questão de ordem.) – Parágrafo 5º, art. 57 da Constituição: “A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”.

Minha questão de ordem: V. Exª é membro da Mesa da Câmara e está aí presidindo a sessão em que condição?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem também.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Questão de ordem. Constituição, § 5º do art. 57.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Então, Sibá Machado não é membro da Mesa e V. Exª faz uma questão de ordem...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Aí perdeu a validade.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – ... que está amparada no Regimento e, diante dos fatos, só há uma saída: eu saio da Mesa e convidamos imediatamente um membro da Mesa para se fazer presente.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – E a votação anterior...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Enquanto eles não chegam, se não houver... Calma lá...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – E restabelece a votação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – ... não estando, vamos chamar pela idade. Estou concordando com V. Exª.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – O senhor tomou uma decisão. O senhor tomou uma decisão unilateral sem ter poderes...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Pois muito bem, algum membro da Mesa do Congresso está presente?

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – A votação é nula. A votação é nula, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Convidamos um membro da Mesa do Congresso a se fazer presente imediatamente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero pedir uma questão de ordem.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Mesmo assim, Presidente, não seria V. Exª. Se ele não for membro da Mesa, tem que ser o mais antigo da Casa.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Deixe o novo Presidente chegar e a questão de ordem será decidida.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – O ato é nulo, plenamente nulo. O ato é nulo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Não estando um membro da Mesa, pela questão da idade...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – É o mais idoso, o que também não é o seu caso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Deputado Simão Sessim.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – V.

Ex^a não é o mais idoso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Não quero chamar de velho, mas...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Nulo...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – A votação é nula. V. Ex^a está aí para presidir esta sessão e não me dá a questão de ordem; por favor.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Eu estou concordando. Só um minuto. Eu estou concordando, escutem-me um pouquinho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Então me dá a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Eu já ouvi V. Ex^a.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Então me dá a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – V. Ex^a fez uma questão de ordem e eu estou acatando. Eu não sou membro da Mesa e, como tal, estou solicitando que um membro da Mesa venha até aqui.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – E vamos refazer a votação, porque ela é nula.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Se não houver nenhum membro da Mesa presente, estou convidando um Parlamentar de idade maior que a minha ou da de todos nós.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Está chegando para presidir o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Agora, cabe a mim o seguinte: eu sentei nesta cadeira a convite do Presidente legitimamente eleito para isso porque não estava no momento nenhum dos Parlamentares da Mesa e nenhum da idade que...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Isso não é regimental nem constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Como tal, sento-me aqui, outorgado e autorizado. E minha questão de ordem sobre a preocupação de V. Ex^a é que os atos que eu assumi serão mantidos...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Serão nulos...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – E serão nulos...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E daqui para frente...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Serão nulos, absolutamente nulos...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Mais respeito com SUS e com os médicos brasileiros.

O Sr. Sibá Machado deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS – RJ) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – PR) – ...eu fui cassado na minha palavra; eu quero falar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS – RJ) – O Senador Suplicy pode ser o Senador com o maior número...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O Deputado Macris está pedindo uma questão de ordem; depois o Rubens Bueno. Vamos acalmar e vamos seguir a sessão.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – E vamos restabelecer a votação que é totalmente nula.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS – RJ) – O Senador Suplicy é o mais velho.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – PR). Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeira coisa, gostaria dizer a V. Ex^a que o Deputado Sibá Machado cassou minha palavra depois de tê-la dado para eu me manifestar da tribuna da Câmara. Fui cassado na minha palavra...

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB – PE) – Sr. Presidente, o Deputado José Chaves votou com o Partido.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – PR) – ...

Segundo ponto, Sr. Presidente, ele cassou a minha palavra e encerrou a sessão depois de uma pane técnica no painel. Sem que houvesse um esclarecimento necessário, ele encerrou a votação. Não poderia ter feito, Sr. Presidente, e ele estava no exercício ilegal da Presidência no momento em que fez isso.

Portanto, quero dizer a V. Ex^a que eu lamento muito que isso tenha acontecido. Na minha concepção, essa votação é nula. E quero pedir uma questão de ordem a V. Ex^a para considerar a respeito disso, porque não é possível a decisão atropelada; ligaram o trator, e ele não era motorista habilitado para conduzir esta sessão, Sr. Presidente. Eu só queria dizer a V. Ex^a isso.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Bom, só um minuto. Quando eu saí daqui, como acontece em muitas sessões, aqui temos Parlamentares eleitos, pessoas responsáveis, que, independente de comporem a Mesa ou não, já dirigiram sessões da Câmara, pelo menos temporariamente, do Congresso Nacional.

O Presidente Henrique Eduardo Alves acabou de receber uma pequena homenagem pelo seu aniversário. Entenderam que era importante que eu estivesse lá apenas para abraçá-lo pela harmonia da Mesa. Temos a nossa divergência, todos sabem, tivemos momentaneamente num ponto. Resolvi sair e voltei agora.

Quando saí daqui, havia combinado, porque havia mais de 285 Parlamentares, já estávamos com 50 minutos de sessão. Aliás, todos sabem, pela orientação da votação, mais ou menos, que era muito difícil derrubar o veto, portanto, resultado previsível. Fiz um entendimento com o Deputado Sibá que, assim que o Deputado Mário Heringer encerrasse o seu pronunciamento – aliás, eu anunciei –, nós encerraríamos a votação.

Então, não há nenhum tipo de prejuízo. E vamos nos acalmar e nem vamos tirar a legitimidade desse ou daquele outro Parlamentar.

Portanto, a Mesa pode até acolher a questão de ordem. Não a reconhece. Se tiver algum recurso para a Comissão de Justiça, que o faça.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho.

Vamos dar sequência à sessão. Então, não vamos acolher nenhum tipo de questionamento em relação à legitimidade da votação, que já transcorreu...

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT – PR) – Estavam aqui 290 Deputados que já tinham votado, por 54 minutos. Não se trata de votação de 10 minutos e já encerrada.

Deputado Rubens Bueno.

Deputado Rubens Bueno está com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com fundamento no art. 131 do Regimento Comum e tendo por objetos os arts. 43, 44, 104 e 106, todos do Regimento Comum, e sua relação com o art. 66, §4º, da Constituição Federal, formulo a presente questão de ordem para que seja explicitado o procedimento a ser adotado quanto à votação dos vetos presidenciais após o advento da Emenda à Constituição

nº 76, de 2013, que excluiu a exigência do escrutínio secreto para essas hipóteses.

Daí, Sr. Presidente, no dia 29 de novembro, foi publicada a Emenda à Constituição nº 76, que excluiu essa expressão.

O art. 106 dispõe: “O veto será obrigatoriamente colocado na Ordem do Dia da sessão conjunta imediata.”

O art. 43, por sua vez, dispõe que: “Nas deliberações, os votos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal serão sempre computados separadamente.”

E no seu §2º consta a ressalva de que a votação se iniciará pela Câmara dos Deputados, salvo se o projeto de lei vetado tiver sido de iniciativa do Senado Federal, caso em que a votação será iniciada pelo Senado.

O art. 44 define que as votações se darão pelo processo simbólico, nominal ou secreto.

E pela leitura do seu parágrafo único se verifica que o processo da apreciação de vetos presidenciais se dá pelo processo nominal. Porém, com a atual redação do §4º do art. 66, adota-se a forma de voto aberto.

Até o presente momento, como existia essa exigência constitucional de escrutínio secreto, o processo de votação se dava na forma do art. 47 do Regimento Comum, ou seja, através de cédulas únicas, impressas e em que constavam os vetos individualmente, com os respectivos dispositivos vetados, para apreciação um a um.

Adotando-se de agora em diante o processo de votação nominal aberto, é a presente questão de ordem justamente para indagar a V. Exª a seguinte forma para esse processo:

1 – A votação se processará no painel eletrônico da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – 2 – Serão votados, item a item, todos os dispositivos vetados?

3 – Em outras palavras, a apreciação se dará individualmente por cada voto e individualmente em cada um dos dispositivos vetados?

4 – Caso a votação não se dê item a item, haverá possibilidade de requerimento para votar um ou mais itens separadamente, na forma do art. 50 do Regimento Comum, já que cada dispositivo é um voto individual?

São essas as dúvidas que gostaria que V. Exª respondesse nesta questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Posso responder essa questão de ordem ou é algo que se soma a essa questão de ordem?

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)

– Não, é uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu preciso relatar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Só um minutinho, eu não lhe passei a palavra. Vou responder a questão de ordem.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O.k., eu aguardo, então, que V. Ex^a me conceda a palavra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)

– E a outra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Depois é o Deputado Garotinho, depois V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA) – Jutahy antes.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Em 28/06/90, foi aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, da Relatoria do Deputado Nelson Jobim, em virtude de consulta formulada pelo Presidente do Congresso à época, Senador Nelson Carneiro, por sugestão formulada pelo Deputado Jefferson Peres, a respeito da possibilidade da votação em globo dos vetos parciais apostos ao mesmo projeto de lei. É o parecer.

A tradição parlamentar tem consagrado que se efetue isoladamente cada voto. Contudo, dentro de uma interpretação teleológica do Regimento, pode-se perfeitamente realizar a votação global dos vetos apostos a diversos dispositivos de uma proposição. É decorrência até mesmo do princípio de economia processual, ainda mais que, caso ocorra qualquer reclamação de Deputado ou Senador pretendendo a votação de item por item, tal será possível de ser atendido, desde que haja o apoio regimentalmente previsto para hipóteses assemelhadas, quando há tramitação de outras proposições submetidas aos votos dos Parlamentares.

Ou seja, será votado em globo e há possibilidade de que um Líder, não sendo necessário, por exemplo, a quantidade de Deputados representados, faça um destaque e isso será acolhido e submetido à votação. Então, acresça-se que a votação em globo de um mesmo projeto é regra geral do processo legislativo, podendo haver votação separadamente das partes, desde que por meio de destaque. Dessa forma, a votação em globo dos vetos apostos ao mesmo projeto segue a mesma regra geral do processo legislativo. E assim vai.

Então, já temos, inclusive, com relação a esse ponto... O primeiro ponto foi um item só, agora é que essa exceção cabe e é claro que agora nós vamos ter a jurisprudência em relação a como vai funcionar no futuro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Exatamente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a permite...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– A Mesa entende – estou respondendo ao Deputado Rubens Bueno – que será nominal, será no painel, começará pelos Deputados quando de iniciativa de Deputados, pelos Senadores quando de iniciativa dos Senadores, será votado de forma global e haverá possibilidade de destaque nos itens que foram destacados.

Respondido, Deputado Rubens Bueno?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Só lembrando que esse parecer que foi lido está baseado num Parecer da Comissão de 1990, sob a égide do voto secreto, dos vetos ainda sob o voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Mas ainda nesta Constituição.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Estamos tratando, a partir deste momento, de um novo momento. Claro que é preciso ajustar a essa nova realidade. Votar 18 itens num mesmo pacote, é evidente que há situações completamente diferentes que precisam ser votadas.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Mas havendo possibilidade de destaque se corrige isso, porque necessariamente tem que votar todos separados, mesmo quando há um conjunto semelhante, também realmente seria algo indesejável.

Deputado Garotinho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Quero saber se o destaque eu posso fazer em todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Pode fazer em todos os itens.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Rubens, pode fazer, mas é claro que a Mesa entende que, do ponto de vista da economia processual, já que a votação agora não é num momento só, um voto só, em que as pessoas façam opção, que seria uma economia processual, no sistema eletrônico, se fôssemos votar item a item; por exemplo, do próximo projeto, seriam oito votações nominais, o que significa mais ou menos duas horas de votação.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – São três matérias distintas, Sr. Presidente. Esse é que é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Regimentalmente é possível. Agora, é claro que a Mesa sempre fará um apelo, pela economia processual, para o término da sessão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR) – Agradeço que vamos proceder dessa forma.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Garotinho e depois Deputado Sávio.

A SR^a ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Alice Portugal vota com o Partido.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Sr. Presidente, é muito importante que V. Ex^a responda com clareza o que ocorreu aqui na sessão passada. V. Ex^a sabe que sou uma pessoa da Base do Governo, votei com o Governo, pode conferir o meu voto, mas o que ocorreu aqui na votação passada não é uma questão regimental, é uma questão constitucional. Inclusive fui à Mesa, fui ao ouvido do Deputado Sibá Machado e disse: “Deputado, por favor, a sessão será anulada.”

Por quê? Vamos lá: o que diz a nossa Constituição? E não o Regimento. Acima do Regimento está a Constituição art. 57, §5º: “A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal e os demais cargos serão exercidos alternadamente pelos ocupantes de cargos equivalentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.”

O Deputado Sibá Machado não é membro nem da Mesa da Câmara e nem da Mesa do Senado. Ele não poderia ter proclamado o resultado. Eu o avisei.

Eu até, no intuito de ajudar, fui à Mesa e disse ao Deputado Siba que ele não poderia proclamar o resultado, sob pena, Sr. Presidente, de a sessão ser anulada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tudo bem, mas isso faz parte do risco. Vamos caminhar.

Essa questão, no meu entendimento, já respondi na questão de ordem do Deputado Macris. Acolho a questão de ordem...

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Não é questão de ordem. Não é questão de ordem, Presidente. É isso que eu queria que V. Ex^a entendesse. Nós podemos dar uma interpretação mais elástica ao Regimento, mas a Constituição é claríssima.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está bem, Deputado.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – O Deputado Assis Melo votou no seu Partido na votação anterior.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, o que eu trago sob a forma de questão de ordem vai colaborar com o esclarecimento a V. Ex^a, que agora, de forma legítima e apropriada, preside esta sessão, para que tome uma decisão adequada.

Eu me fundamento no art. 38 do Regimento Comum, que é claro: “Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição...” e vai por aí.

Presidente, adentrei este plenário vindo de uma reunião com o Ministro Aldo Rebelo, em que havia a presença de dezenas e dezenas de Parlamentares – agora, à tarde. Cheguei ao plenário para votar quando alguns também chegavam e outros estavam a caminho. Não consegui votar e usei o microfone – os *Anais* da Casa e as notas taquigráficas registram isso. Tentei votar. Não tendo conseguido fazê-lo, dirigi-me a quem presidia a sessão na hora, que era o Deputado Sibá Machado. Disse-lhe: “O painel não está funcionando. Eu estou impedido de votar, como vários outros Deputados.” Ao que ele me respondeu prontamente: “O senhor tem razão, Deputado Domingos Sávio. O painel não está funcionando e talvez tenhamos que colher os votos individualmente. Estamos tentando solucionar o problema”. E eu continuei aguardando.

Quando o painel voltou a funcionar, o Deputado Sibá Machado cortou a palavra de alguns Parlamentares e ainda disse: “Existem 11 ou mais Deputados inscritos, mas eu vou encerrar a votação”.

Eu fiz a ele um apelo, acreditando que ele exercesse legitimamente a Presidência, acreditando nisso. Dirigi-me a ele: “Presidente, o senhor precisa dar o tempo necessário. O painel ficou obstruído por razões técnicas”. E aí é que reside o problema. O exercício da Presidência do Congresso tem que ter natureza de imparcialidade, Sr. Presidente. O comportamento do Deputado Sibá Machado não foi de imparcialidade. O comportamento do Deputado foi de não atender e não permitir que diversos Deputados manifestassem seu sentimento e sua opinião. E ali ele usurpou a Presidência com interesses que não cabe a mim fazer um julgamento final sobre eles, mas não me parecem legítimos.

Por isso, é óbvio que se torna nula essa votação, uma votação que não teve o tempo adequado, uma votação que não teve a imparcialidade de quem, de forma inadequada, exercia a Presidência. E ele sabia disso. Tanto que disse: “Não sou membro da Mesa, não posso presidir. Vou me ausentar para que outro o faça.”

Ora, Sr. Presidente, isto aqui é o Congresso Nacional. Nós não podemos, a partir de agora, sobre o pretexto de que o Deputado é da Base do Governo, permitir que ele se assente nessa cadeira e conduza, de acordo com a conveniência dele ou do Governo, uma votação. Isso é a desmoralização do Congresso Nacional!

Portanto, Sr. Presidente, a minha questão de ordem, baseada no Regimento Comum, fundamenta que foi retirado o direito dos parlamentares de se manifestarem. Por isso, requeiro que seja considerada nula a votação que o Deputado Sibá Machado presidiu ilegitimamente e, pior, presidiu de forma parcial.

O SR. VICENTE ARRUDA (Bloco/PROS – CE) – Sr. Presidente, o Deputado Vicente Arruda, na votação anterior, votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O Deputado Darcísio Perondi está querendo justificar, mas acho que tem uma questão de conteúdo. Não é Deputado, Darcísio?

O SR. DARCISSÍO PERONDI (PMDB – RS) – Eu aguardo acabar a questão de conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – V. Ex^a está aguardando.

O SR. DARCISSÍO PERONDI (PMDB – RS) – Aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deixe-me fazer um apelo, pelo bom senso.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Presidente, havia quase 400...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho, Deputado Carimbão.

Foram 54 minutos de votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Não de votação. O painel ficou com defeito.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Cinquenta e quatro minutos de votação, Deputado!

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – O painel ficou com defeito. Está registrado nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Apenas alguns minutos, talvez um ou dois minutos. Foram 54 minutos de efetiva votação.

Nós tivemos, inclusive V. Ex^a, que votou...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Claro, votei porque tinha de continuar a sessão, se não...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós tivemos 319 parlamentares que votaram.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Pedi que continuasse a votação. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Eu, quando saí aqui...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Por isso, estou dando o meu testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho, Deputado. Não podemos ficar batendo boca aqui, Deputado.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu quero é contribuir com V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não vou acolher...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... para tomar uma decisão justa.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não acolho.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Dá tempo! Anule, e votamos novamente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não! Não vou anular. A Mesa não anula.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Votamos novamente!

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – A Mesa não anula.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Se a sessão do Congresso continua...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – A Mesa não anula. Nós vamos passar para o próximo item. Há possibilidade de recurso, já foi anunciado o resultado. Este Parlamento... Conduzi a votação por 40 minutos, 40 e tantos minutos. Tive de sair por alguns minutos. Voltei para cá. Já várias sessões da Câmara e do Senado foram conduzidas por parlamentares que não são da Mesa, inclusive que estão aqui me olhando agora. Tiveram a possibilidade, o que é muito natural. São parlamentares responsáveis que somos, de todos os Partidos. Quando saí, tínhamos 281 votos, e seria encerrada a votação naquele momento. Não teria havido a falha de plenário. Falava o Deputado Mário Heringer, e eu encerraria a votação. Avisei ao Deputado Mário Heringer antes de ele adentrar a tribuna. Disse-lhe: “Deputado, vamos encerrar a votação”. “Mas não encerra antes, porque eu já estava inscrito há algum tempo”.

Falou, passou, me parece, até algum tempo a mais, e nós não deveríamos, pelo companheirismo e bom senso que temos, fazer disso uma sofisticada tentativa de impugnar uma votação legítima, ainda que seja legítimo que se o faça na Justiça ou por recurso à própria Mesa, mas a Mesa quer continuar a sessão apenas porque temos outros itens a serem enfrentados.

O SR. DARCISSÍO PERONDI (PMDB – RS) – Sr. Presidente, só para esclarecer: V. Ex^a... votaria “não”.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA) – Sr. Presidente, só para discordar de uma coisa: V. Ex^a diz que não anula a sessão. Eu gostaria de fazer um recurso para a Comissão de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Ótimo.

O SR. JUTAHY JUNIOR (PSDB – BA) – ...porque existe matéria constitucional nessa questão, já foi debatido aqui por diversas vezes, e fica aqui apresentado o recurso à Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É isso. Acho que esse é passo.

Deputado Carimbão.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Há um recurso acolhido, e essa questão está vencida.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Perfeito, Presidente, mas eu tenho uma questão de ordem sobre outra matéria. É sério. É uma questão importante, Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Sr. Presidente, era isso, exatamente, que eu iria propor aos companheiros. É legítimo ir à Comissão de Justiça e seja feito o recurso. É normal e legítimo que o Parlamento peça isso. O senhor foi muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Ótimo.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – É normal a disputa política do voto. Imagine que nós já estamos com mais de 300 Deputados, 204 a favor, e 113 disseram “não”. A maioria, obviamente, teria que dizer “não” para manter o voto. Não houve números maiores para manter o voto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os companheiros aqui, todas as sessões, quando não está aqui o Presidente, ou alguém, não pergunta se é da Mesa ou não. Quantas votações já houve aqui e que não foram questionadas? Naturalmente, agora alguém questiona, e existe a Comissão de Justiça para dirimir a dúvida.

Porquanto, parabéns quem entrou com o pedido na Comissão de Justiça.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Art. 66, Sr. Presidente!

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Deputado Darcísio Perondi já está há 30 minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Na votação anterior, vou manter: NÃO ao voto!

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Cajado.

O SR. NILSON PINTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Deputado Nilson Pinto informa que não conseguiu votar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Eu pediria...

O SR. NILSON PINTO (PSDB – PA) – Se o tivesse feito, teria seguido a orientação da liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Eu gostaria, Presidente...

O SR. EDSON PIMENTA (PSD – BA) – Sr. Presidente, Deputado Edson Pimenta, na votação anterior, votou com o PSD.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Peço ao sistema de som que aumente um pouquinho porque eu vou formular uma questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Cajado, é a última. Vamos avançar, Deputado, por favor?

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Preste atenção, Presidente. Nós estamos aqui na primeira sessão do Congresso Nacional votando vetos com o painel eletrônico, voto aberto. É a primeira vez que nós estamos exercendo essa prática. O que eu alerto a V. Ex^a é que o art. 66 da Constituição fala que, quando o voto é feito, ele é de forma total ou parcial.

Nós estamos aqui... Nesse primeiro item, não há polêmica, porque é um único item. Mas o item seguinte... E V. Ex^a me preocupa, porque deu uma decisão de que os Líderes poderão levantar voto em separado, mas, Presidente, a Constituição fala não é de cada voto, é de vetos, parcial e total. Nós temos que deliberar individualmente cada voto, seja ele no artigo totalmente ou em parte do artigo. Como é que eu vou votar o item seguinte apenas “sim” ou “não”? Não tem como, Presidente! Perdoe-me.

Eu acho que essa decisão tem que ser passada para o Colégio de Líderes decidir, porque nós vamos fazer jurisprudência. Eu não posso chegar ao próximo item e votar tudo “sim”, se no item eu divirjo. Mas eu não sou Líder! Se eu não sou Líder, eu não posso solicitar!

Isso está errado. O meu voto para cada item do voto, seja de artigo, seja de partes do artigo, que pode ser mais de um, tem que ser individual. Mas aí V. Ex^a alega: “Se nós passamos uma hora para darmos um voto, em oito, vamos passar quanto? Dezesseis?”

Nós temos que resolver esse problema! É outra situação, mas nós não podemos resolver esse problema de acordo com o Regimento e a Constituição fazendo votação em bloco, porque os vetos não podem ser deliberados em blocos! Nós votávamos nominalmente com o voto secreto? Era item por item, Presidente! Item por item! Como a votação agora é aberta, nós não podemos votar “sim” ou “não” em todos os itens de um voto em relação a um artigo. Isso vai trazer um precedente grave.

Portanto, eu apelo a V. Ex^a: como é a primeira sessão, como é o início de procedimentos, que V. Ex^a passe essa preocupação aos Líderes e possa decidir, porque eu não me sentiria contemplado de dar um

voto “sim” no próximo item, no Item 2 da pauta, já que nós vamos deliberar vários vetos, e, obviamente, há um que diz respeito a uma questão do Rio de Janeiro, que o partido vai... Os demais não têm problema; mas e quando tiver?

Nós não podemos fazer jurisprudência, e isso não pode ficar, o destaque para um, de vários itens do voto, ser apenas exclusivo de Líder, porque o voto de cada parlamentar é independente de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Eu já entendi, Deputado Cajado, mas a Mesa resolveu segundo um parecer, e vamos dar curso à votação nesse formato, com parecer aprovado em plenário por esta Constituição vigente, não foi em uma outra Constituição.

Temos agora o voto secreto, existem as peculiaridades. Ainda assim, esta Casa funciona, por vários momentos, levando em consideração o papel que cada parlamentar exerce individualmente, não só aqui, mas na escolha dos seus Líderes.

Então, quando um Líder... E não é exigido nem o número de votação. O Líder de um partido que tenha três parlamentares pode pedir destaque. Então, a prerrogativa está garantida.

Então, nós vamos seguir. Entendo, V. Ex^a está reiterando, já fiz essa resposta ao Deputado Rubens Bueno, numa questão de ordem idêntica à de V. Ex^a, e não acolhi.

Portanto, nós vamos dar curso à sessão nesse formato, acolhendo já dois pedidos de destaque para esse próximo item da pauta.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente,...

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Então, só paraclarear,...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – ... uma questão de ordem sobre o mesmo tema.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – ... os destaques não serão únicos por item.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Embora...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós vamos votar em globo, podendo destaque.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, eu queria fazer um alerta. Em primeiro lugar, queria dizer que, embora o PMDB não vá obstaculizar a decisão de V. Ex^a hoje....

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Hoje, depois vamos discutir.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – É. Eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: eu entendo que essa decisão traz alguns equívocos, e eu vou alertá-lo sobre quais equívocos.

Em primeiro lugar, a gente tratava de um parecer antigo, de 1990, sobre o regime de voto secreto, que não é o caso. As cédulas que estavam vigentes e distribuídas continham a opção por tipo de voto ou agrupamento por opção. Ou seja, nós já oferecíamos, mesmo diante desse parecer, a possibilidade e a alternativa de voto a voto. O que essa decisão de V. Ex^a vai acarretar? Vai acarretar que, no futuro, da mesma forma que V. Ex^a entende que a apreciação é em bloco – e, consequentemente, nós temos que fazer destaque para cada um que a gente queira segregar –, também vai permitir que eu possa fazer os mais diversos requerimentos obstrutivos, pedindo para votar os Vetos 1 e 3, os Vetos 4 e 6, os Vetos 3, 4, 5 e 7... Vai permitir que a gente faça 50 requerimentos de obstrução.

Então, eu alerto que, longe de permitir, com essa decisão, que se facilite o processo, nós vamos criar...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) –... instrumentos de obstrução... (Fora do microfone.) Nós vamos criar instrumentos de obstrução.

Então, eu digo a V. Ex^a: o mais certo seria, para votar em grupo, o requerimento para votar em bloco. Seria apenas uma única votação.

Essa decisão que V. Ex^a está usando com amparo no parecer aprovado – eu entendo a posição de V. Ex^a – será prejudicial para o processo legislativo no futuro.

O PMDB, neste momento, vai se reservar o direito de acatar, mas, no momento devido, nós vamos querer discutir essa posição.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Presidente.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT – PR) – Deputado Assis do Couto. Na votação anterior, polêmica, se aqui estivesse, teria votado “sim”, como orientação do PT.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Eleuses.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Sr. Presidente, pelo PSD, eu...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É que eu estou encaminhando uma questão de ordem, Deputado. É sobre esse tema?

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – É sobre o tema, mas eu aguardo V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Se é sobre o tema, pode falar.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Eu aguardo V. Ex^a, depois eu me manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Eu estava querendo, Deputado Cajado... A abordagem do Deputado Eduardo Cunha e a abordagem de V. Ex^a, não obstante ser uma questão de ordem idêntica, eu queria fazer um encaminhamento para esta

sessão: que nós conduzíssemos nesse formato, já que há destaque para um item, e nós não formássemos aqui uma jurisprudência; que dêssemos espaço para a próxima reunião do Colégio de Líderes, e, aí sim, discutiríamos a questão, porque, de fato, poderia ser perfeitamente o contrário, lançar item a item, e alguém apresentar um requerimento para votação em globo, que seria na percepção de momento conjuntural de uma sessão futura.

Então, em relação a esse, nós encaminharíamos assim, porque me parece que esse é o item a ser destacado, e, na próxima sessão, nós conversaríamos com o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, e, em reunião de Líderes, nós resolveríamos a questão definitivamente. Já que é uma questão nova, nós temos de ter bom senso, pois não se trata de medir forças aqui, e, sim, de acharmos o melhor caminho para a Casa.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (DEM – BA) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu não esperava outra decisão de V. Ex^a. O que quero é colaborar. A única questão é como reduzir o tempo que necessariamente terá de ser reduzido, porque, senão, fica impossível! Essa é uma questão grave! O Colégio de Líderes tem de resolver.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Haverá de ser resolvida de forma infraconstitucional e talvez infrarregimental.

Deputado Eleuses.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Sr. Presidente, eu queria, em nome do PSD, deixar aqui registrado que inúmeros parlamentares do PSD deixaram de votar na votação anterior, inclusive eu, que acompanharia o meu Partido no voto “não”, e nós fomos tolhidos na votação, Sr. Presidente!

Eu queria deixar registrado que nós iremos às últimas consequências nesta votação, porque é inadmissível que um colega nosso de Parlamento assuma a Presidência e, de uma maneira no mínimo estapafúrdia, coloque o Congresso Nacional à mercê de uma visão ideológica e partidária.

Portanto, o PSD quer aqui apresentar o seu protesto e, inclusive, relacionar inúmeros parlamentares que, infelizmente, não tiveram o direito de votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Quero, sem polemizar, esclarecer que, se este Presidente estivesse aqui, seria encerrada muito antes do que encerrou o Deputado Sibá Machado, com 285 votantes, e nós não teríamos essa polêmica. Mas isso não aconteceu. Entendo perfeitamente...

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós temos outro item para resolver. Se for a mesma questão de ordem, Deputado Colnago...

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Para uma questão de ordem, Sem revisão do orador.) – É uma questão de ordem baseada no art. 66, que diz que o veto parcial somente abrange o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso e de alínea. Para que houvesse qualquer situação em que a Presidência fizesse em bloco, teria que haver o consenso de todos aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Ou um requerimento.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Não há necessidade, porque é um comando inconstitucional. Não há necessidade de votar requerimento.

Quero que V. Ex^a responda por que não seguiu a Constituição neste caso?

O SR. VANDER LOUBET (PT – MS) – Sr. Presidente, o Deputado Vander Loubet votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – A Constituição não trata de processo de votação; a Constituição trata do processo de voto, o voto como ele ocorre, não exatamente como ele é votado. Essas questões são resolvidas no Regimento Interno e no Regimento Comum.

Como eu encaminhei aqui, Deputado Colnago, que V. Ex^a tem muito bom senso e é muito bem assessorado pelo nosso reconhecido medalhista aqui do PSDB, nós vamos encaminhar hoje neste sentido e vamos reservar ao Colégio de Líderes uma elaboração mais adequada para um processo que é novo, de votação em aberto, de votação que realmente é nova. Não sei se é novo só aqui no Brasil, talvez seja novo no mundo. Em geral, os votos e vetos são secretos no mundo, não só aqui no Brasil.

Então, vamos encaminhar nesse formato, se não houver prejuízo, como nós temos uma polêmica apenas, e em uma reunião de líderes presidida pelo Senador Renan Calheiros vamos resolver isso.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Ok, Presidente, mas que não seja... É importante encaminhar pelo Colégio para que não haja nenhum precedente e principalmente fora da Constituição e do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não haverá! Não haverá!

Já foi anunciado o item 2. Temos dois destaques sobre o mesmo item, o item do art. 21, que teve a votação... Há solicitação do Deputado Líder do PSDB, Deputado João Campos, e também do Deputado Anthony Garotinho para que haja votação individual do art.

21, que fora vetado em sua totalidade. Provavelmente, trata da questão da cana-de-açúcar do Rio de Janeiro.

Então...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – E pedido, também, do Deputado Rodrigo Maia em relação ao art. 21, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – O pedido também foi feito pelo Deputado Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Mas, de qualquer forma, está consignado. O Deputado Rodrigo Maia também tem atuado nesta questão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Foi entregue o Regimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Foi entregue o Requerimento?

Está nos faltando aqui, Deputado.

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – Sr. Presidente, o art. 21 vai ser votado, então, destacadamente?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – A Mesa acata e vai ser votado em separado o art. 21.

São os seguintes os requerimentos de destaque do art. 21:

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2013 - CN

EXCELENTE SENHOR PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Requeiro, nos termos do regimentais e constitucionais, **votação individual** do artigo 21, em sua totalidade, do Projeto de Lei da Conversão nº 25 de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 619, de 2013), objeto do Veto nº 45 de 2013.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2013.

A FAVOR

LÍDER DO PSDB
Dep. Jairinho
1º Vice-Líder

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2013 - CN

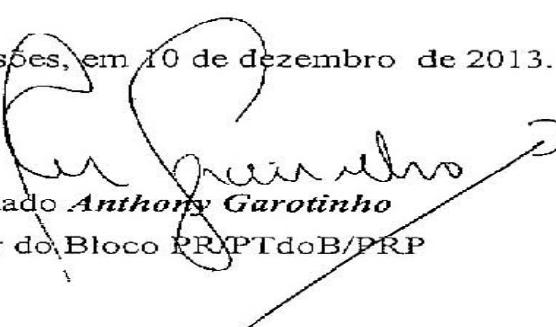
Veto do art. 21 do PLV nº 25, de 2013, integrante do Veto nº 45, de 2013 - Item 2)

Requer Destaque para Votação em Separado do voto aposto ao art. 21 do PLV nº 25, de 2013 (MPV 619/2013), integrante do Veto nº 45, de 2013, Item 2 da pauta.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 50 do Regimento Comum, Destaque para Votação em Separado do voto aposto ao art. 21 (caput e parágrafos), do PLV nº 25, de 2013 (MPV 619/2013), integrante do Veto nº 45, de 2013, constante da pauta da presente sessão como Item 2.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 2013.


Deputado *Anthony Garotinho*
Líder do Bloco PRPTdoB/PRP

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2013 - CN

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que a votação do Artigo 21, §1º, incisos I, II e III e §§2º e 3º, do Veto Parcial n. 45 se faça separadamente.

Sessão do Congresso Nacional, em 10 de dezembro de 2013


Deputado (a)

A favor: Dep Rodrigo Maia

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Vamos abrir a votação.

Em votação o Veto Parcial nº 45, de 2013, em globo, destacado o item 21.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 45, de 2013, ao Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 2013, oriundo da Medida Provisória nº 619, que “autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural”. Altera várias leis e teve várias emendas, inclusive este item vetado, que vai ser votado em separado.

Portanto, em votação. (*Pausa.*)

Para orientar.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – A orientação do PT vai ser “sim” nesta votação, também, Presidente, pedindo a presença de toda a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PMDB?

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o PMDB vai votar “sim”, para manter os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PROS/PP?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PSDB?

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Está votando o veto ou está votando o art. 21?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Garotinho, com todo o respeito que V. Ex^a merece, V. Ex^a está atento, mas já levantou duas questões de ordem. Vou repetir: está-se votando o item 45, ressalvado o destaque do art. 21, conforme requerimento que foi acolhido aqui.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – No painel estava o 21. Estava errado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Então, se estava errado no painel, não está mais.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Então, está ressalvado o meu destaque. Nós temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O destaque do art. 21.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – O art. 21... Vou explicar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Eu queria defender. Como é que o senhor vai encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Mas é a orientação. O art. 21 não está em votação.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Não está em votação?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não está em votação agora. Será votado o próximo.

Como vota o PSDB?

O SR. IZALCI (PSDB – DF) – O PSDB mantém o voto, em função do destaque do art. 21. É “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSDB, “sim”.

PSD. (*Pausa.*)

PR.

Deputado Garotinho, PR.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – O PR vota “sim”, ressalvado o 21.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Faz um 21, então.

PSB.

O SR. PAULO FOLETO (PSB – ES) – O PSB vota “sim” e vota “não” no art. 21, na próxima votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Perfeito.

Democratas.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, esta rotina de hoje não pode ser, de maneira nenhuma, o que vai prevalecer. Vamos deixar bem claro aquilo que V. Ex^a colocou da necessidade de uma reunião de Líderes para definir, porque, senão, é impossível derrubar um voto. Chegou a 257, abriu o painel, é lógico que ninguém consegue derrubar mais um voto na Casa, não é? Então, nós temos que ter métodos, um regimento próprio para voto com painel aberto. Não é possível nós seguirmos o que está seguindo agora.

Outro ponto é que não basta apenas um requerimento do Líder. Qualquer Parlamentar aqui vota individualmente. Qualquer Parlamentar pode querer que aquele voto seja votado separadamente. Isso não pode

ser uma prerrogativa apenas de Líderes. Isso é uma prerrogativa dos 513 Deputados Federais.

Então, o encaminhamento do Democratas, excluindo o art. 21, é “sim”. E no art. 21, votaremos “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Vamos procurar alternativas.

V. Ex^a concluiu, Deputado Caiado? Concluiu?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Presidente, o encaminhamento do Democratas é “sim”. Nós faremos coro com o PSD em relação à votação do voto anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Solidariedade.

PDT.

A SR^a FLÁVIA MORAIS (PDT – GO) – PDT, “sim”, pela manutenção do voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PTB. (Pausa.)

PCdoB. (Pausa.)

PSC. (Pausa.)

PCdoB, Assis.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – O PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PSC vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PRB.

O SR. GEORGE HILTON (PRB – MG) – O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PV.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PV vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PPS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, ressalvado o art. 21, questão do etanol, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, nós também consideramos que o ideal para o melhor procedimento legislativo é destacar o voto ao art. 21, porque ele atende aos interesses federativos, especialmente do Rio de Janeiro, da produção de cana-de-açúcar.

Então, nosso voto geral é “sim”, mas vamos ver se partidos que têm possibilidade destacam o art. 21, §§ 1º a 3º.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PMN. (Pausa.)

Minoria. (Pausa.)

Governo.

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB – RS) – PTB, Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Governo vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Em votação.

Está aberta...

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB – RS) – O PTB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tomem os seus lugares para procedimento de votação nominal.

Está iniciada a votação.

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB – RS) – O PTB vota “sim”, Sr. Presidente. O Deputado Sérgio Moraes...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PTB vota...

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB – RS) – O Deputado Sérgio Moraes acompanhou o Partido nas outras votações.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Obrigado, Deputado Sérgio.

Está aberta a votação.

Consulto se o Deputado Domingos Dutra está na sessão.

Nós temos alguns inscritos aqui: Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Suplicy, Devanir Ribeiro, Deputado Macris...

Só para dar... O Deputado Caiado até fez um apelo e realmente vai haver situações assim, mas... A votação média – só para justificar –, quando eram votados na urna, a do dia 28 de agosto levou 1 hora e 30 minutos para votar todos os vetos; 1 hora e 29 minutos, no dia 17 de setembro; em 15 de outubro, 1 hora e 7 minutos, em 19 de novembro, 1 hora e 39 minutos. Essa última votação levou 54 minutos. Portanto, não há nenhuma discrepância.

Deputado Narcio.

O SR. NARCIO RODRIGUES (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero apenas justificar que, na votação anterior, se eu tivesse votado, teria acompanhado a orientação do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Seja bem-vindo, Deputado Narcio. Prazer em revê-lo. (*Pausa.*)

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD – BA)

Sr. Presidente, na última votação, o Deputado Arthur Maia acompanhou o seu Partido, o Solidariedade. (*Pausa.*)

O SR. GERALDO THADEU (PSD – MG) – Sr.

Presidente, o Deputado Geraldo Thadeu votou, na anterior, com o Partido.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD – BA)

– Sr. Presidente, o Partido Solidariedade encaminha pelo “sim”.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Sr. Presi-

dente, o PSD encaminha “sim” e gostaria de continuar registrando que o PSD entende que, em relação à votação anterior, algum critério vai ter de ser feito na Casa, para que casuismos como os que ocorreram não venham a ocorrer. Isso depõe contra a Mesa, depõe contra partidos políticos aqui dentro que utilizam a Mesa com fins puramente ideológicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAJOR FÁBIO (Bloco/PROS – PB) – Sr.

Presidente, o Deputado Major...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

Este Vice-Presidente é do PT, essa votação durou 54 minutos, e se estivesse aqui, na mesa, teria terminado com 281... Portanto, muitos Parlamentares que acabaram por votar não votariam. Então, a Mesa não reconhece o que V. Ex^a afirma, porque acho grave acusar qualquer Parlamentar no exercício do mandato de casuísmo. Foi este Presidente que pediu que o Deputado Sibá o substituisse e pediu que encerrasse a sessão ao final da fala do Deputado Mário Heringer, quando havia 281 Parlamentares. Votaram 319 Parlamentares, sendo 204 SIM e apenas 113 NÃO. Para que atingíssemos o quórum de derrubada de voto, como V. Ex^a gostaria, legitimamente, mesmo que outros tenham posição diferente, teríamos de ter 519 Deputados, 510 Deputados, coisa que não temos.

Então, só para fazer um apelo, senão há acusações...

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Nós va-
mos tomar...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Senão, daqui a pouco, outros parlamentares vão...

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Pelo me-
nos oito ou dez parlamentares do PSDB já vieram aqui

e já manifestaram a V. Ex^a que tiveram a vontade de votar e tiveram seu direito tolhido. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) –

Se este Presidente estivesse, seriam 30...

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) –... nosso Partido, no mínimo, terá de tomar as providências para que não ocorra novamente esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Se este Presidente estivesse, seriam 30 parlamentares, e o resultado ainda assim não seria diferente, Deputado, infelizmente.

Vamos ser práticos...

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Tem de haver um critério, Sr. Presidente. Vamos defender um critério.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

–..., senão vamos usar um tema, para nos atacarmos mutuamente. Acho que não é correto.

O SR. MAJOR FÁBIO (Bloco/PROS – PB) – Sr.

Presidente, Deputado Major Fábio acompanharia o Partido na votação anterior, se estivesse presente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) –

Obrigado, Deputado Major Fábio, lá da Paraíba.

Eu solicitaria que os parlamentares que se encontram em seus gabinetes... Há 121 parlamentares que votaram, há unanimidade no painel. Nós poderíamos encerrar, assim que atingíssemos os 257, 258. Pediríamos que comparecessem ao plenário.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Presiden-
te, no painel não está constando o encaminhamento...
Não sei se o painel novamente volta a ter problema.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) –
O PSD vota “sim”.

O SR. PAULO FOLETO (PSB – ES) – Sr. Presi-
dente, só como sugestão... É claro que a Câmara tem um corpo técnico competente.

Eu não vejo outra maneira, para que seja preser-
vada a individualidade do voto ao voto de cada par-
lamentar, em função de, às vezes, um voto ter vários
itens, senão a disponibilização eletrônica da cartilha,
como fazíamos, manualmente, antes. E o nosso voto
era secreto.

Um bom programa colocaria a cartilha à dispo-
sição de cada parlamentar, dando-lhe a liberdade de votar em cada item, porque, senão, vamos cair numa observação que o Deputado Caiado fez: o Líder faz o encaminhamento e tira a liberdade da individualidade do voto de cada parlamentar.

A Câmara e o Senado terão de disponibilizar eletronicamente, da mesma maneira que fazíamos manualmente, agora registrada e ficando clara para o cidadão brasileiro a cartilha de cada item...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO FOLETO (PSB – ES) –... dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Bem, a nossa assessora da Mesa, que nos orienta, já tinha, inclusive, sugerido a possibilidade de voto em urna, em cartilha, voto impresso.

Teríamos uma dificuldade que seria uma facilidade, porque nós teríamos já muita gente votando, e teria recebido esse material, mas agora com uma novidade. Como é que nós farímos? A pessoa teria que se identificar. Ao mesmo tempo em que ela escreve o nome, assina a lista, o procedimento de identificação do voto, porque ele seria aberto. Então, a questão será resolvida no seu tempo.

Estranho seria se nós já tivéssemos trazido para cá, porque o Regimento já prevê voto nominal e eletrônico. Então, teríamos talvez um questionamento aqui de outra ordem, mas em igual intensidade.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Então, nós temos um caminho, vamos encontrar o caminho.

Deputado Picciani, primeiro.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, eu peço a V. Ex^a a gentileza de registrar a minha presença na sessão anterior da Câmara dos Deputados.

O SR. LIRA MAIA (DEM – PA) – Sr. Presidente, só para contribuir. A votação seria muito prática, rápida, com a mesma cédula, apenas com o nome para identificar o Parlamentar e o número da sua carteira, sem problema nenhum. O Parlamentar se identifica, e aí põe a cédula na urna, sem problema. Não tem dificuldade. Os votos não identificados seriam nulos.

O SR. ZÉ VIEIRA (Bloco/PROS – MA) – Votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Ok. Obrigado. É isso mesmo. Fale o nome para o pessoal da taquigrafia. O senhor votou?

O SR. ZÉ VIEIRA (Bloco/PROS – MA) – Votei com o Partido, o PROS. Votação anterior. Deputado Zé Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está bem. Sim, na anterior.

Há convocação de sessão. O Presidente Henrique Eduardo Alves convoca segunda sessão deliberativa extraordinária da Câmara dos Deputados para hoje, terça-feira, 10 de dezembro, após esta sessão, com a seguinte Ordem do Dia: Medida Provisória nº 625, Propostas de Emenda à Constituição nºs 471, de 2005, e 55, de 2011.

Então, o nosso Presidente da Câmara está animado para votar noite adentro, porque acho que aqui vai durar mais umas duas horas.

Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, quero fazer um registro, neste momento, enquanto atingimos o quórum para votação.

Um dos programas mais importantes hoje no Governo da Presidenta Dilma para o setor rural da agricultura familiar é o Minha Casa, Minha Vida, nos padrões que existem hoje para as cidades, para atender os mais pobres das cidades, que não têm casa própria para morar lá na zona rural.

No período do Presidente Lula, o Programa Luz para Todos. Um programa que modernizou, que colocou pessoas que viviam com tecnologias, como ele mesmo dizia, do século XVII, até a modernidade de ter luz elétrica em casa e, com isso, terem um padrão de vida muito próximo ao das pessoas que moram nas cidades.

A Presidenta Dilma, fazendo uma avaliação do programa de habitação rural que era exercido pelo Incra, que destinava apenas R\$18.000, sendo que esses recursos deveriam ser devolvidos – embora em parcelas suaves – integralmente, ela adotou esse programa rural, acrescentando o Minha Casa, Minha Vida, aumentando a dotação financeira de R\$18.000 para R\$ 30.500.

A família recebe os R\$30.500 – formando-se os grupos entre 6 a 50 famílias. Quanto à forma de pagamento para a construção da casa, Sr. Presidente, não se devolve o conjunto de R\$ 30.500. São devolvidos apenas R\$1.220, e não em uma única parcela. O pagamento é dividido em quatro parcelas de R\$305,00, que não são mensais, e sim anuais. A pessoa precisa de quatro anos para pagar a sua casa de R\$30.500, por apenas R\$1.220.

Então, essa é uma revolução no campo brasileiro, especialmente nas regiões mais pobres, onde a famí-

lia poderá morar em uma casa de alvenaria, coberta com telha de barro.

A coisa mais bacana é que a família, ao mudar para uma casa melhor, de alvenaria, quase sempre tem poucos móveis e em alto estágio de depreciação. Então, foi acertado pela Presidenta Dilma e pela Caixa Econômica de acrescentar ao valor da casa própria mais R\$5.000 para que a família possa comprar os seus móveis – para comprar uma cama nova, mesa, cadeiras, aparelho de televisão, até um computador para o filho poder acessar a internet, um fogão a gás, uma geladeira, uma maquina de lavar. Então, ela recebe a casa e mais R\$5.000 para comprar os móveis da casa.

No Estado do Acre, nós estamos desempenhando fortemente a campanha de esclarecimento para que essas famílias possam procurar a Caixa Econômica e adquirir a sua casa própria e esse recurso para a compra dos móveis.

Quero saudar aqui todos os sindicatos dos trabalhadores rurais do meu Estado que estão nessa campanha esclarecendo a essas famílias, as associações de produtores. Quero saudar toda a equipe da Caixa Econômica, do Governo do Estado e das prefeituras, que estão trabalhando – um verdadeiro mutirão – para que se possa levar essas casas e esses móveis a essas famílias.

Juntamente com isso, como a família tem que passar por uma triagem muito forte para receber essas casas, a Caixa Econômica adota também o sistema do microcrédito. Então, é o financiamento da casa, é o financiamento dos móveis e um recurso que pode chegar até a R\$15.000 para poder fazer uma atividade econômica, uma atividade produtiva com a qual essa família possa melhorar de renda.

Então, somando tudo isso, eu quero parabenizar aqui o Governo do Estado do Acre, o Governador Tião Viana, por ter criado a Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, que, agora, junto com o Ministério do Trabalho, está atingindo milhares de famílias com atividades econômicas, tirando essas famílias da extrema miséria, levando-as a um padrão de renda muito melhor, levando-as a uma profissão. E é claro que essas profissões estão sendo levadas pelo grande programa

do Governo Federal que é o Pronatec, que transforma as pessoas em bons profissionais.

Assim, Sr. Presidente, fica aqui o registro de que nos programas de combate às dificuldades, à miséria que assola boa parte ainda da população, o Governo Federal e o Governo do meu Estado acertam neste momento...

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Conclua, Deputado, porque agora nós atingimos o quórum. Vamos encerrar, Deputado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só para encerrar este esclarecimento e mais uma vez parabenizar todo esse programa da Presidenta Dilma e do Governador, que é o programa Brasil Sem Miséria, Acre Sem Miséria, que são de grande sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está bem. Obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Aproveito para dizer a V. Ex^a que lhe agradeço muito pelo esclarecimento que foi feito e estou com V. Ex^a para todas as missões que se fizerem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Obrigado, Senador Sibá.

Vou encerrar a votação.

O SR. EDMAR ARRUDA (PSC – PR) – Sr. Presidente, o Deputado Edmar Arruda votou com o Partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Estou encerrando a votação.

O SR. FÁBIO SOUTO (DEM – BA) – Sr. Presidente, o Deputado Fábio Souto votou com o Partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza.

O SR. DUDIMAR PAXIUBA (Bloco/PROS – PA) – Sr. Presidente, só para justificar: Dudimar Paxiuba votou com o seu Partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

54ª LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
 Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA Nº 029 - 10/12/2013

Abertura Painel: 10/12/2013 15:40

Encerramento Painel: 10/12/2013 21:13

Proposição:

VETO PARCIAL - Nº 45 DE 2013

Presidiram a Sessão:

Andre Vargas - 15:44
 Colbert Martins - 18:52
 Simão Sessim - 19:04
 Andre Vargas - 19:08
 Simão Sessim - 19:24
 Andre Vargas - 19:38
 Nelson Pellegrino - 20:07

Início Votação: 10/12/2013 17:37

Fim Votação: 10/12/2013 17:56

Presidiram a Votação:
 Andre Vargas

Resultado da Votação

Sim 264

Não 5

Abstenção 1

Total da Votação 270

Art. 51 1

Total Quorum 271

Obstrução 0

Orientação

PT - Sim
 PMDB - Sim
 PPB - Sim
 PSDB - Sim
 PSD - Sim
 PRP - Sim
 PSB - Sim
 DEM - Sim
 Solidariedade - Sim
 PDT - Sim
 PTB - Sim
 PCdoB - Sim
 PSC - Sim
 PRB - Sim
 PV - Sim
 PPS - Sim
 PSOL - Sim
 GOV. - Sim

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp	Sim
Edio Lopes	PMDB		Sim
Jhonatan de Jesus	PRB		Sim
Marcio Junqueira	PROS	PpPros	Sim
Paulo Cesar Quartiero	DEM		Sim
Raul Lima	PP	PpPros	Sim
Total Roraima : 6			
AMAPÁ			
Dalva Figueiredo	PT		Sim
Evandro Milhomem	PCdoB		Sim
Fátima Pelaes	PMDB		Sim
Janete Capiberibe	PSB		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Luiz Carlos	PSDB		Sim
Total Amapá : 5			
PARÁ			
Arnaldo Jordy	PPS		Sim
Beto Faro	PT		Sim
Cláudio Puty	PT		Sim
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Sim
José Priante	PMDB		Sim
Josué Bengtson	PTB		Sim
Lira Maia	DEM		Sim
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Miriquinho Batista	PT		Sim
Nilson Pinto	PSDB		Sim
Zé Geraldo	PT		Sim
Zequinha Marinho	PSC		Sim
Total Pará : 13			
AMAZONAS			
Dr. Luiz Fernando	PSD		Sim
Francisco Praciano	PT		Sim
Silas Câmara	PSD		Sim
Total Amazonas : 3			
RONDÔNIA			
Amir Lando	PMDB		Sim
Marcos Rogério	PDT		Sim
Moreira Mendes	PSD		Sim
Nilton Capixaba	PTB		Sim
Total Rondonia : 4			
ACRE			
Henrique Afonso	PV		Sim
Marcio Bittar	PSDB		Sim
Perpétua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Total Acre : 4			
TOCANTINS			
Eduardo Gomes	Solidaried		Sim
Júnior Coimbra	PMDB		Sim
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Sim
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Sim
Total Tocantins : 5			
MARANHÃO			
Carlos Brandão	PSDB		Sim
Costa Ferreira	PSC		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

	Partido	Bloco	Voto
MARANHÃO			
Domingos Dutra	Solidaried		Sim
Hélio Santos	PSDB		Sim
Professor Setimo	PMDB		Sim
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Sim
Zé Vieira	PROS	PpPros	Sim
Total Maranhão : 7			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Sim
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Danilo Forte	PMDB		Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
Genecias Noronha	Solidaried		Sim
Gera Arruda	PMDB		Sim
João Ananias	PCdoB		Sim
José Airton	PT		Sim
José Linhares	PP	PpPros	Sim
Mauro Benevides	PMDB		Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Sim
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 14			
PIAUÍ			
Assis Carvalho	PT		Sim
Hugo Napoleão	PSD		Sim
Iracema Portella	PP	PpPros	Sim
Júlio Cesar	PSD		Sim
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Marilson Sampaio	PMDB		Sim
Nazareno Fontes	PT		Sim
Osmar Júnior	PCdoB		Sim
Total Piauí : 8			
RIO GRANDE DO NORTE			
Fábio Faria	PSD		Sim
Paulo Wagner	PV		Sim
Total Rio Grande do Norte : 2			
PARAÍBA			
Damião Feliciano	PDT		Sim
Efraim Filho	DEM		Sim
Hugo Motta	PMDB		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Major Fábio	PROS	PpPros	Sim
Nilda Gondim	PMDB		Sim
Ruy Carneiro	PSDB		Sim
Wilson Filho	PTB		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

	Partido	Bloco	Voto
Total Paraíba : 8			
PERNAMBUCO			
Bruno Araújo	PSDB		Sim
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Sim
Fernando Coelho Filho	PSB		Sim
Fernando Ferro	PT		Sim
Pastor Eurico	PSB		Sim
Raul Henry	PMDB		Sim
Sergio Guerra	PSDB		Sim
Severino Ninho	PSB		Sim
Silvio Costa	PSC		Sim
Vilalba	PP	PpPros	Sim
Total Pernambuco : 10			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Sim
Arthur Lira	PP	PpPros	Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Sim
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtlobPrp	Sim
Total Alagoas : 4			
BAHIA			
Acelino Popó	PRB		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Sim
Colbert Martins	PMDB		Abstenção
Edson Pimenta	PSD		Sim
Fábio Souto	DEM		Sim
Félix Mendonça Júnior	PDT		Sim
Fernando Torres	PSD		Sim
João Leão	PP	PpPros	Sim
José Carlos Araújo	PSD		Sim
José Nunes	PSD		Sim
Jutahy Junior	PSDB		Não
Luiz Alberto	PT		Sim
Luiz de Deus	DEM		Sim
Márcio Marinho	PRB		Sim
Nelson Pellegrino	PT		Sim
Oziel Oliveira	PDT		Sim
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Total Bahia : 20			
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtlobPrp	Sim
Aracely de Paula	PR	PrPtlobPrp	Sim
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Sim
Eduardo Azeredo	PSDB		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Eduardo Barbosa	PSDB		Sim
Gabriel Guimarães	PT		Sim
George Hilton	PRB		Sim
Geraldo Thadeu	PSD		Sim
Jô Moraes	PCdoB		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marcos Montes	PSD		Sim
Marcus Pestana	PSDB		Sim
Margarida Salomão	PT		Sim
Mário Heringer	PDT		Sim
Narcio Rodrigues	PSDB		Sim
Odair Cunha	PT		Sim
Stefano Aguiar	PSB		Sim
Vitor Penido	DEM		Sim
Weliton Prado	PT		Sim
Total Minas Gerais : 20			
ESPÍRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Sim
Cesar Colnago	PSDB		Sim
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Sim
Lelo Coimbra	PMDB		Sim
Manato	Solidaried		Sim
Paulo Foletto	PSB		Sim
Sueli Vidigal	PDT		Sim
Total Espírito Santo : 7			
RIO DE JANEIRO			
Alexandre Santos	PMDB		Sim
Alfredo Sirkis	PSB		Sim
Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Arolde de Oliveira	PSD		Sim
Aureo	Solidaried		Sim
Benedita da Silva	PT		Sim
Chico Alencar	PSOL		Sim
Deley	PTB		Sim
Dr. Carlos Alberto	PMN		Sim
Edson Santos	PT		Sim
Eduardo Cunha	PMDB		Sim
Felipe Bornier	PSD		Sim
Fernando Lopes	PMDB		Sim
Glauber Braga	PSB		Sim
Hugo Leal	PROS	PpPros	Sim
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Não
Jandira Feghali	PCdoB		Sim
Jean Wyllys	PSOL		Sim
Leonardo Picciani	PMDB		Sim

Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25



	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Lilam Sá	PROS	PpPros	Sim
Manuel Rosa Necá	PR	PrPtdobPrp	Sim
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Não
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Sim
Stepan Nercessian	PPS		Sim
Vitor Paulo	PRB		Sim
Walney Rocha	PTB		Sim
Washington Reis	PMDB		Sim
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Sim
Total Rio de Janeiro : 28			
SÃO PAULO			
Antonio Bulhões	PRB		Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Sim
Beto Mansur	PRB		Sim
Bruna Furlan	PSDB		Sim
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Ubiali	PSB		Sim
Edinho Araújo	PMDB		Sim
Eleuses Paiva	PSD		Sim
Eli Correa Filho	DEM		Sim
Emanuel Fernandes	PSDB		Sim
Francisco Chagas	PT		Sim
Guilherme Campos	PSD		Sim
Iara Bernardi	PT		Sim
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
João Dado	Solidaried		Sim
João Paulo Cunha	PT		Sim
Junji Abe	PSD		Sim
Luiza Erundina	PSB		Sim
Newton Lima	PT		Sim
Otoniel Lima	PRB		Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC		Sim
Penna	PV		Sim
Ricardo Berzoini	PT		Sim
Ricardo Izar	PSD		Sim
Roberto de Lucena	PV		Sim
Roberto Santiago	PSD		Sim
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Sim
Vanderlei Macris	PSDB		Sim
Vanderlei Siraque	PT		Sim
Vicentinho	PT		Sim
Walter Feldman	PSB		Sim
Walter Ihoshi	PSD		Sim
William Dib	PSDB		Sim
Total São Paulo : 34			



Câmara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO			
Carlos Bezerra	PMDB		Sim
Eliene Lima	PSD		Sim
Júlio Campos	DEM		Sim
Nilson Leitão	PSDB		Sim
Ságuas Moraes	PT		Sim
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Sim
Total Mato Grosso : 6			
DISTRITO FEDERAL			
Augusto Carvalho	Solidaried		Sim
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB		Sim
Jaqueline Roriz	PMN		Sim
Luiz Pitiman	PSDB		Sim
Reguffe	PDT		Sim
Total Distrito Federal : 6			
GOIÁS			
Flávia Morais	PDT		Sim
Íris de Araújo	PMDB		Sim
João Campos	PSDB		Sim
Marina Santanna	PT		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Ronaldo Calado	DEM		Sim
Valdivino de Oliveira	PSDB		Sim
Total Goiás : 7			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Sim
Biffi	PT		Sim
Mandetta	DEM		Sim
Marçal Filho	PMDB		Sim
Reinaldo Azambuja	PSDB		Sim
Vander Loube	PT		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 6			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	DEM		Sim
Alfredo Kaefer	PSDB		Sim
Andre Vargas	PT		Art.51
André Zacharow	PMDB		Sim
Assis do Couto	PT		Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Sim
Dr. Rosinha	PT		Sim
Edmar Arruda	PSC		Sim
Leopoldo Meyer	PSB		Sim
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Sim
Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Sim
Nelson Padovani	PSC		Sim



Camara dos Deputados
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Votantes por UF

Data : 12/12/2013
 Hora : 19:09
 Número: 25

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Professor Sérgio de Oliveira	PSC		Sim
Rosane Ferreira	PV		Sim
Rubens Bueno	PPS		Sim
Total Paraná : 16			
SANTA CATARINA			
Carmen Zanotto	PPS		Sim
Celso Maldaner	PMDB		Sim
Jorge Boeira	PP	PpPros	Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marco Tebaldi	PSDB		Sim
Onofre Santo Agostini	PSD		Não
Pedro Uczai	PT		Sim
Ronaldo Benedet	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 8			
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Sim
Alceu Moreira	PMDB		Sim
Alexandre Roso	PSB		Sim
Assis Melo	PCdoB		Sim
Beto Albuquerque	PSB		Sim
Bohn Gass	PT		Sim
Daniel De Deus Hinterholz	PSD		Sim
Darcísio Perondi	PMDB		Não
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Sim
Marco Maia	PT		Sim
Marcon	PT		Sim
Onyx Lorenzoni	DEM		Sim
Renato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Nogueira	PTB		Sim
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Sérgio Moraes	PTB		Sim
Vieira da Cunha	PDT		Sim
Vilson Covatti	PP	PpPros	Sim
Total Rio Grande do Sul : 20			

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Hugo Napoleão acompanhou o Partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – SIM, 264; NÃO, 05. Abstenção, 01.

Total, 270.

Mantido o voto.

Agora, em votação, o destaque do art. 21.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)

– Quero falar para defender o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Como?

Não vai ao Senado, portanto.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)

– Quero defender o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) –

Agora o Deputado Garotinho quer defender o destaque.

Se houver alguém contra, nós vamos dar um a favor e um contra, e vamos seguir, correto?

O SR. CELSO JACOB (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Deputado Celso Jacob votou com o PMDB nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Tenho certeza.

O SR. GERA ARRUDA (PMDB – CE) – Sr. Presidente, o Deputado Gera Arruda votou com o Partido na votação anterior.

O SR. ZEZÉU RIBEIRO (PT – BA) – Deputado Zezéu Ribeiro, votou de acordo com o Partido na votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza, Deputado Zezéu.

Deputado Garotinho para defender a derrubada do voto do art. 21.

A SR^a LUCIANA SANTOS (PCdoB – PE) – Deputada Luciana votou com o PCdoB na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho. Está bem, Deputada Luciana.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB – RS) – E Jose Stédile também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Jose Stédile também.

A SR^a MARA GABRILLI (PSDB – SP) – Sr. Presidente, votei com o Partido nessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Vamos falar o nome.

A SR^a MARA GABRILLI (PSDB – SP) – Deputada Mara Gabrilli votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputada Mara Gabrilli.

O SR. ALBERTO FILHO (PMDB – MA) – Deputado Alberto Filho votou conforme a orientação do PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza.

Deputado Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ)

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o art. 21, vetado pela Presidente Dilma Rousseff, provavelmente foi vetado por alguém que orientou mal a Presidente.

Não é possível que alguém que fala em distribuição de renda possa vetar uma subvenção concedida a produtores, a pequenos produtores de cana-de-açúcar – subvenção de R\$12,00 por tonelada de cana-de-açúcar.

Senador Suplicy, para que V. Ex^a tenha uma idéia, o montante a ser repartido entre os 5.500 produtores de cana-de-açúcar é R\$10 milhões. Dez milhões de reais a serem repartidos entre 5.500 produtores de cana-de-açúcar. Isso dá menos de R\$2 mil por cada produtor.

Eu me lembro que no dia dos trezentos e tantos milhões para o Nordeste, eu votei favoravelmente e ainda destaquei que o índice pluviométrico do Norte e do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, nesta safra, foi inferior ao do Nordeste.

Portanto, faço um apelo aos meus colegas, aos Deputados de todos os Estados, especialmente aos nordestinos, que sabem o que é uma quebra de safra. Aqui, nós não estamos pedindo... E olha que fica bem claro! Da vez passada, o Líder do Governo ainda tentou dizer aqui que eu estava querendo ajudar usineiro. Está escrito aqui: "O pagamento da subvenção será entregue efetivamente aos produtores, diretamente ou por meio de suas cooperativas". São pequenos produtores.

Então, Sr. Presidente, o Partido da República – fui eu que apresentei, inclusive, esta emenda – solicita a todos os Deputados e Senadores que façam justiça a esses 5,5 mil produtores de cana.

Tenho a certeza de que quem orientou a Presidente não sabe o que escreveu. Olhe a razão do voto, Deputado Carlos Alberto! V. Ex^a é do Rio de Janeiro e conhece o norte fluminense e o noroeste fluminense. Esta foi a razão do voto: "A subvenção proposta não é adequada, uma vez que os produtores que seriam beneficiados pela medida não foram prejudicados em suas lavouras por adversidades climáticas semelhantes às enfrentadas em outras regiões." Pronto! Acabou! Esse é o voto.

Aqui, não se disse qual o índice pluviométrico, não se apresentou nenhum tipo de justificativa técnica, Deputado Chico Alencar. Foi uma razão meramente política, sem nenhuma explicação.

Com toda a sinceridade, faço esse apelo aos Senadores e aos Deputados, em nome desses 5.532

produtores de cana humildes. Quem produz no máximo até dez mil toneladas de cana não é grande fazendeiro. Uma tonelada de cana hoje custa muito pouco! Nós estamos falando que essa subvenção será, em média, de menos de R\$2 mil por produtor. Será que esse Governo não tem dinheiro? Tem.

A Presidente Dilma tem se mostrado favorável a distribuir renda.

Não podemos fazer aqui um Refis para banqueiro e negar apoio ao pequeno produtor. Por isso, Sr. Presidente, nós encaminhamos a favor do art. 21.

Eu perguntaria, Sr. Presidente, à Mesa: quem quiser votar a favor do art. 21 vota “sim” ou vota “não”? Porque ali está escrito Veto Parcial nº 45, DVS.

A SR^a JÔ MORAES (PCdoB – MG) – A Deputada Jô Moraes votou com seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minuto, Deputada. Da tribuna, um membro fez uma solicitação, e eu vou responder.

É como da outra vez e das outras vezes: quem for favorável ao voto vota “sim”. V. Ex^a está defendendo o voto “não”, o voto “não” ao voto.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Então, por favor, peço a todos os Deputados do Estado do Rio, a todos os Deputados do Nordeste e a todos aqueles que querem fazer justiça social que votem “não”, pelos 5.523 pequenos produtores de açúcar, plantadores de cana, do norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro. É o voto “não”!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, na votação anterior, se eu aqui estivesse, eu teria votado “sim”, conforme orientou meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza.

O SR. ELEUSES PAIVA (PSD – SP) – Se não estivesse encerrada a votação anterior, eu teria votado “sim”, com o PSD.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – Fábio Trad, na última votação, votou de acordo com a orientação do Partido.

O SR. JORGE BITTAR (DEM – MG) – O Deputado Jorge Bittar, na votação anterior, votou com o Partido.

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB) – Leonardo Gadelha acompanhou o PSC, Sr. Presidente.

O SR. DELEY (PTB – RJ) – O Deputado Deley também votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. RENATO SIMÕES (PT – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Renato Simões, na votação anterior, votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Para orientar, como vota o PT?

Volto a dizer: o art. 21 é defendido pelo Deputado Garotinho e destacado por vários Líderes, inclusive alguns sem requerimento. Quem for votar a favor do voto vota “sim” e, portanto, contra o art. 21. Quem votar com a posição do Deputado Garotinho vota “não”.

Como vota o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está muito claro aqui. O debate foi feito. O Deputado Garotinho tem feito esta defesa clara e objetiva, a de inserir o Estado do Rio de Janeiro na demanda dos benefícios da medida provisória sobre a questão da cana de açúcar. Mas o entendimento que temos – já tratamos isso, inclusive, no Estado de V. Ex^a, o Paraná – é o de que isso não era cabível naquele momento, dada a situação geográfica.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Lamentavelmente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – E aí nós, entendendo a mesma preocupação e o tratamento dado ao Estado do Paraná, vamos encaminhar o voto “sim”, pedindo o perdão e a compreensão do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Sou do Paraná, mas não voto. Entendo, esse voto V. Ex^a não vai conseguir.

Como vota o PMDB?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, o PMDB em razão de divergências na Bancada, vai liberar a Bancada. No entanto, a Bancada do Rio de Janeiro e aqueles que defendem a agricultura e os pequenos agricultores votarão “não”, votarão pela derrubada do voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o Bloco PP/PROS?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, voto é prerrogativa da Presidente da República. Na medida provisória anterior, os produtores de cana do Nordeste tiveram R\$300 milhões como subsídio, como uma forma de compensação pela diversidade climática que existe entre o Sul do País e o Nordeste brasileiro. No Nordeste, a cada ano, há as grandes secas, e aí a Região, obviamente, não compete com Minas Gerais, com São Paulo etc..

O Deputado Garotinho é representante do Rio de Janeiro. Em determinada região do Rio de Janeiro, não chove como no Nordeste. Se verificarmos, por exemplo, a média de chuva do Nordeste, veremos que, talvez, ela seja de 300 milímetros, de 400 milímetros por ano. Há região em que chove 900 milímetros, mil milímetros ou 1,2 mil milímetros. Há região em que só

chove 300 milímetros, 400 milímetros. O Governo, para manter o povo nessas regiões, dá um subsídio. Sr^as e Srs. Deputados, para o Nordeste foram aprovados R\$300 milhões pelo próprio Governo.

O Governador Garotinho, hoje Deputado Federal, fez uma emenda em que dizia: "Ora, se no Nordeste houve subsídio, por que onde chove menos do que o Nordeste não pode haver subsídio?" E são somente R\$10 milhões para cinco mil pequenos produtores que produzem até cinco mil toneladas de cana individualmente! Será dado para cada pessoa algo em torno de R\$1,8 mil por ano ou R\$120,00 por mês!

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Por favor, Deputado Carimbão, nós estamos...

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – É importante.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tudo bem, mas é que V. Ex^as estão falando para orientar, Deputado.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – O.k.! Mas é importante a orientação, e, naturalmente, seguimos uma linha de convicção.

Quero agradecer a V. Ex^a.

No PROS, vários Deputados têm divergência nessa matéria. Eu, particularmente, votarei com o Deputado Garotinho, mas vou liberar a Bancada, em respeito a vários Deputados do Rio de Janeiro e de outras regiões que entendem que essa matéria deve ser votada. Portanto, nós definimos fazer a liberação da matéria.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ) – Sr. Presidente, Miro Teixeira também vota com o Deputado Garotinho.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PSDB?

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Com o Deputado Garotinho.

O SR. PAULÃO (PT – AL) – Sr. Presidente, o Deputado Paulão votou com o Partido.

O SR. CESAR COLNAGO (PSDB – ES) – Sr. Presidente, o PSDB vai encaminhar pela derrubada do voto da Presidente Dilma.

Quero parabenizar o Deputado que me antecedeu, o Deputado Carimbão.

Na região do Espírito Santo, assim como no Rio de Janeiro e no nordeste de Minas Gerais, também há um índice pluviométrico muito baixo. Para os senhores terem uma ideia, no Nordeste, há uma variação de 300 milímetros, mas, no sul da Bahia, na região do cacau, chove 1,6 mil milímetros. No Espírito Santo, no nordeste do Espírito Santo, chove 1,1 mil milímetros.

Nós tivemos uma quebra de produção no Rio de Janeiro também. E deixaram, mais uma vez, o Espírito Santo de fora! Houve uma quebra na produção de cana de 19%, e a média brasileira foi de 15%. Pois bem, discriminaram o Rio de Janeiro, discriminaram o Espírito Santo, e aí essa discriminação...

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO DE CASTRO (PSDB – MG) – O Deputado Rodrigo de Castro votou com o Partido, Sr. Presidente.

O SR. CÉSAR COLNAGO (PSDB – ES) – É inaceitável que aqueles que tiveram a mesma condição climática tenham sofrido por parte do Governo essa injustiça, que foi cometida contra os capixabas e os cariocas! Nós não estamos na emenda. Nós colocamos uma emenda, esta Casa aprovou, e, depois, em reunião de Líderes, eles a tiraram dentro de um acordo.

Agora, o Espírito Santo quer protestar aqui! Nós pertencemos a esta República. Não é possível que sejamos tratados assim! Exportamos dez bilhões de recursos por ano e nos devolvem quatro. Na hora de se colocar o benefício de R\$12,00 por tonelada, nós e o Rio de Janeiro ficamos de fora!

Este é um protesto contra a discriminação, contra o tratamento diferenciado para quem tem o mesmo regime de chuvas e teve uma queda na produção de cana igual ou superior à do Nordeste!

Por isso, vamos encaminhar pela derrubada do voto.

O SR. ANSELMO DE JESUS (PT – RO) – Sr. Presidente, o Deputado Anselmo votou com o Partido na votação anterior.

O SR. PADRE JOÃO (PT – MG) – O Deputado Padre João também votou "sim", votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PSD?

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Rapidamente, Sr. Presidente, o PSD vota "sim", deixando liberada a Bancada do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PSB?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB – RS) – Sr. Presidente, o PSB vai manter o acordo que teve quando votou essa matéria em plenário, em defesa do pequeno agricultor, que é o que está em jogo. O pequeno agricultor de cana de açúcar não pode ser prejudicado, na nossa visão. Por isso, vamos encaminhar o voto "não", contra esse voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o Democratas?

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM – TO) – O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o Solidariedade?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD – BA) – O Solidariedade entende, Sr. Presidente, que a seca, apesar de ser um fenômeno recorrente no Nordeste, eventualmente também acontece nas demais regiões do Brasil, o que é o caso trazido neste momento. Então, o Solidariedade acompanha o Deputado Garotinho e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PDT?

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT – BA) – O PDT libera sua Bancada e a Bancada do Nordeste. Em solidariedade com o Rio de Janeiro, vai votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PTB? (*Pausa*.)

Como vota o PCdoB?

A SR^a ALICE PORTUGA (PCdoB – BA) – O PCdoB, Sr. Presidente, mantém o voto e libera a Deputada Jandira Feghali, do Rio de Janeiro, para votar com a sua Bancada estadual. O PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PSC?

O SR. LEONARDO GADELHA (PSC – PB) – O PSC, Sr. Presidente, em função de divergências internas, libera a sua Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PRB?

O SR. MÁRCIO MARINHO (PRB – BA) – Sr. Presidente, o PRB vota “sim”, mas entendendo que o Deputado Vitor Paulo, do Rio de Janeiro, e o Senador Eduardo Lopes estão liberados para votar com seu Estado. O PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PV? (*Pausa*.)

Como vota o PPS?

O SR. STEPHAN NERCESSIAN (PPS – RJ) – Sr. Presidente, antes de encaminhar o voto, quero fazer uma saudação hoje, que é o Dia do Palhaço, a todos os palhaços do Brasil, aos palhaços profissionais, aos palhaços amadores, aos palhaços que fazem palhaçadas, mas que não fazem ninguém de palhaço. A todos eles, à família circense brasileira, a nossa homenagem pelo dia de hoje!

Em relação à orientação, vamos orientar o voto “não”, lamentando apenas que o subsídio proposto seja de tão pequena monta. Eu gostaria que os agriculto-

res e os produtores combatidos pela seca no noroeste fluminense tivessem uma ajuda maior.

Quero dizer que não é uma força política que conduz essa votação, mas uma força da natureza. A natureza é pródiga, mas, às vezes, é cruel. Então, a orientação é o voto “não”, Sr. Presidente.

O SR. JAIRO ATAÍDE (DEM – MG) – Sr. Presidente, nas votações anteriores, o Deputado Jairo Ataíde votou com o Partido.

O SR. FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR (PDT – BA) – Sr. Presidente, o PDT modifica sua posição para o voto “não”, em solidariedade com o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PDT vota “não”.

Como vota o PTB? (*Pausa*.)

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, o PSOL tem essa tradição de posição política na questão. O voto é “sim”, mas ponderei junto a meu Líder, que me liberou, no sentido de que essa subvenção econômica de R\$12,00 por tonelada/ano, para o período 2011/2012, no total de dez mil toneladas, beneficia, socorre, melhor dizendo, os pequenos produtores de cana – não são os usineiros – e os cooperativados. Nesse sentido, o meu voto, destoando da Bancada – e não há centralismo democrático imposto –, será “sim”. Perdão! O meu voto será “não”, mas a orientação do Partido é o voto “sim”.

O SR. HENRIQUE AFONSO (PV – AC) – PV, para orientar, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pelas bem-explicitadas razões do Deputado Garotinho, com as quais eu concordo, o PMN vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PV.

O SR. HENRIQUE AFONSO (PV – AC) – PV, para orientar, Sr. Presidente. O PV libera a sua Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Minoria? Governo?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – CE.) – O Governo, Sr. Presidente, vota “sim” nesta matéria, por entender que o incentivo foi concedido àqueles Estados em que houve seca, e, a exemplo do que foi feito com o Estado do Paraná, estamos mantendo a coerência com o Estado do Rio de Janeiro. Portanto, o nosso voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O.k..

Tomem seus assentos para iniciarmos a votação de forma nominal. Eu queria alertar os Senadores para

este fato: dependendo do resultado, os Senadores vão participar desta votação, mas a próxima se inicia pelo Senado. Então, convoco os Senadores que aqui não estão para que compareçam ao plenário.

Está iniciada a votação.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Gostaria de concluir todos os Parlamentares do Rio de Janeiro, de todos os Partidos, para votar “não”. Peço o apoio da Bancada nordestina, que nós apoiamos naquela oportunidade, para ter o subsídio para votar “não”.

Acordo feito, acordo mantido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Eu me lembro.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM – BA) – Presidente, na votação anterior, o Deputado Cajado votaria “não”. V. Ex^a quer agregar as votações?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PROS – RJ) – O lembrete do Anthony Deputado Garotinho foi essencial para o posicionamento da Bancada do Rio de Janeiro, contrário ao voto.

O SR. URZENI ROCHA (PSD – RR) – Sr. Presidente, o Deputado Urzeni Rocha, nas votações anteriores, acompanhou o seu Partido, o PSD.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – O PTB libera a Bancada, Presidente.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB – PE) – Presidente, Gonzaga Patriota votou “não”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Presidente Andre Vargas, o PTB libera a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PTB libera a Bancada.

Havia uma inscrição do Deputado Paulo Feijó para falar da matéria. Com a palavra, o Deputado Paulo Feijó; depois, o Deputado Junior; em seguida, Otoniel Lima, como Líder e, posteriormente, o Senador Suplicy. Esta será a ordem.

Deputado Terra.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Presidente, esse artigo é de fundamental importância para a sobrevivência do setor sucroalcooleiro nas regiões norte e noroeste do Estado do Rio e na região sul do Espírito Santo. Darei alguns exemplos.

Há vinte anos, essa região, operando, tinha cerca de 20 usinas de açúcar e gerava cerca de 20 mil empregos. Presidente, de lá para cá, essa atividade entrou em declínio por vários motivos. Um desses motivos foi a adversidade climática, a falta de chuva. A região perdeu a competitividade, principalmente em São Paulo,

uma região de muitos recursos, com irrigação. Hoje, o setor sucroalcooleiro vive uma verdadeira crise no norte do Estado do Rio de Janeiro. Operam somente 3 usinas de açúcar, que geram cerca de 3 mil empregos diretos, mas sobrevivem dessa atividade ainda cerca de 5.500 pequenos plantadores de cana, que precisam desse subsídio para ter fôlego para continuar a enfrentar essas dificuldades.

Presidente, não é favor, não é privilégio. Queremos que o Governo, através desse artigo, conceda a essa região os mesmos benefícios da Região Nordeste do País, benefícios esses justos.

Presidente, a Presidenta Dilma foi pessimamente assessorada na justificativa desse veto. Tudo isso já foi muito bem dito aqui pelo nosso Líder, o Deputado Garotinho, que é da região e que conhece, como poucos, todos esses problemas.

Na justificativa do veto, foram levados em consideração dois fatores: primeiro, não chove na região. A Região Nordeste enfrentou problemas climáticos mais sérios do que o norte do Estado. Não é isso o que dizem os dados oficiais do próprio Governo através do Ministério da Agricultura. Outra questão equivocada: a produtividade na região norte do Estado do Rio de Janeiro foi maior do que na Região Nordeste do País. Também não. A produtividade do norte do Estado do Rio de Janeiro é bem menor do que a produtividade do Nordeste brasileiro.

Portanto, a Presidenta Dilma se deixou levar por equívocos, prejudicando uma região, prejudicando milhares de plantadores de cana que dependem desse voto.

Portanto, o nosso pedido, muito sincero, aos Deputados, aos Senadores, é que votemos “não”, para que possamos oferecer essa ajuda mínima, R\$12,00 por tonelada de cana produzida para esses pequenos plantadores de cana.

Sr. Presidente, um setor que já foi a principal atividade econômica na região norte do Estado do Rio de Janeiro está hoje enfrentando problemas como nunca enfrentou e, agora, depende desse fôlego para os 5.500 plantadores, que oferecem matéria-prima para o setor sucroalcooleiro.

Em relação ao subsídio do etanol, nós não conseguimos a aprovação quando foi votada aqui a Medida Provisória nº 619. Mas, em relação ao subsídio da cana, com uma grande articulação política, em que prevaleceu o bom senso, nós conseguimos aprovar. E, infelizmente, em péssima hora, equivocadamente, a Presidenta Dilma vetou.

Então, esse é o nosso apelo para que nós possamos fazer justiça aos 5.500 pequenos plantadores de cana do norte do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, o nosso pedido é para que todos votemos “não” neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, o Deputado Almeida Lima, nas deliberações anteriores, votou com a orientação do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza.

O SR. TAKAYAMA (PSC – PR) – Deputado Takayama. Para constar na Secretaria e nas notas taquigráficas que, nas votações anteriores, acompanhou a votação do Partido.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Deputado Romário.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Com a palavra, o Deputado Júlio Cesar.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Presidente, Deputado Romário.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Romário.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – O Deputado Romário, do PSD do Rio de Janeiro, votou com o Partido.

O SR. JÚLIO CESAR (PSD – PI) – Eu estou muito feliz, Sr. Presidente, de ver a arrecadação do Governo crescer em uma velocidade tamanha que nem o Governo previa que isso acontecesse. E acontece exatamente com o Refis, aquele Refis que originou da Medida Provisória nº 615 e que foi transformado na Lei nº 12.865, publicada no *Diário Oficial* do dia 10 de outubro.

O que previa este Refis? O Refis dos bancos, das empresas coligadas do exterior que tinham problemas com a Receita, que estavam *sub judice*, cuja parte dos encargos financeiros o Governo renunciou, renunciou à multa, renunciou à mora, conseguiu – pasmem! – mais de R\$20 bilhões arrecadados até o dia 30/11.

O Governo estava com um problema seriíssimo para atingir o superávit primário. Faltavam R\$40 bilhões, R\$40 bilhões! Desses 40, 10 ou 12 dos Estados e Municípios, mas encontrou a saída: mais de R\$20 bilhões arrecadados com o Refis, que nós votamos nesta Casa, e R\$15 bilhões com a venda do Campo de Libra, ou seja, R\$35 bilhões. E com o aumento das vendas de Natal vai atingir os R\$40 bilhões que faltavam para atingir o superávit primário de R\$73 bilhões.

Agora, o que eu vejo nisso, Sr. Presidente? Estive com o Secretário do Tesouro. Ele confirmou essas contas, mas, desse dinheiro, Sr. Presidente, Srãs e Srs.

Deputados, nós temos R\$7,5 bilhões, que são de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro das empresas. Desses 7,5, há, no mínimo, 5 bilhões de Imposto de Renda; e, desse Imposto de Renda, o Governo é apenas um sócio, porque 45% pertencem a Estados e Municípios.

Eu quero que o Secretário da Receita classifique logo, mande para o Tesouro e pague na cota seguinte.

Os Estados e principalmente os Municípios estão vivendo uma crise sem precedência com tamanha desoneração que se impõe em tributos compartilhados, que não são consultados na hora da concessão dessa desoneração. E, agora que arrecada muito, que está sobrando dinheiro, que vai atingir superávit primário, que o Governo classifique e pague os Municípios.

Eu fiz aqui uma conta: vai dar em torno de R\$3 bilhões para Estados e Municípios. Ora, pagaram agora, anteontem, 1%; 1% a mais do Fundo de Participação dos Municípios. O que é 1%? Foram R\$3,095 bilhões. Três bilhões!

Esse é um projeto de minha autoria, de 2007, que nós tiramos da reforma tributária e aprovamos em separado. E foi muito importante para os Municípios do Brasil todo. Do meu Estado, por exemplo, mais de R\$81 milhões para o Piauí. Muito importante. Pois a mesma quantia vai dar aqui com esse aumento da receita, que foi arrecadada com o Refis. Esse último Refis dos bancos, principalmente das empresas coligadas, que pagaram Imposto de Renda com causas pendentes na Justiça.

Por tudo isso, Sr. Presidente, quero alertar os prefeitos: mobilizem as suas associações, coloquem a CNM, que gosta de fazer média com os prefeitos, mas não valoriza a ação deste Parlamento; joga, às vezes, os prefeitos contra o Parlamento, desvaloriza a ação que nós fazemos aqui em favor do povo brasileiro, fortalecendo o ente mais fragilizado do Pacto Federativo, que são os Municípios do Brasil. Os Municípios só recebem transferência de encargos. Pouco recebem daquilo que é arrecadado a mais, mas, como se trata do Imposto de Renda, que paguem logo, ainda este ano, pois os Municípios estão asfixiados. Têm que pagar décimo terceiro. O 1% era para isso. Às vezes não dá. Têm que pagar a folha, têm que pagar os seus investimentos, têm que pagar os fornecedores.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Conclua, Deputado, pois há outros Parlamentares.

O SR. JÚLIO CÉSAR (PSD – PI) – E fechar a sua conta, se não vão incorrer no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há pelo menos 20% ou 30% dos Municípios com o limite de pessoal extrapolado. Se não houver esse pagamento, esse aumento, os prefeitos vão ser responsabilizados por crime de improbidade administrativa, porque extrapolaram o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por tudo isso, faço um apelo ao Dr. Barreto, Secretário da Receita: classifique logo, pague, mande para o Tesouro, que mandará para o Banco do Brasil. O Banco do Brasil credita na conta do FPM de todos os Municípios brasileiros aquilo que está fazendo a alegria do Governo, que lhe pertence, mas pertence aos Estados e Municípios do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Otoniel Lima.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SDD – MA) – O Deputado Simplício Araújo votou com o votou com o Partido...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB – MG) – Júlio Delgado justifica a ausência nas votações anteriores, assim como na sessão da Câmara.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – O Deputado Osmar Terra votou na questão do Mais Médicos contra a orientação do Partido.

O SR. JORGE CORTE REAL (PTB – PE) – Presidente, Jorge Corte Real votou com o Partido na votação anterior.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Há um companheiro na tribuna, o Deputado Otoniel.

O SR. OTONIEL LIMA (PRB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quantos agentes da Polícia Federal ainda precisam se suicidar para que o Governo Federal tome providência?

Faço da tribuna essa pergunta chocante, porque os fatos são realmente chocantes, mas, se não tem o propósito de chocar mais ainda, tem o dever de alertar, porque entendo que a nós todos, como Parlamentares, incumbe a tarefa urgentíssima de contribuir naquilo que for possível para mudar esse quadro.

Aliás, não estou sozinho. No 1º Seminário da Frente Parlamentar de Apoio à Reestruturação da Polícia Federal, a Drª Alexandrina Meleiro, da Associação Brasileira de Psiquiatria, apresentou outro dado alarmante: a cada quarenta segundos uma pessoa comete suicídio no mundo, e a cada três segundos há uma tentativa.

Mais do que preocupados, estamos aflitos. Não há realmente como assistir a essa onda macabra de braços cruzados, de boca fechada. Morrem mais po-

liciais por suicídio do que no combate ao crime. As estatísticas revelam números absurdos. Em 40 anos, 36 policiais federais perderam a vida no cumprimento da função. Um terço desse total morreu por suicídio, apenas entre os anos de 2012 e 2013. Nos últimos 10 anos, 22 agentes da Polícia Federal cometem suicídio, 11 deles entre março de 2012 e março deste ano. A média é de quase um morto por mês, senhores.

Os que ficam, ficam para sempre destroçados. Quem precisou enterrar um filho ou um pai, um noivo ou marido policial que usou de sua arma de trabalho para tirar a própria vida sofre, além da dor imensa da perda insubstituível, o patético das circunstâncias: a Corporação que existe para proteger a vida dos cidadãos é a mesma que não consegue proteger a vida dos seus próprios entes.

Os depoimentos dessas pessoas, e também dos colegas, convergem inevitavelmente para um ponto comum. Todos relatam as mesmas condições extremas de pressão, o mesmo ambiente de trabalho desfavorável, tenso e excessivamente militarizado, dentro de uma estrutura defasada. Não sendo o bastante, referem-se às escassas perspectivas de ascensão na carreira, como fator preponderante de desânimo e desmotivação.

Pesquisa realizada pela Universidade de Brasília, no ano passado, mostrou o que há, de fato, por trás da mística de uma Polícia Federal em tudo perfeita. Intramuros, a perfeição está longe de existir. A depressão, a ansiedade e a síndrome do pânico atingem um em cada cinco dos nove mil agentes. Os transtornos mentais respondem por grande parte das licenças médicas.

Sr. Presidente, comemoramos há pouco, aqui mesmo, na Câmara dos Deputados, o aniversário de 69 anos da Corporação. Justa comemoração, não há dúvida. Falou-se muito em tradição, honradez, eficiência e credibilidade, na ocasião das homenagens. As glórias da Polícia Federal foram largamente – e meritariamente – comentadas. Não se falou da realidade dramática que existe em paralelo. Não se falou das vidas brutalmente perdidas. Ninguém desejou marcá-las pelo estigma do luto.

Vista do lado de fora, a Polícia Federal constitui uma referência no combate à corrupção, ao tráfico de drogas e armamentos na mão do crime organizado, assim como na guarnição das fronteiras brasileiras e no controle das portas de entrada e saída do País. Seus quadros representam a elite de uma categoria. E se a categoria policial, no conjunto de órgãos e forças estaduais, anda, de modo geral, bastante desgastada, com a Polícia Federal ocorre o contrário: a sociedade

Ihe dá crédito, sabendo o quanto ela é imprescindível para a sua segurança.

Tudo isso é verdade, não há dúvida. No entanto, é preciso adotar uma perspectiva de análise não mais de fora para dentro, mas de dentro para fora, para se perguntar a que custo a Polícia Federal executa a sua missão, a resposta é terrível: ao custo de vidas humanas.

O suicídio e o suicida são difíceis de explicar...

O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD – SP) – O Deputado Jefferson Campos votou com o seu Partido.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Era para dar como lido, Deputado Otoniel. Para dar uma mão aí.

O SR. OTONIEL LIMA (PRB – SP) – O suicídio de alguém carrega em si, inevitavelmente, uma alta dose de fracasso. Ainda que não se possam apontar culpados individuais, a tragédia cobra um preço à consciência. Sem meios de pagar, será sempre melhor evitá-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria que fosse consignado nos Anais desta Casa.

O SR. JAIME MARTINS (PSD – MG) – O Deputado Jaime Martins, nas votações anteriores, votou conforme a orientação do Partido.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Antes da questão de ordem, Deputado Marcus, que vou passar a V. Ex^a...

V. Ex^a primeiro.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Eu queria solicitar aos Deputados do Rio que vinharam votar – Deputada Benedita, Deputado Bornier, Eurico Júnior, Hugo Leal, Paulo César, todos do Rio de Janeiro, que está sendo prejudicado por este voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Para uma questão de ordem.) – Sr. Presidente, o Deputado Varderlei Macris interpôs recurso pedindo a anulação, por total insegurança regimental, jurídica e constitucional, da votação do Mais Médicos, e nós vamos recorrer até ao Supremo, porque houve uma agressão à Constituição.

Mas eu pediria que fosse retificado, no site da Câmara, porque, na folha de votação, está constando: Presidente da Casa, Renan Calheiros; presidiu a sessão Andre Vargas, V. Ex^a, e presidiu a votação Andre Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É verdade.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – Eu queria que fosse colocado aqui, traduzindo o que está presente nas notas taquigráficas, o nome do Deputado Sibá Machado, que, efetivamente, presidiu a votação.

Eu queria pedir à Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Bem, eu nunca...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – ... a retificação.

V. Ex^a estava, muito justamente, no aniversário do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não, não é isso. Eu presidi a sessão, e Sibá Machado a presidiu por dez minutos.

O SR. SANDRO ALEX (PPS – PR) – Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não fui eu que presidi, Deputado. Até 281 votos.

O SR. SANDRO ALEX (PPS – PR) – Sr. Presidente, Deputado Sandro Alex votou com o Partido na votação anterior.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – O senhor não presidiu a votação. A votação foi aberta, determinada, de uma forma unilateral...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não...

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB – MG) – ... e definitiva pelo Deputado Sibá Machado. Eu queria que constasse a tradução da verdade, da realidade. Quem presidiu a votação, o fecho, o cume da votação, e a abertura do...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós vamos acolher a questão de ordem de V. Ex^a para análise.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR – BA) – Presidente, o Deputado José Rocha votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Eu queria, antes de passar a palavra para o Senador Suplicy, dizer que combinei com o Deputado Garotinho e o Deputado Pimentel que às 18h45 nós vamos encerrar a votação.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Vamos solicitar, e tem oito minutos...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado, só um minutinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Oito minutos...

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Oito minutos para salvar os produtores de cana do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho. Deputado Luiz Sérgio, V. Ex^a pode votar, inclusive, nesta sessão. Não está encerrada.

Então, está bom. Está valendo.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Senador Suplicy, nosso companheiro também...

O SR. MARCELO MATOS (PDT – RJ) – O Deputado Marcelo Matos votou com o PDT na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Antes disso, Senador, eu queria, aqui, aproveitar a sessão plenária do nosso Congresso e transmitir, no momento em que há um alto quórum e também a audiência da TV Câmara, as minhas felicitações para todos os meus conterrâneos londrinenses pelos 79 anos da minha cidade, a cidade que me deu quatro filhos. Não é só o meu domicílio eleitoral, é a cidade que eu amo. Cidade, também, do Deputado Hauly, Deputado Alex Canziani, e onde a nossa Bancada tem...

O Senador Alvaro Dias, aqui à frente, nascido em Maringá, foi vereador pela nossa cidade também, na década de 70, e lá começou sua carreira, sua brilhante carreira também.

Então, a nossa cidade, para onde nós sempre voltamos, é também domicílio eleitoral do Senador Alvaro Dias. Compartilhamos votações e, muitas vezes, até, unidade política em determinados momentos da cidade.

Que a gente transmita os nossos parabéns para todos os amigos e as amigas, os 508 mil, 510 mil londrinenses. Que Deus abençoe muito a nossa cidade.

Com a palavra o Senador Suplicy, que lá esteve, por algumas oportunidades, também, prestigiando a nossa cidade.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Meus parabéns, prezado Deputado Andre, pelo aniversário da sua cidade, Maringá.

Com carinho e respeito ao Deputado Garotinho, eu gostaria de dizer que confio na forma com que a Presidenta Dilma avaliou que era importante manter a diretriz de suas políticas e manter o voto. Por isso, eu votarei “sim”.

Quero aqui registrar um fato de extraordinária relevância ocorrido hoje na África do Sul, em Joanesburgo, onde, no City Soccer Stadium, eis que, no momento em que o Presidente Barack Obama foi chamado para realizar o seu pronunciamento, ele teve um gesto extraordinário. Primeiro, ele se dirigiu, subindo a escadaria daquele estádio onde se foi disputada a Copa do Mundo da África do Sul e acelerando o pas-

so, quase correndo, ao lugar onde estavam os chefes de Estado. Ele, então, parou diante do Presidente de Cuba, Raúl Castro, o cumprimentou e, ao lado da Presidenta Dilma Rousseff, dialogou por cerca de um minuto e pouco, como tantos pudemos assistir – e eu recomendo a todos vocês que assistam a essa cena de extraordinário significado. Sabemos que, há mais de 50 anos, Cuba solicita e tem tido o apoio de todos os países da OEA e da enorme maioria dos países representados na Organização das Nações Unidas para que se termine o embargo das relações entre os Estados Unidos e Cuba.

Hoje, realizou-se esse gesto de diálogo inspirado em tudo aquilo que representa o Presidente Nelson Mandela para a humanidade, inclusive a tal ponto de a Presidenta Dilma Rousseff ter convidado os ex-Presidentes da República, o Presidente José Sarney, o Presidente Lula, o Presidente Fernando Collor de Mello e o Presidente Fernando Henrique Cardoso para lá prestarem a homenagem a esse homem que, segundo a Presidenta Dilma, soube fazer da busca da verdade e do perdão os pilares da reconciliação nacional e da construção de uma nova África do Sul. Sua luta transcendeu as fronteiras nacionais, inspirou homens e mulheres, jovens e adultos a lutarem por sua independência e por justiça social.

Que bom que o Presidente Barack Obama também homenageou, dizendo que Mandela havia mexido com ele próprio, despertando-o para as suas responsabilidades com os outros. “E para mim mesmo”, disse Barack Obama. “E me pôs numa viagem provável, que me conduziu até onde estou hoje.”

O Presidente Barack Obama percebeu o significado de Nelson Mandela, sobretudo de saber perdoar, quando as coisas devem ser perdoadas. Portanto, esse gesto poderá significar o fim do embargo dos Estados Unidos em relação a Cuba.

Quero aqui muito saudar e avaliar que era da maior importância que, nesta sessão do Congresso Nacional, nós registrássemos esse gesto tão significativo, realizado há cerca de meio metro – conforme poderemos todos ver na televisão a cena hoje – de onde estava a Presidenta Dilma Rousseff, que testemunhou o diálogo e as palavras de Barack Obama trocadas com o Presidente Raúl Castro, de Cuba.

Parabéns a todos. Parabéns à África do Sul.

Nossas condolências e respeito ao extraordinário Presidente Nelson Mandela.

O SR. JÂNIO NATAL (Bloco/PRP – BA) – O Deputado Jânio Natal votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– Eu falei como Deputado. Hoje, ele falou como Deputado, não como Senador, porque lá eles falam vinte e tantos minutos.

Deputado Arnaldo Faria de Sá, antes de encerrarmos a votação. Depois, temos aqui: o Deputado Colbert, que vai fazer uso da palavra logo em seguida, e o Deputado Nilton.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP)

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Parlamentares, sei que estamos chegando perto do final do ano, e certamente algumas matérias que queríamos que fossem votadas não o serão.

É verdade que tudo isso por um artifício regimental. Como há três urgências constitucionais trancando a pauta, a primeira delas, o Marco Civil da Internet, isso vira um verdadeiro *back*, não se permitindo que se vote nada nesta Casa. É lamentável, chegamos a essa conclusão.

Mas pressionaremos, para que, no próximo ano, possamos votar a PEC nº 300, no seu segundo turno. Já foi votada em primeiro turno, e falta a votação em segundo turno. Depois de votada em segundo turno, passada pelo Senado, terei então oportunidade, em seis meses, de fazer uma proposta para esta Casa, estabelecendo qual é o piso nacional de salário.

Não há nem vínculo, nem valor, é apenas um princípio que queremos que seja votado.

E queria alertar a todos que, no ano que vem, teremos Copa do Mundo e há necessidade de segurança. Todos precisaremos de polícia.

Dois detalhes chamam atenção. Um foi aquele episódio de Joinville entre Atlético Paranaense e Vasco. Chegou-se àquela barbárie por quê? Porque a polícia não estava dentro do estádio. O Ministério Público do Paraná, por um inquérito civil público, impediu que a polícia militar atuasse dentro dos estádios, só fora deles, dizendo que, dentro dos estádios, quem tinha que atuar era a segurança privada. Nós não podemos prescindir da presença da polícia. Aliás, foi quando a polícia entrou que serenaram os ânimos daquela selvageria. E também lembro aqui outro espetáculo: na Argentina, a polícia está em greve e vocês viram o que aconteceu. Espero que no Brasil não venham a acontecer esses episódios.

Mas todas as lideranças que lutam pela aprovação da PEC 300 já têm um *slogan*: “sem PEC, sem Copa”. Espero que o Governo acorde para essa realidade e possa mudar essa situação e parar de enrolar a votação da PEC 300.

Paralelamente ainda na questão da segurança, vamos votar o projeto de lei que regulamenta as guardas civis municipais. O projeto está pronto para votação, a urgência aprovada e, até agora, não conseguimos votar essa matéria. Vamos votá-la o mais rápido possível, até porque as guardas municipais, em determinadas cidades, são as que respondem pela efetiva segurança pública mais do que a própria polícia militar e do que a polícia civil. Temos, portanto, que garantir essa votação.

E aqui fica um alerta – estou avisando em 10 de dezembro de 2013 –: se, em 2014, não for votada a PEC 300, poderemos ter sérios problemas e a culpa será daqueles que obstruem essa votação.

Paralelamente a essa matéria, outra que também tem que ser votada é a PEC 555. Sabemos que neste ano poderá não ser votada. Mas Carlos Mota está ali no plenário, o autor desta PEC, que está pronta para votação. Lamentavelmente, Deputado, até agora não foi votada.

O ano que vem é ano eleitoral, vamos votar esta PEC custe o que custar, porque não podemos continuar cobrando previdência de quem já é aposentado. Pagar para quê? Pagar para nada. Podem ter certeza de que todos os servidores públicos estarão atentos à votação desta matéria no ano que vem.

Hoje tive oportunidade de discutir com o Ministro Luís Barroso, do Supremo Tribunal Federal, sobre a matéria em votação naquele Tribunal, a desaposentação, mostrando que é uma falácia essa história de que a Previdência está quebrada. O Governo vende a história da Previdência quebrada para impedir que a gente possa ter algumas conquistas. E a desaposentação é uma dessas conquistas que queremos obter. Já foi votada nas varas previdenciárias dos tribunais regionais federais, no STJ, e concedida essa condição. Mas, historicamente, o Supremo Tribunal Federal deverá se manifestar. Esperamos que o Supremo possa tomar essa decisão.

Mostrei a S. Ex^a o Ministro Barroso que, quando se diz que a Previdência está quebrada, no ano de 2012, ano fechado portanto, o superávit era de mais de R\$70 bilhões na seguridade social. Inclusive, Sr. Presidente, lembrei ao próprio Ministro Barroso que mais de R\$100 bilhões de benefícios essenciais – Loas, renda mensal vitalícia e Funrural – foram pagos para criar essa áurea de que há um déficit na seguridade social. Não há esse déficit.

E estamos lutando, esperando que o Ministro Barroso, no reinício dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal, possa apresentar o seu voto e que esse voto seja aquele que todos esperamos, pela permissão da

desaposentação, culpa do próprio Governo, porque antigamente havia o pecúlio, a pessoa contribuía após a aposentadoria e, se parasse definitivamente,....

(Interrupção do som.)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – ...poderia receber de volta esse dinheiro. Com a extinção do pecúlio, ficou contribuindo para quê? Para nada? Sem dúvida nenhuma, muitos foram prejudicados, assaltados, roubados, enxovalhados, com o fator previdenciário, querem ter a oportunidade de, com mais anos de contribuição, com mais idade, diminuir o tamanho de seu prejuízo.

Esta é a decisão que esperamos do Supremo Tribunal Federal, independente das pressões, das tentativas de intimidação, que possa votar com a cidadania, que possa votar pela possibilidade da desaposentação. O Supremo Tribunal Federal terá a oportunidade, sem dúvida nenhuma, de garantir a milhares e milhares de brasileiros uma nova aposentadoria sucedendo à anterior, não é mais uma aposentadoria. Não; será permitido um novo cálculo, mais favorável em relação ao fator previdenciário, possa ser dado a todo segurado.

Portanto, é tempo de salvar os nossos aposentados. Parabéns ao Ministro Barroso!

O SR. ARTUR BRUNO (PT – CE) – Sr. Presidente, Artur Bruno votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. MÁRIO FEITOZA (PMDB – CE) – Presidente Andre Vargas, Mário Feitoza votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Esse eu tenho certeza, que é Mário Feitoza.

O SR. MÁRIO FEITOZA (PMDB – CE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Para nossa alegria – lembram daquele vídeo no YouTube? –, o Deputado Garotinho pediu a palavra como Líder por seis minutos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reiterar o apelo àqueles Deputados que se encontram em seus gabinetes...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um segundo; vou repor o tempo. É apenas para informar ao PSDB que vou sair por cinco minutos, vou até o meu gabinete, vou ao toalete.

O SR. VAZ DE LIMA (PSDB – SP) – Quero aproveitar para dizer que o Deputado Vaz de Lima votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR – RJ) – Sr. Presidente, eu quero solicitar aos Deputados que

ainda não votaram, especialmente os que são do Rio de Janeiro. O Deputado Adrian, o meu amigo Deputado Alexandre Santos, a Deputada Andreia Zito, a minha querida Deputada Benedita da Silva, o meu colega Dr. Adilson Soares, o Deputado Edson Ezequiel, o Deputado Hugo Leal, o Deputado Washington Reis – não sei se falta mais alguém do Rio – e os nossos colegas do Nordeste, para cumprir aquilo que nós tratamos.

O Rio de Janeiro votou com o Nordeste para dar ao Nordeste R\$300 milhões de subvenção da cana-de-açúcar contra R\$10 milhões para o Rio de Janeiro, para ser dividido por 5,5 mil produtores.

Ora, por favor! Meus queridos Deputados que ainda se encontram em seus gabinetes e não puderam votar, talvez V. Ex^{as}s não saibam, mas o índice pluviométrico do norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro, neste ano a que nos referimos, foi inferior ao do Nordeste.

Às vezes as pessoas olham o Rio de Janeiro e pensam que o Rio de Janeiro é a capital. Não sabem que há cidades do Rio de Janeiro, como acontece no noroeste e no norte do Estado, que vivem um drama social, onde o IDH é baixíssimo. É uma região que já teve, em seu período áureo, mais de 30 usinas de açúcar e hoje tem três! Três usinas de açúcar.

Eu uso este meu tempo como Líder do Partido da República para apelar aos nordestinos, aos paulistas aos cariocas, aos capixabas. Vi aqui a defesa veemente do Deputado Colnago; com toda razão, o norte do Estado do Rio e o sul do Estado do Espírito Santo foram bastante prejudicados e castigados por essas secas. As usinas de cana-de-açúcar do sul capixaba e do norte fluminense passaram pelas mesmas dificuldades.

Tenho certeza de que, principalmente, os Deputados do Nordeste, que honraram a palavra conosco da outra vez, quando apresentamos essa emenda, que foi vitoriosa na medida provisória... Infelizmente, não sei quem foi que orientou mal a Presidente Dilma para vetá-la. E ela a vetou. Não sei quem foi que a orientou mal. Mas eu tenho certeza de que a Presidente, que concedeu um Refis para os bancos – milhões de reais –, não vai se recusar a dar pouco mais de R\$10 milhões por ano aos pequenos produtores de cana do norte do Estado do Rio de Janeiro.

Sei, Deputado Feijó, Deputado Paulo César, Deputado Zoinho e outros Deputados do Rio de Janeiro, que, neste momento, estão diante da televisão, em suas casas, no interior, aqueles plantadores de cana que levantam cedo para plantar cana e, muitas vezes, não têm dinheiro nem para pagar ninguém para

cortar cana – eles próprios é que cortam cana. Eles estão assistindo a esta votação e não perdoarão os Deputados do Rio de Janeiro que não comparecerem a esta votação.

Então, solicito aos meus colegas do Rio que ainda não votaram – são poucos – que compareçam aqui para votar. Eles farão justiça a uma região sofrida, a um povo sofrido, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que tem visto, ano a ano, a produtividade de cana cair em função da falta de chuva.

Por isso, já convoco os nossos queridos Senadores para a votação que se dará após a vitória que vamos ter aqui na votação na Câmara dos Deputados. Quem sabe um Senador do Rio de Janeiro defende essa proposta que será vitoriosa na Câmara dos Deputados.

A Presidente da República foi mal orientada, foi mal instruída, porque ela não pode vetar um subsídio de R\$12 por tonelada de cana até 10 mil toneladas. Ou seja, R\$12 mil por ano; em 12 meses, R\$1 mil por mês para um produtor de cana e, ao mesmo tempo, favorecer banqueiros e outros setores que foram beneficiados aqui.

Era isso o que eu tinha que dizer, Sr. Presidente. Estou confiante de que vamos ganhar quando abrir o placar.

Durante o discurso do Sr. Anthony Garotinho, o Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Colbert Martins.

Durante o discurso do Sr. Anthony Garotinho, o Sr. Colbert Martins, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Com a palavra, o Deputado Colbert Martins.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá. PTB – SP) – Paulo Teixeira está inscrito já. Newton Lima e Paulo Teixeira.

O SR. COLBERT MARTINS (PMDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s Deputadas, Srs. Deputados, na primeira sessão de votação de vetos desta noite, nós votamos, e a carreira de Estado para médicos acabou no Brasil.

Eu sou médico, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados, na Bahia; fiz concurso em 1989. Na Bahia, até agora, com a mudança recente, nós não temos ascensão na carreira. Do mesmo jeito que comecei,

estou praticamente terminando meus 33 anos de vida profissional.

Imagine, Sr. Presidente, que, agora, nós propusemos e foi feito um acordo, colocado na medida provisória do Mais Médicos, e a Presidente vetou. Não existe perspectiva de carreira de Estado para médico no Brasil.

Portanto, vai-se facilitar a importação de médicos. É melhor trazer o produto pronto de qualquer lugar do mundo, e ninguém tem segurança da qualidade do que vão fazer, porque eles não são testados.

Se eu quiser trabalhar em Portugal, hoje, eu vou ter que me submeter a um exame. Se eu quiser ir para os Estados Unidos, são cinco anos para eu poder entrar naquele país, com exames sucessivos. Se eu quiser ir para a França, eu sou submetido a exames; se eu quiser ir para Portugal, eu sou submetido a exames; se eu quiser ir para a Espanha, também sou.

Como aqui no Brasil. Nós temos o Revalida, que foi aprovado e discutido aqui, e aprovado pelo Ministério da Educação, e que hoje não vale mais nada, porque basta uma canetada do Poder Executivo e qualquer um entra neste País sem nenhum tipo de garantia de qualidade.

E aí, Sr. Presidente, eis que, na Bahia, agora, o Governo do Estado está fechando um setor de pediatria do Hospital Ernesto Simões, localizado no Pau Miúdo, em Salvador. Um prejuízo que diz respeito à pediatria, à criança, Sr. Presidente.

O que me deixa indignado é que, há dois meses, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia transferiu os pediatras para o 16º Centro de Saúde, alegando uma reforma no setor pediátrico. E o Governo estava comprometido a abrir em 60 dias. Agora, a notícia é do fechamento do setor de pediatria do Hospital Ernesto Simões, em Salvador.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não tenho nada contra quem vem trabalhar no Brasil, só não dá para fechar serviços médicos que cada vez mais atuam e com mais dificuldade, porque os pagamentos e as dificuldades que atravessamos, neste momento, na Bahia, obrigaram o Ministério Público a, neste momento, neste dia, fazer denúncia de que recursos públicos de saúde não estão seguindo a aplicação adequada. Significa que dinheiro carimbado para a saúde está indo parar em outro lugar.

Essa é uma denúncia do Ministério Público do Estado da Bahia hoje, que está sendo apurada, contra o próprio Governo do Estado.

Sr. Presidente, não vamos aprovar aqui, lamentavelmente – vai ficar para o ano –, os agentes comu-

nitários de saúde, mas nós estamos pagando US\$5 mil para trazer esses médicos que vêm do exterior. Os médicos que vêm de Portugal trazem suas mulheres e filhos. Os médicos que vêm da Espanha trazem mulheres e filhos. Os médicos que vêm de Cuba não trazem ninguém, é proibido; aí não recebem US\$5 mil porque esse dinheiro vai direto para Cuba. Nós já pedimos à Organização Pan-Americana de Saúde para saber que contrato é esse de R\$500 milhões que foi para Cuba diretamente. A Organização Pan-Americana ficou com R\$24 milhões para fazer a intermediação. E por que esses médicos cubanos não podem trazer os seus familiares para poder trabalhar aqui? Por que eles não podem ficar com seu passaporte na mão, quando os portugueses e os espanhóis podem também? Estamos querendo entender, porque parece que está havendo uma forma diferente de trabalho nesses contratos, e quem vem trabalhar, já que vem, tem que ter, minimamente, as mesmas condições de fazê-lo.

Mas, se nós podemos pagar US\$5 mil a quem vem do exterior, não podemos pagar R\$900,00 aos agentes comunitários de saúde, que já trabalham tanto, que fazem tanto por este País há tanto tempo?

Foi uma das razões por que o Governo brecou qualquer tipo de votação. Jogamos para fevereiro, jogamos para março, e quero aqui desafiar o meu Partido porque eu vou votar, Sr. Presidente, a favor dos agentes comunitários de saúde do Brasil, que prestam excelente serviço no Brasil inteiro; agora, não dá para dizer que tem US\$5 mil para pagar para médico estrangeiro, e não temos condição de pagar US\$250,00, US\$300,00 a um agente comunitário de saúde, que presta tão grandes e tão bons serviços no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e digo que nós não nos conformamos com posições diversas como essa. A medicina brasileira é, sim, muito boa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Farias de Sá. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Deputado Newton Lima.

O SR. NEWTON LIMA (PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Assumo esta tribuna nesta tarde na condição de Presidente da representação brasileira no Parlasul e, portanto, cumprimento a todos os meus colegas Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras que compõem comigo a delegação de 37 parlamentares que participamos recentemente, em Montevidéu, da assembleia do Parlasul, que, na verdade, teve como principal mérito reorganizar, revitalizar, restabelecer a normalidade dos trabalhos daquele Parlamento. Isso nos dá força ainda maior para o Bloco.

E acabou de acontecer hoje, agora à tarde, uma notícia muito auspíciosa que vem a favor do Bloco e da nossa economia.

Sr. Presidente, Deputado Arnaldo Faria de Sá, colegas Deputados e Senadores desta sessão do Congresso, é com satisfação que anuncio que o Senado da República do Paraguai acaba de aprovar a admissão da Venezuela como país integrante do nosso Bloco, o que merece todos os aplausos. A partir desse ato, só falta a Câmara convalidar, e eu tenho certeza absoluta de que nós teremos um Bloco muito mais forte, a integração do Mercosul muito mais viável, e o fortalecimento das nossas economias.

O Brasil se vale do Mercosul para exportar pelo menos um terço dos nossos manufaturados, e, com a entrada da Venezuela, nós certamente vamos nos fortalecer ainda mais; um país que tem as reservas de petróleo que tem e que agrupa, Deputados e Senadores, um valor bastante significativo, tornando-nos o principal Bloco da América Latina.

Quero também dizer das minhas esperanças, como Presidente da nossa representação, quanto à reunião dos chefes de Estado que ocorrerá na cidade de Caracas, em meados de janeiro. A Presidenta Dilma está costurando um consenso – apesar de, pelo rodízio, ser da Argentina a próxima presidência do Bloco –, para que se dê, como um gesto amistoso de aproximação com o Paraguai, a presidência ao Presidente Cartes. E eu tenho certeza de que, aí, sim, nós teremos concluído todo o processo político de superação dos impasses que atrapalharam o funcionamento do Bloco, quer no Executivo, quer no Legislativo, e marcharemos juntos para a consolidação do Tratado de Livre Comércio com a União Europeia, a principal bandeira econômica do comércio exterior que temos hoje em nível do nosso País e do nosso Bloco, sob a liderança do Brasil.

E quero aproveitar a oportunidade para saudar Roberto Azevêdo, esse grande brasileiro presidente da Organização Mundial do Comércio, que conseguiu também revitalizar aquele órgão que estava prestes a perder prestígio definitivamente em função dos resultados anteriores em termos do comércio exterior. A partir do acordo que envolveu todos os países que pertencem a essa organização, ele está preparando a reunião de Doha e nos dando otimismo para a realização dela. A OMC, em breve, certamente será um instrumento importante de revitalização do comércio exterior para que o mundo saia dessa situação provocada pela crise americana de 2007/2008, em que o comércio passou a ser deficitário por inteiro, trazendo

problemas sobretudo para os setores manufaturados do mundo todo, inclusive do nosso País.

E, Sr. Presidente, dentro desse quadro de harmonia a que estamos assistindo no Mercosul, a que estamos assistindo no Parlasul, a que estamos assistindo na Organização Mundial do Comércio, não podemos deixar de celebrar, no dia de hoje, as homenagens póstumas feitas pelo mundo todo ao grande líder Nelson Mandela. E me socorro de duas frases da Presidenta Dilma, que dão exatamente o tom na fala que fez representando os países sul-americanos, da importância de Nelson Mandela para todo o mundo:

Personalidade maior do século XX, Nelson Mandela conduziu com paixão e inteligência um dos mais importantes processos de emancipação do ser humano da história contemporânea: o fim do apartheid na África do Sul.

E prossegue a Presidenta Dilma:

O combate de Mandela e o do povo sul-africano transformou-se em um paradigma não só para este... [Eu conluso, Sr. Presidente.] continente, mas um paradigma para todos os povos que lutam pela justiça, pela liberdade e pela igualdade.

Nelson Mandela vive!

Viva Mandela para sempre.

Obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Newton Lima, o Sr. Arnaldo Faria de Sá deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Simão Sessim.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Antes de conceder a palavra ao nobre Deputado Paulo Teixeira, que é o próximo inscrito, com a sua permissão, concedo rapidamente a palavra ao Deputado Edson Ezequiel e ao Deputado Arnaldo Jardim.

Deputado Edson Ezequiel, rapidamente.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente, art. 131...

A SR^a KEIKO OTA (PSB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ) – Por gentileza, eu estou com a palavra por uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Só um minutinho.

Está encerrada a votação

A SR^a KEIKO OTA (PSB – SP) – Sr. Presidente, na votação anterior, eu voto com o Partido.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Foi combinado isso.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Havia um compromisso do Deputado Simão de me dar a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Só um minutinho, Deputado Arnaldo. Vai ser dada a palavra para todos.

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Antes de encerrar, Sr. Presidente. Tem a ver com a votação!

O Sr. Simão Sessim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É o seguinte: houve um entendimento com o Deputado Garotinho, passei a palavra como Líder, iria até 18h45, temos 23 minutos a mais...

O SR. ARNALDO JARDIM (PPS – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a integra a diretoria da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético. Eu tenho a responsabilidade de coordenar essa Frente, que tem como Secretário-Geral o Deputado Renan Filho; Vice-Coordenador, o Deputado Odair Cunha, Vice-Líder do Governo, e a Frente pede o voto “não, Sr. Presidente, por conta da importância que essa medida tem com relação ao setor do etanol, Sr. Presidente.

O SR. EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ) – Deputado André, eu já votei, eu já tinha pedido, e o Deputado Simão Sessim, antes de V. Ex^a ocupar a Presidência no retorno, já tinha me concedido a palavra. Nessa votação, eu já votei.

Eu gostaria – Deputado Edson Ezequiel, do PMDB do Rio de Janeiro – de deixar registrada a minha votação com o Partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O.k.

O SR. EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ) – E aproveito para fazer coro com o Deputado Colbert Martins na causa dos agentes de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Ótimo.

O SR. EDSON EZEQUIEL (PMDB – RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está encerrada a votação.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS – PE) – Sr. Presidente, o Deputado José Augusto votou “sim”, pelo Partido, nas duas últimas votações.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Vamos ao resultado.

(Procede-se à apuração.)

64ª LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA Nº 029 - 10/12/2013

Abertura Painel: 10/12/2013 15:40

Encerramento Painel: 10/12/2013 21:13

Proposição:

VETO PARCIAL - Nº 45 DE 2013 - DVS ART. 21

Presidente da Casa:

Renan Calheiros - PMDB/AL

Presidiram a Sessão:

Andre Vargas - 15:44
 Colbert Martins - 18:52
 Simão Sessim - 19:04
 Andre Vargas - 19:08
 Simão Sessim - 19:24
 Andre Vargas - 19:38
 Nelson Pellegrino - 20:07

Início Votação: 10/12/2013 18:16

Fim Votação: 10/12/2013 19:09

Resultado da Votação

Sim	184
Não	200
Abstenção	4
Total da Votação	388

Art. 51	1
---------	---

Total Quorum	389
---------------------	------------

Obstrução	0
-----------	---

Presidiram a Votação:

Andre Vargas
 Colbert Martins
 Simão Sessim
 Andre Vargas

Orientação

PT - Sim
 PMDB - Liberado
 PpPros - Liberado
 PSDB - Não
 PSD - Sim
 PrPtdobPrp - Não
 PSB - Não
 DEM - Não
 Solidariedade - Não
 PDT - Não
 PTB - Liberado
 PCdoB - Sim
 PSC - Liberado
 PRB - Sim
 PV - Liberado
 PPS - Não
 PSOL - Sim
 PMN - Não
 GOV. - Sim

		Partido	Bloco	Voto
RORAIMA				
Chico das Verduras		PRP	PrPtdobPrp	Não
Edio Lopes		PMDB		Sim
Luciano Castro		PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Cesar Quartiero		DEM		Não
Raul Lima		PP	PpPros	Não
Urzeni Rocha		PSD		Sim
Total Roraima : 6				
AMAPÁ				
Dalva Figueiredo		PT		Sim
Davi Alcolumbre		DEM		Não
Evandro Milhomem		PCdoB		Sim
Fátima Pelaes		PMDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
AMAPÁ			
Janete Capiberibe	PSB		Não
Luiz Carlos	PSDB		Não
Sebastião Bala Rocha	Solidaried		Não
Total Amapá : 7			
PARÁ			
Arnaldo Jordy	PPS		Sim
Beto Faro	PT		Sim
Cláudio Puty	PT		Sim
Dudimar Paxiuba	PROS	PpPros	Sim
Elcione Barbalho	PMDB		Sim
Giovanni Queiroz	PDT		Não
José Priante	PMDB		Sim
Josué Bengtson	PTB		Não
Lira Maia	DEM		Não
Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp	Sim
Miriquinha Batista	PT		Sim
Nilson Pinto	PSDB		Não
Zé Geraldo	PT		Sim
Zequinha Marinho	PSC		Sim
Total Pará : 14			
AMAZONAS			
Dr. Luiz Fernando	PSD		Não
Francisco Praciano	PT		Sim
Silas Câmara	PSD		Não
Total Amazonas : 3			
RONDÔNIA			
Amir Lando	PMDB		Sim
Anselmo de Jesus	PT		Sim
Carlos Magno	PP	PpPros	Sim
Marcos Rogério	PDT		Não
Nilton Capixaba	PTB		Sim
Padre Ton	PT		Sim
Total Rondonia : 6			
ACRE			
Gladson Cameli	PP	PpPros	Sim
Henrique Afonso	PV		Sim
Marcio Bittar	PSDB		Não
Perpélua Almeida	PCdoB		Sim
Sibá Machado	PT		Sim
Taumaturgo Lima	PT		Sim
Total Acre : 6			
TOCANTINS			
Ângelo Agnolin	PDT		Sim
Júnior Coimbra	PMDB		Sim
Lázaro Botelho	PP	PpPros	Não

	Partido	Bloco	Voto
TOCANTINS			
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM		Não
Total Tocantins : 6			
MARANHÃO			
Alberto Filho	PMDB		Sim
Carlos Brandão	PSDB		Não
Costa Ferreira	PSC		Sim
Domingos Dutra	Solidaried		Não
Hélio Santos	PSDB		Não
Lourival Mendes	PTdoB	PrPtobPrp	Não
Pinto Itamaraty	PSDB		Não
Professor Setimo	PMDB		Sim
Sarney Filho	PV		Não
Simplicio Araújo	Solidaried		Não
Waldir Maranhão	PP	PpPros	Sim
Weverton Rocha	PDT		Não
Zé Vieira	PROS	PpPros	Não
Total Maranhão : 13			
CEARÁ			
André Figueiredo	PDT		Não
Antonio Balhmann	PROS	PpPros	Sim
Ariosto Holanda	PROS	PpPros	Sim
Arnon Bezerra	PTB		Sim
Artur Bruno	PT		Sim
Danilo Forte	PMDB		Sim
Eudes Xavier	PT		Sim
Gera Arruda	PMDB		Sim
Gorete Pereira	PR	PrPtobPrp	Não
João Ananias	PCdoB		Sim
José Airton	PT		Sim
José Guimarães	PT		Sim
José Linhares	PP	PpPros	Sim
Manoel Salviano	PSD		Não
Mário Feitoza	PMDB		Não
Mauro Benevides	PMDB		Sim
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Não
Vicente Arruda	PROS	PpPros	Sim
Total Ceará : 18			
PIAUI			
Assis Carvalho	PT		Sim
Hugo Napoleão	PSD		Sim
Iracema Portella	PP	PpPros	Sim
Jesus Rodrigues	PT		Sim
Júlio Cesar	PSD		Não
Marcelo Castro	PMDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
PIAUÍ			
Marílos Sampaio	PMDB		Sim
Nazareno Fonteles	PT		Sim
Osmar Júnior	PCdoB		Sim
Paes Landim	PTB		Sim
Total Piauí : 10			
RIO GRANDE DO NORTE			
João Maia	PR	PrPtdobPrp	Não
Paulo Wagner	PV		Sim
Total Rio Grande do Norte : 2			
PARAÍBA			
Benjamin Maranhão	Solidaried		Sim
Damião Feliciano	PDT		Não
Efraim Filho	DEM		Não
Hugo Motta	PMDB		Sim
Leonardo Gadelha	PSC		Sim
Luiz Couto	PT		Sim
Major Fábio	PROS	PpPros	Não
Manoel Junior	PMDB		Não
Nilda Gondim	PMDB		Não
Ruy Carneiro	PSDB		Não
Wellington Roberto	PR	PrPtdobPrp	Não
Wilson Filho	PTB		Sim
Total Paraíba : 12			
PERNAMBUCO			
Bruno Araújo	PSDB		Não
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB		Sim
Fernando Coelho Filho	PSB		Não
Fernando Ferro	PT		Sim
Gonzaga Patriota	PSB		Não
Jorge Corte Real	PTB		Não
José Augusto Maia	PROS	PpPros	Não
Luciana Santos	PCdoB		Sim
Pastor Eurico	PSB		Não
Raul Henry	PMDB		Não
Roberto Teixeira	PP	PpPros	Não
Severino Ninho	PSB		Não
Silvio Costa	PSC		Não
Vilalba	PP	PpPros	Sim
Wolney Queiroz	PDT		Não
Total Pernambuco : 16			
ALAGOAS			
Alexandre Toledo	PSB		Não
Arthur Lira	PP	PpPros	Não
Francisco Tenório	PMN		Sim
Givaldo Carimbão	PROS	PpPros	Não

	Partido	Bloco	Voto
ALAGOAS			
Maurício Quintella Lessa	PR	PrPtdobPrp	Sim
Paulão	PT		Sim
Renan Filho	PMDB		Sim
Rosinha da Adefal	PTdoB	PrPtdobPrp	Não
Total Alagoas : 8			
SERGIPE			
Almeida Lima	PMDB		Não
Total Sergipe : 1			
BAHIA			
Ácelino Popó	PRB		Não
Afonso Florence	PT		Sim
Alice Portugal	PCdoB		Sim
Amauri Teixeira	PT		Sim
Antonio Brito	PTB		Sim
Antonio Imbassahy	PSDB		Não
Arthur Oliveira Maia	Solidaried		Não
Claudio Cajado	DEM		Não
Colbert Martins	PMDB		Abstenç
Daniel Almeida	PCdoB		Sim
Edson Pimenta	PSD		Sim
Erivelton Santana	PSC		Sim
Fábio Souto	DEM		Não
Félix Mendonça Júnior	PDT		Não
Fernando Torres	PSD		Não
Geraldo Simões	PT		Sim
Jônio Natal	PRP	PrPtdobPrp	Não
José Carlos Araújo	PSD		Não
José Nunes	PSD		Sim
José Rocha	PR	PrPtdobPrp	Não
Jutahy Junior	PSDB		Não
Lucio Vieira Lima	PMDB		Sim
Luiz Alberto	PT		Sim
Luiz de Deus	DEM		Não
Márcio Marinho	PRB		Sim
Mário Negromonte	PP	PpPros	Sim
Nelson Pellegrino	PT		Sim
Oziel Oliveira	PDT		Não
Paulo Magalhães	PSD		Sim
Sérgio Brito	PSD		Sim
Valmir Assunção	PT		Sim
Waldenor Pereira	PT		Sim
Zezéu Ribeiro	PT		Sim
Total Bahia : 33			
MINAS GERAIS			
Ademir Camilo	PROS	PpPros	Não

	Partido	Bloco	Voto
MINAS GERAIS			
Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp	Não
Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrp	Não
Bonifácio de Andrada	PSDB		Não
Dimas Fabiano	PP	PpPros	Abstenção
Domingos Sávio	PSDB		Não
Eduardo Azeredo	PSDB		Não
Eduardo Barbosa	PSDB		Não
Geraldo Thadeu	PSD		Sim
Humberto Souto	PPS		Não
Isaias Silvestre	PSB		Não
Jaime Martins	PSD		Sim
Jairo Ataíde	DEM		Não
Jô Moraes	PCdoB		Sim
Júlio Delgado	PSB		Não
Lael Varella	DEM		Sim
Leonardo Monteiro	PT		Sim
Leonardo Quintão	PMDB		Sim
Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp	Não
Luiz Fernando Faria	PP	PpPros	Não
Marcos Montes	PSD		Sim
Marcus Pestana	PSDB		Não
Margarida Salomão	PT		Sim
Mário Heringer	PDT		Não
Mauro Lopes	PMDB		Sim
Miguel Corrêa	PT		Sim
Narcio Rodrigues	PSDB		Não
Odair Cunha	PT		Sim
Padre João	PT		Sim
Paulo Abi-Ackel	PSDB		Não
Reginaldo Lopes	PT		Sim
Renzo Braz	PP	PpPros	Não
Rodrigo de Castro	PSDB		Não
Saraiva Felipe	PMDB		Sim
Silas Brasileiro	PMDB		Abstenção
Stefano Aguiar	PSB		Não
Toninho Pinheiro	PP	PpPros	Sim
Vitor Penido	DEM		Não
Walter Tosta	PSD		Sim
Weliton Prado	PT		Sim
Total Minas Gerais : 40			
ESPIRITO SANTO			
Camilo Cola	PMDB		Sim
Cesar Colnago	PSDB		Não
Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros	Não
Lelo Coimbra	PMDB		Não
Manato	Solidaried		Não

	Partido	Bloco	Voto
ESPÍRITO SANTO			
Paulo Foletto	PSB		Não
Rose de Freitas	PMDb		Não
Sueli Vidigal	PDT		Não
Total Espírito Santo : 8			
RIO DE JANEIRO			
Alessandro Molon	PT		Não
Alfredo Sirkis	PSB		Não
Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp	Não
Arolde de Oliveira	PSD		Não
Aureo	Solidaried		Não
Benedita da Silva	PT		Não
Celso Jacob	PMDB		Não
Chico Alencar	PSOL		Não
Deley	PTB		Não
Dr. Carlos Alberto	PMN		Não
Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp	Não
Edson Ezequiel	PMDB		Não
Edson Santos	PT		Não
Eduardo Cunha	PMDB		Não
Eurico Júnior	PV		Não
Felipe Bornier	PSD		Não
Fernando Jordão	PMDB		Não
Fernando Lopes	PMDB		Não
Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp	Não
Glauber Braga	PSB		Não
Hugo Leal	PROS	PpPros	Não
Jair Bolsonaro	PP	PpPros	Não
Jandira Feghali	PCdoB		Não
Jean Wyllys	PSOL		Não
Jorge Bittar	PT		Sim
Leonardo Picciani	PMDB		Não
Liliam Sá	PROS	PpPros	Não
Luiz Sérgio	PT		Sim
Manuel Rosa Neiva	PR	PrPtdobPrp	Não
Marcelo Matos	PDT		Não
Miro Teixeira	PROS	PpPros	Não
Otavio Leite	PSDB		Não
Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp	Não
Rodrigo Maia	DEM		Não
Romário	PSB		Não
Sergio Zveiter	PSD		Não
Simão Sessim	PP	PpPros	Não
Stepan Nercessian	PPS		Não
Vitor Paulo	PRB		Não
Walney Rocha	PTB		Não
Washington Reis	PMDB		Não

	Partido	Bloco	Voto
RIO DE JANEIRO			
Zoinho	PR	PrPtdobPrp	Não
Total Rio de Janeiro : 42			
SÃO PAULO			
Alexandre Leite	DEM		Não
Aline Corrêa	PP	PpPros	Não
Antonio Bulhões	PRB		Sim
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB		Não
Arlindo Chinaglia	PT		Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Arnaldo Jardim	PPS		Não
Cândido Vaccarezza	PT		Sim
Carlos Zarattini	PT		Sim
Devanir Ribeiro	PT		Sim
Dr. Ubiali	PSB		Não
Edinho Araújo	PMDB		Sim
Eleuses Paiva	PSD		Não
Emanuel Fernandes	PSDB		Não
Francisco Chagas	PT		Sim
Gabriel Chalita	PMDB		Sim
Guilherme Campos	PSD		Não
Guilherme Mussi	PP	PpPros	Não
Iara Bernardi	PT		Sim
Ivan Valente	PSOL		Sim
Janete Rocha Pietá	PT		Sim
Jefferson Campos	PSD		Não
João Dado	Solidaried		Sim
Jorge Tadeu Mudalen	DEM		Não
José Mentor	PT		Sim
Junji Abe	PSD		Sim
Keiko Ota	PSB		Não
Luiza Erundina	PSB		Não
Mara Gabrilli	PSDB		Não
Márcio França	PSB		Não
Milton Monti	PR	PrPtdobPrp	Não
Newton Lima	PT		Sim
Otoniel Lima	PRB		Sim
Pastor Marco Feliciano	PSC		Sim
Paulo Teixeira	PT		Sim
Penna	PV		Não
Renato Simões	PT		Sim
Ricardo Berzoini	PT		Sim
Ricardo Izar	PSD		Sim
Ricardo Tripoli	PSDB		Não
Roberto de Lucena	PV		Não
Roberto Santiago	PSD		Sim
Tiririca	PR	PrPtdobPrp	Não

	Partido	Bloco	Voto
SÃO PAULO			
Vanderlei Macris	PSDB		Não
Vanderlei Siraque	PT		Sim
Vaz de Lima	PSDB		Não
Vicente Cândido	PT		Sim
Vinetinho	PT		Sim
Walter Feldman	PSB		Não
Walter Ihoshi	PSD		Sim
William Dib	PSDB		Não
Total São Paulo : 51			
MATO GROSSO			
Eliene Lima	PSD		Sim
Júlio Campos	DEM		Não
Nilson Leitão	PSDB		Não
Ságuas Moraes	PT		Sim
Valtenir Pereira	PROS	PpPros	Sim
Total Mato Grosso : 6			
DISTRITO FEDERAL			
Augusto Carvalho	Solidariedade		Não
Erika Kokay	PT		Sim
Izalci	PSDB		Não
Jaqueline Roriz	PMN		Não
Luiz Pitimana	PSDB		Não
Policarpo	PT		Sim
Reguffe	PDT		Sim
Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros	Sim
Total Distrito Federal : 8			
GOIÁS			
Armando Vergílio	Solidariedade		Não
Carlos Alberto Lacerda	PSDB		Não
Flávia Morais	PDT		Sim
Heuler Cruvinel	PSD		Sim
Iris de Araújo	PMDB		Não
João Campos	PSDB		Não
Leandro Vilela	PMDB		Sim
Marina Santanna	PT		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Roberto Balestra	PP	PpPros	Não
Ronaldo Caiado	DEM		Não
Sandes Júnior	PP	PpPros	Sim
Valdivino de Oliveira	PSDB		Não
Total Goiás : 13			
MATO GROSSO DO SUL			
Akira Otsubo	PMDB		Sim
Biffi	PT		Sim
Fábio Trad	PMDB		Sim

	Partido	Bloco	Voto
MATO GROSSO DO SUL			
Geraldo Resende	PMDB		Sim
Mandetta	DEM		Não
Marçal Filho	PMDB		Sim
Reinaldo Azambuja	PSDB		Não
Vander Loube	PT		Sim
Total Mato Grosso do Sul : 8			
PARANÁ			
Abelardo Lupion	DEM		Não
Alex Canziani	PTB		Sim
Andre Vargas	PT		Art.51
André Zacharow	PMDB		Não
Assis do Couto	PT		Sim
Dilceu Sperafico	PP	PpPros	Não
Dr. Rosinha	PT		Sim
Edmar Arruda	PSC		Sim
Eduardo Sciarra	PSD		Sim
Fernando Francischini	Solidaried		Não
Hermes Parcianello	PMDB		Sim
Leopoldo Meyer	PSB		Não
Luiz Carlos Hauly	PSDB		Não
Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp	Não
Nelson Meurer	PP	PpPros	Sim
Nelson Padovani	PSC		Não
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Professor Sérgio de Oliveira	PSC		Sim
Rosane Ferreira	PV		Sim
Rubens Bueno	PPS		Não
Sandro Alex	PPS		Não
Takayama	PSC		Sim
Total Paraná : 22			
SANTA CATARINA			
Carmen Zanotto	PPS		Não
Décio Lima	PT		Sim
Edinho Bez	PMDB		Abstenção
João Pizzolatti	PP	PpPros	Não
Jorge Boeira	PP	PpPros	Sim
Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp	Sim
Marco Tebaldi	PSDB		Não
Mauro Mariani	PMDB		Sim
Onofre Santo Agostini	PSD		Não
Pedro Uczai	PT		Sim
Rogério Peninha Mendonça	PMDB		Sim
Ronaldo Benedet	PMDB		Sim
Total Santa Catarina : 12			
RIO GRANDE DO SUL			

	Partido	Bloco	Voto
RIO GRANDE DO SUL			
Afonso Hamm	PP	PpPros	Não
Alceu Moreira	PMDB		Sim
Alexandre Rosa	PSB		Não
Assis Melo	PCdoB		Sim
Beto Albuquerque	PSB		Não
Bohn Gass	PT		Sim
Danreli De Deus Hinterholz	PSD		Sim
Darcísio Perondi	PMDB		Não
Fernando Marroni	PT		Sim
Giovani Cherini	PDT		Sim
Henrique Fontana	PT		Sim
Jose Stédile	PSB		Não
Luis Carlos Heinze	PP	PpPros	Não
Marco Maia	PT		Sim
Marcon	PT		Sim
Nelson Marchezan Junior	PSDB		Não
Osmar Terra	PMDB		Sim
Paulo Pimenta	PT		Sim
Renato Molling	PP	PpPros	Sim
Ronaldo Zulke	PT		Sim
Vieira da Cunha	PDT		Não

Total Rio Grande do Sul : 21

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR)

– SIM, 184; NÃO, 200.

Houve 4 abstenções.

Está mantido o voto, portanto.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Não vai ao Senado, portanto.

Só um minutinho, Deputado. Nós estamos conduzindo a sessão do Congresso Nacional.

A próxima votação é a votação de Senadores, que se inicia pelo Senado.

Portanto, nós teremos essa fase. Nós vamos seguir o procedimento que já adotamos. Não há nenhum requerimento para destaque, nem seria possível.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – É uma questão de ordem, mas eu ...

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem, art. 131, combinado com o art. 151 do Regimento Comum, que nos leva ao art. 107 do Regimento do Senado, que é aplicado com prioridade, subsidiariamente.

Art. 107.

Parágrafo único: Em qualquer hipótese, a reunião de comissão permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias....

Sr. Presidente, está acontecendo, está ameaçada de acontecer ou está acontecendo a instalação da PEC da Comissão Especial que apreciará a PEC 215.

Eu solicito a V. Ex^a, conforme já registrado pelas notas taquigráficas, que todos os atos praticados por essa Comissão sejam considerados nulos, de acor-

do com o Regimento Comum e com o Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Acolhida a questão de ordem.

Oriente as Comissões para que não procedam a votações, nem mesmo funcionem no momento da Ordem do Dia. Esse é um princípio constitucional, regimental, e que nós vamos fazer valer.

Solicito um pouco de paciência ao Deputado Paulo Teixeira, que sei que já está na tribuna. Mas acredito que a discussão anterior já precisaria ter sido finalizada.

Item 3:

VETO TOTAL Nº 46, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 46, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 220, de 2007 (nº 6.547 de 2009, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir, entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços, a eficiência e consumo energéticos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Carlos Bezerra votou com o Partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Sim, tenho certeza.

Podemos passar à votação?

Para orientar a Bancada, PT.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – É o Senado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PT do Senado.

Já vi aqui o Senador Walter Pinheiro, que está quase irreconhecível. Essa cabeleira só cresce.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – São os seus olhos, Presidente. V. Ex^a está enxergando hoje sobejamente bem.

Sr. Presidente, essa matéria é uma matéria que eu diria até, no seu aspecto da intenção, extremamente bem aportada. É meritória a proposta. No entanto, a especificação aportada inclusive no PLS é que ela, de forma não adequada, no que diz respeito à amplitude da aplicação da medida... E aí me refiro à questão da eficiência energética, Sr. Presidente, que foi um debate que travamos exaustivamente aqui na Câmara dos Deputados e no Senado. Tive a oportunidade de participar desse debate no nascedouro da proposta, mas, infelizmente, esse PLS, que inclusive nasceu no Senado da República, comete esse equívoco.

Portanto, nós não teríamos condições de aplicar para expansão... Por exemplo, para que os Senadores possam entender muito bem, o objetivo era estender para utilização, por parte dos Municípios até, a questão da utilização de lâmpadas de LED. Da forma como ficou a redação, nós não daríamos esse benefício aos Municípios. Portanto, somos pela manutenção do voto, exatamente pela inadequação e, consequentemente, pela redação não precisa, atendendo o interesse e o desejo do legislador.

Assim, a nossa Bancada orienta o voto pela manutenção do voto, Sr. Presidente, em completo apoio à decisão tomada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PMDB?

O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PP – CE) – Paulo Henrique Lustosa votou com o PP.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Só para concluir: o Bloco de Apoio ao Governo no Senado encaminha o voto “sim”, pela manutenção do voto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT – SE) – Na votação anterior, o Deputado Rogério votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Senador Walter Pinheiro, não tenho a ordem aqui, mas a Maioria votou, e agora a Minoria.

O SR. CARLOS SOUZA (PSD – AM) – O Deputado Carlos Souza votou com o Partido, Sr. Presidente.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB – CE) – Presidente, na votação anterior, votei de conformidade com o meu Partido.

O SR. HENRIQUE OLIVEIRA (SDD – AM) – Deputado Henrique Oliveira, se estivesse aqui, votaria com o Partido nas votações anteriores, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Já houve orientação, Senador?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, é sobre o encaminhamento das bancadas? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, considero que o voto está bem lançado, bem fundamentado. Realmente, para colocar diante da apresentação de cada produto, como, por exemplo, dessa gravata, o seu balanço energético, teríamos que fazer com que cada produto trouxesse consigo uma etiqueta maior do que bandeira dos Santos Reis.

Então, sou contrário ao projeto, portanto favorável ao voto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Pelo PSB, Bloco, não é? Não sou Senador, então não tenho muito...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Nós queremos encaminhar “não” ao veto porque entendemos que exigir eficiência e consumo energético vai no sentido do ambientalmente correto. Entendemos que há essa evolução. Entre as informações que o consumidor precisa ter para garantir o consumo sustentável, essa é uma informação importante.

Portanto, queremos recomendar “não” ao veto.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pelo PCdoB.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Deputado Nelson Marquezelli. Votei com o Partido nas votações anteriores.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pelo PCdoB, quero dizer que acompanhamos o Bloco de Apoio ao Governo, que encaminha o voto favorável à manutenção do voto. Entendemos que a intenção do projeto foi extremamente positiva. Entretanto, para produtos que necessitem de fato que seja colocada eficiência energética isso já se tem.

Então, pela forma não plenamente correta como está posto o projeto aprovado pelo Congresso Nacional, acreditamos que o Governo tem razão ao vetar essa matéria.

Portanto, nós do PCdoB acompanhamos a orientação do Bloco de Apoio ao Governo, “sim”, pela manutenção do voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP – SC) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, o Estado do Paraná me fez ir, hoje, à tarde, ao Supremo Tribunal Federal. Por essa razão, não pude votar duas vezes, mas votei a primeira vez. Nestas duas, peço que considere o meu voto com o Partido e nunca contra o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Muito bem. Era Rio de Janeiro o tema, mas tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP – SC) – É o Paraná mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PMDB do Senado? Eu diria aos parlamentares Deputados Federais que vamos seguir adiante, vamos abrir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Como vota o PP? (Pausa.)

O PSD? (Pausa.)

O PV? (Pausa.)

O PTB? (Pausa.)

O PR? (Pausa.)

O PSC? (Pausa.)

O PRB? (Pausa.)

O PDT? (Pausa.)

O PSOL? (Pausa.)

O Democratas? (Pausa.)

O Solidariedade? (Pausa.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “sim”, pela manutenção do voto.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco União e Força/PRB – RJ) – O PRB vota pela manutenção do voto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PRB, manutenção do voto.

Peço aos Srs. Senadores que tomem seus locais nas bancadas para iniciarmos o processo de votação.

Está iniciada a votação.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, que está na tribuna.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Só um aviso...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Sim...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Com a licença do Deputado Paulo Teixeira, Presidente, o Sr. Atos Pereira está lançando um livro no Salão Verde. Quero convidar para, logo após o pronunciamento do Deputado Paulo Teixeira, nós, todos os companheiros e companheiras do PT, irmos ao Salão Nobre, ao lado, pois está sendo lançado um livro sobre a trajetória dos Líderes do Partido dos Trabalhadores aqui, nesta Casa, inclusive com a brilhante trajetória de V. Ex^a, Deputado, no exercício da Liderança.

Obrigado.

Insisto no convite aos Deputados do PT para irem lá prestigiar o lançamento do livro.

Obrigado.

Obrigado, Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, venho a esta tribuna para prestar homenagem a duas pessoas muito significativas, muito importantes, que nos deixaram na semana passada.

A primeira é a Dona Filomena Matarazzo Suplicy, que faleceu com 105 anos de idade. Ela teve 11 filhos, 40 netos, 64 bisnetos, 4 tataranetos. Um dos seus 11 filhos é o nosso querido Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Dona Filomena teve um papel muito importante na vida da cidade de São Paulo e na vida do nosso País. Com forte e sólida formação cristã, educou os filhos para uma opção social e sua família se dedicou, por várias gerações, à formação de jovens profissionais na cidade de São Paulo.

A viúva de Paulo Cochrane Suplicy, seu marido, sua filha e uma de suas netas coordenaram e coordenam um projeto muito importante na cidade de São Paulo, uma escola de formação de jovens em culinária, que, inclusive, conduz o restaurante da Câmara Municipal de São Paulo.

Dona Filomena foi uma mulher de seu tempo, uma mulher moderna, uma mulher contemporânea, das grandes questões do seu tempo. Pude vê-la em diversas lutas, em diversos momentos importantes da vida da nossa cidade e de nosso País. Por isso, com dor, aqui, nos despedimos dessa grande mulher, que escreveu seu nome na história deste País.

Quero, aqui, deixar um abraço para o Senador Eduardo Suplicy, que sempre esteve com sua mãe em grandes momentos: na luta pelas Diretas Já, na luta por uma Constituinte livre e soberana... Enfim, em muitos momentos importantes aquela mulher maravilhosa estava presente. Então, meu abraço, Senador Suplicy, a V. Ex^a, aos seus irmãos e a toda a família Suplicy, que muito contribui para o nosso País.

Quero, igualmente, fazer uma homenagem a Nelson Mandela, que nos deixou na semana passada.

Nelson Mandela liderou um dos processos mais difíceis, mais complexos de mudança social, de mudança política e de mudança econômica que aconteceram na África do Sul. Ele foi do Congresso Nacional Africano, que, durante 100 anos, lutou por um governo que pudesse ser democrático – um homem, um voto – e para que pudesse representar a maioria racial negra na África do Sul. Ele conseguiu fazer uma transição naquele país, de negros, brancos e indianos – já que há uma colônia muito importante, principalmente em Durban –, e conseguiu desenvolver o país num clima de equilíbrio, num clima de respeito.

Essa transição democrática não foi uma transição simples, não foi uma transição qualquer. Houve uma luta política muito intensa. Nelson Mandela e diversos líderes do CNA ficaram presos por 27 anos. Muitos morreram, perderam suas vidas. A luta social foi muito

dura. Muitos negros perderam suas vidas. Mas Nelson Mandela, em cima de grande maturidade, conseguiu dirigir uma transição complexa e hoje temos um país muito importante, que espelha essa importância para toda a África e para todo o mundo. Nelson Mandela, sem dúvida, foi um dos maiores líderes do nosso tempo, senão o maior, que conseguiu dar um grande exemplo de política, que perseguiu com tenacidade os seus objetivos e com grande generosidade na articulação política, na engenharia política, para superar o ódio, superar a raiva, superar a história de sangue dessa luta para construir uma sociedade multirracial.

Por isso, desta tribuna, venho dizer que Nelson Mandela é um exemplo para toda a humanidade na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Viva Madiba!

Madiba vive na cabeça, nas mentes, no coração de todos aqueles que querem uma sociedade livre e justa. Ele, que foi casado com Winnie Mandela e que, depois, se casou com Graça Machel e que deixa inúmeros filhos, netos, bisnetos, deixa na memória do povo de todo o mundo o grande compromisso e a grande generosidade na luta pela transformação social.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Teixeira, o Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Simão Sessim.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Concedo a palavra ao próximo inscrito.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Deputado Eunício. Senador, perdão.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Não tem problema, não. Eu fui Deputado 12 anos e tenho muito orgulho disso.

É que eu não estou vendo o encaminhamento do PMDB no Senado. Estou vendo pelo Bloco da Maioria, que eu represento o Bloco da Maioria, mas não tem o PMDB. São dois blocos distintos.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a pode encaminhar.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – O Bloco da Maioria é “sim” e o PMDB também encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente. Só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – O PMDB vota “sim”.

Tinha sido chamado...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Senador Eunício.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Quem é que pode ajudar aqui? Não aparece no painel, Sr. Presidente, o encaminhamento do PMDB?

Como votarão os Senadores do PMDB se não tem encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Já foi chamado partido por partido.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Eu sei. Mas o encaminhamento não está no painel.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Votou com a Maioria. A votação do Senado é diferente da Câmara. Na Câmara, o painel assinala todos os partidos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Tudo bem, Sr. Presidente. Então está bem. Eu encaminho, como Líder da Maioria, porque o PMDB faz parte do Bloco, o voto “sim”. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Eu vou solicitar à Câmara que atenda ao Senador Eunício para que, tal como faz com a Câmara, coloque no painel todos os partidos que compõem o Senado Federal.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sem problema. Sinto-me contemplado pelo Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – É inserido na Maioria.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Sílvio Costa. (Pausa.)

Ausente.

Concedo a palavra...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. PP – RJ) – Deputado Arnaldo Faria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, Bloco União e Força, Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente,...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Orientar pelo Bloco União e Força.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) –... eu queria deixar registrada aqui a minha indignação com o Ministério do Planejamento, que não está liberando verbas do RPV, Requisição de Pequeno Valor, da Justiça Federal, do Juizado Especial Federal, do

Tribunal de Recursos e também para as ações das varas de acidente do trabalho.

Os recursos já estão consolidados, já transitados em julgado, e a gente estranha que tanto o Tribunal Regional Federal quanto o Tribunal de Justiça não estejam recebendo esses recursos. Na semana passada, tive uma audiência com o Presidente da Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo e solicitei a S. Ex^a que tome as providências.

Requisição de Pequenos Valores é diferente de precatório. Precatório tem que ser previsto num ano para ser liberado no ano subsequente; Requisição de Pequeno Valor é para o mesmo ano, logo depois que for decidida aquela matéria. Portanto, nossa indignação com o Supremo Tribunal Federal, que, neste momento, já poderia ter cobrado do Governo Federal essa postura, até porque o Supremo Tribunal Federal é o maior órgão da Justiça e também acumula o Conselho Nacional de Justiça.

Então, queremos que seja decidida essa matéria rapidamente para as pessoas que estão aguardando para receber. Lembro que a Justiça Federal e a Justiça Estadual vão entrar em recesso no próximo dia 20. Se esse dinheiro não for liberado, certamente, ficará empurrando com a barriga para pagar no outro ano. As pessoas que têm dinheiro para receber não podem esperar mais, porque são pessoas de idade avançada. Muitas delas, como diz o próprio Estatuto do Idoso, têm prioridade. E qual é essa prioridade? A prioridade para poder receber o seu dinheiro das chamadas Requisições de Pequenos Valores.

Teremos a oportunidade, inclusive, na próxima segunda-feira, de inaugurar o Juizado Especial Federal de Taubaté, uma grande reclamação daquela região do Vale do Paraíba, que trouxemos a esta Casa atrás do pleito do Vereador Alexandre. Também teremos, no dia 20, a inauguração do Juizado Especial Federal de Limeira, que é a transformação da Vara Federal em Juizado Especial Federal, uma grande conquista.

Em várias outras cidades, em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, V. Ex^a pediu por um minuto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, para orientar o Bloco União e Força.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a será atendido, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu solicito o encerramento da votação, porque já deu o quórum, e nós precisamos dar continuidade à Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – O Bloco União e Força precisa orientar. Presidente, Bloco União e Força.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Eu estava aguardando o Deputado Andre Vargas para que ele viesse encerrar a votação, tal qual pedido dele próprio. Eu estou aguardando. Antes disso...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, não está registrado no painel que o Bloco União e Força orienta o voto “sim” pelos motivos já expostos aqui pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – V. Ex^a será atendido, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Vamos encerrar, Sr. Presidente.

V. Ex^a é Presidente pleno. Vamos encerrar! Vamos encerrar logo!

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – O próximo orador inscrito é o Deputado Edson Ezequiel, mas ele já falou.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Tempo de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Vou convidar o nobre Deputado Domingos Dutra e, em seguida, vou encerrar.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Tempo de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim. Bloco/PP – RJ) – Depois, o Deputado Ivan Valente, como Líder, logo em seguida ao Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SDD – MA) – Sr. Presidente, hoje, 10 de dezembro, comemora-se 65 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. A Presidente Dilma, neste momento, está na África do Sul, participando de um ato em homenagem a Nelson Mandela, que representa a figura universal de defesa dos Direitos Humanos. E é justamente nesta data simbólica que a Bancada Ruralista conseguiu convencer o Presidente Henrique Eduardo Alves a instalar a Proposta de Emenda à Constituição nº 215, que é uma proposta que atenta, que agride os Direitos Humanos dos indígenas brasileiros, dos quilombolas brasileiros e de todos aqueles que lutam pela conservação ambiental no País.

Eu considero que a instalação dessa Comissão Especial nesta data é uma provocação a todos aqueles que lutam e defendem os Direitos Humanos no Brasil.

É inadmissível que o Presidente Henrique Eduardo Alves, que assumiu tantos compromissos com os indígenas, com os quilombolas e com os Parlamentares que defendem os Direitos Humanos nesta Casa, tenha concordado em instalar essa Comissão Especial em uma data tão simbólica para o mundo e para o Brasil.

Foi uma punhalada, uma traição do Presidente da Casa, pressionado que eu sei que foi, talvez não advertido pela sua assessoria. A instalação desta Comissão Especial, nesta data, é um ato de provocação aos índios, aos negros, aos quilombolas, aos extrativistas deste País.

É inadmissível! Só mesmo aqueles que apostam no caos, somente aqueles que apostam na violência é que podem desconhecer o grito histórico dos índios brasileiros, dos quilombolas brasileiros, na defesa de suas reservas e na defesa dos seus territórios.

Eu espero que haja ainda uma reflexão do Presidente Henrique Eduardo Alves, que volte atrás e que determine a suspensão da instalação dessa Comissão Especial. É um ato desumano! Só quem não tem coração é que não se compadece com a situação dos índios brasileiros.

Ainda há pouco eu estive ali corredor atendendo junto com o Padre Tom, com o Deputado Sarney filho, como o Padre João, atendendo um grupo de indígenas do Estado do Pará. E é com dó no coração, Deputado Ivan, que eu vi lá crianças indígenas com três anos de idade, com quatro anos de idade, clamando por justiça.

Este Parlamento não pode ser um torturador dos índios brasileiros. Não é instalando uma Comissão desse porte que nós vamos pacificar a situação dos conflitos envolvendo indígenas no Brasil, como os Patxós, como os Tupinambás, na Bahia, ou os Guaranis, em Mato Grosso do Sul.

A instalação dessa Comissão é colocar pólvora, é acender pavio de fogo em pólvora!

Nós pedimos aqui, Sr. Presidente, neste momento que o Congresso Nacional está reunido, nós pedimos prudência à Mesa, prudência aos membros da Bancada Ruralista, para que no final deste ano os indígenas brasileiros, os quilombolas, os extrativistas, possam ter um final de ano em paz, e não, ao contrário, terem que se mobilizar para inviabilizar essa Comissão Especial, torturadora, contrária aos Direitos Humanos.

Portanto, em nome de Mandela, em nome de todos aqueles que lutam por um mundo mais justo, um mundo de paz, de liberdade e de democracia, eu peço

prudência aos Deputados. E peço que o Presidente Henrique Eduardo Alves volte atrás e não constitua...

(*Interrupção do som.*)

Durante o discurso do Sr. Domingos Dutra, o Sr. Simão Sessim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Primeiro, a presente sessão está prorrogada até...

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, questão de ordem, art. 23 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Sim.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ. Para uma questão de ordem.) – Pelo Regimento Comum, não há prorrogação de ofício. V. Ex^a tem que consultar o Plenário acerca da prorrogação.

O SR. SARAIVA FELIPE (PMDB – MG) – Presidente, o Deputado Saraiva Felipe votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Informaram-me, Deputado Picciani, que havia um entendimento para nós seguirmos adiante com a sessão e submetermos à prorrogação.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, não há...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Só um minutinho, Deputado.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho assistido às sessões do Congresso, que têm sido prorrogadas por decisão da Mesa. V. Ex^a está questionando isso. É isso?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, nas vezes em que foi prorrogada, houve um consenso. Neste momento, não há consenso, nós devemos seguir a norma regimental.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – O PSDB acompanha o PMDB em seguir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está certo. Então, eu vou passar a palavra ao Deputado Ivan Valente. Enquanto não encerrar esta votação, nós não encerraremos a sessão. Depois, nós vamos discutir a prorrogação, então.

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD – MG) – Presidente, o Deputado Diego Andrade votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Ivan Valente com a palavra.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB – PA) – Presidente, Deputado Wandenkolk Gonçalves, só para justificar o voto nas votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O.k.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Presidente, em primeiro lugar, eu queria colocar que, neste momento, está se tentando instalar uma Comissão Especial, no Plenário 13, da PEC nº 215. Nós entendemos essa ação como um atentado aos direitos indígenas e uma violação da Constituição Federal – art. 231 da Constituição Federal.

Nós entendemos que essa PEC, que quer trazer para o Congresso Nacional a ideia de demarcar as terras indígenas, quilombolas e de comunidades, não se sustenta no Supremo Tribunal Federal. Mais do que isso, é uma provocação e um estímulo à violência no campo.

E nós pudemos assistir, neste fim de semana, ao chamado “Leilão da Resistência”, que deveria se chamar “Leilão da Barbárie Ruralista”. Arrecadar recursos em cabeças de gado, cereais, dinheiro vivo, para manter uma estrutura paralela ao Estado brasileiro e que, na verdade, visa a convocar e a pagar milícias – milícias! – fora da lei para sustentar a propriedade, invadir, intimidar, afrontar e ameaçar as comunidades indígenas no Brasil.

Isso é inaceitável, e nós entendemos que o Governo Federal, o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal, a Justiça Federal precisam se pronunciar, imediatamente, a respeito disso.

Inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Juíza Janete Lima Miguel, da Segunda Vara da Justiça Federal de Campo Grande, considerou esse leilão uma ação que põe em risco a segurança e a vida dos povos indígenas e acolheu uma ação impetrada pelo Conselho Ati Guasu e o Conselho do Povo Terena, dizendo que essa ação tinha o poder de incentivar a violência e colide com os preceitos constitucionais do direito à vida, à segurança e à integridade física.

E, ainda, conclui: “este comportamento por parte dos fazendeiros não pode ser considerado lícito, visto que podem substituir o Estado na solução do conflito existente entre os ruralistas e os povos indígenas”.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que é uma ofensiva implantar a PEC nº 215, negar qualquer regulamentação da questão e trazer para o Congresso Nacional o direito de nunca mais se demarcar terras indígenas e se recuar nas terras já demarcadas e homologadas. É a ditadura do ruralismo, que pegou asa

na votação e na anistia aos desmatadores no Código Florestal.

Nós não podemos mais aceitar esse tipo de coisa, e dizemos ao Presidente Henrique Alves que assuma a responsabilidade, porque o conflito no campo vai se instalar, e nós não queremos que isso aconteça.

Os maiores prejudicados e os assassinatos, a miséria são dos indígenas. Eles não estão atrás de propriedade. Eles estão de pertencimento. Eles estão atrás de seus direitos imemoriais. Eles estão atrás da manutenção da Constituição Federal, Sr. Presidente.

Por isso, quanto às empresas de segurança privada que podem ser contratadas – e, claramente, foi dito isto: que o dinheiro pode ser utilizado para isso –, pedimos a intervenção imediata do Ministro da Justiça e de todos aqueles que querem a paz no campo e a preservação dos direitos indígenas, que não estão nesta PEC. Que não se tire consequência disso! Que se preserve a Constituição brasileira, e não os direitos de propriedade e dos exportadores e ruralistas! Isso é um crime conta os direitos indígenas brasileiros! Vamos manter a Constituição Federal do Brasil!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO IVAN VALENTE

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – O leilão da barbárie ruralista: governo Dilma se omite diante de uma tragédia anunciada

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados, a bancada ruralista conseguiu novamente, com a silenciosa descendência dos governo Dilma, impor uma derrota ao Estado brasileiro e aos direitos dos povos originários deste país. Com a realização do chamado “Leilão da Resistência”, articulado por produtores rurais para arrecadar recursos que seriam utilizados contra-ocupações de terras no estado, e que conseguiu cerca de R\$ 640,5 mil com o arremate dos lotes de animais e cereais, a insegurança dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul está definitivamente instalada. Um nome mais adequado para o que acabar de acontecer seria “leilão da barbárie ruralista”.

Como já dissemos aqui várias vezes, o retrocesso representado pelo governo Dilma, tanto na questão ambiental quanto na garantia dos direitos indígenas que constam na Constituição Federal, é sem precedentes. Desde, pelo menos, a aprovação do novo Código Florestal, o agronegócio perdeu definitivamente qualquer limite de civilidade, colocando o país de joelhos. Querem flexibilizar o conceito de trabalho escravo e legalizar a exploração de trabalhadores. Querem acabar com a demarcação de terras indígenas. Não se contentaram com a anistia aos desmatadores e agora fazem

leilões de arrecadação de recursos para a instalação de milícias armadas. Tudo com o consentimento tácito do governo federal e da justiça.

Segundo o presidente da Associação dos Criadores do estado (Acrissul), Francisco Maia, o objetivo do leilão foi arrecadar recursos para ações de mobilização dos produtores, delogística, para o pagamento de honorários de advogados, para a divulgação do movimento e “até mesmo para segurança.” O leilão no Mato Grosso do Sul contou com uma comitiva de parlamentares desta Casa, liderados pela presidente da Confederação Nacional da Agricultura, a senadora Kátia Abreu.

Em 4 de dezembro de 2013, a juíza Janete Lima Miguel, da 2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande, considerando ser uma ação que põe em risco a segurança e a vida dos povos indígenas e acolhendo uma ação impetrada pelo Conselho da Aty Guasu e Conselho do Povo Terena, determinou que o leilão não fosse realizado. Na decisão, ela argumenta o que se denunciava, ou seja, que o leilão “tem o poder de incentivar a violência (...) e colide com os princípios constitucionais do direito à vida, à segurança e à integridade física”. E conclui ainda que “comportamento por parte da parte [fazendeiros] não pode ser considerado lícito, visto que pretendem substituir o Estado na solução do conflito existente entre a classe ruralista e os povos indígenas”

No entanto, a 4ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande (MS), depois de açãoada pelos representantes dos ruralistas, liberou (no final da noite do dia 6) a realização do tal leilão da resistência. Os indígenas recorreram junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região ((TRF-3) e, em caráter liminar, o desembargador Lionel Ferreira manteve o leilão desde que as três condicionantes impostas pela Justiça Federal de Mato Grosso do Sul fossem adotadas: 1. O dinheiro arrecadado com o leilão será depositado numa conta judicial e controlado pela Justiça; 2. Os leiloeiros deverão discriminar os nomes dos arrematadores e os valores pagos; 3. A utilização dos recursos arrecadados com o leilão só poderá ser feita depois de a Justiça ouvir o Ministério Público Federal (MPF) e as organizações indígenas Conselho da Aty Guasu e Conselho do Povo Terena.

Como afirmou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), “o que mais chamou atenção, no caso desse leilão criminoso foi o silêncio absoluto do governo federal”, em referência ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, da Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário,

e dos integrantes da Secretaria Geral da Presidência da República, que “silenciam diante de uma iniciativa que abertamente convoca setores da sociedade civil a unirem-se para angariar fundos específicos e com isso combater direitos indígenas resguardados pela Constituição Federal”

Em nota, o Conselho Terena questionou que, “é no mínimo estranho que a Acrissul e Famasul dianete de uma decisão suspendendo o leilão, não terem recorrido ao Tribunal Regional Federal da 3a Região para reverter a decisão. Para nós, é notório que houve pressão das elites ruralistas sobre os magistrados de primeira instância de Mato Grosso do Sul (...) Resolvemos não esperar pelo Ministério Público Federal (MPF), Funai ou ONGs, como esperavam os ruralistas. Entramos nesse embate decididos a não assistir mais de braços cruzados as atrocidades cometidas pelos ‘coronéis’ e ‘famílias elitistas’ que se consideram os donos deste estado.”

O Estado do Mato Grosso do Sul registra o maior índice de lideranças indígenas mortas em contexto de conflito fundiário. Na maioria dos casos, há envolvimento direto das ditas empresas de segurança privada. O temor dos povos indígenas é, portanto, plenamente justificado, ainda mais quando a omissão dos órgãos legais se torna flagrante. Funai, Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Direitos Humanos se aliam a este descalabro quando simplesmente se calam e não defendem explicitamente o Estado de Direito. Como todos sabem, constituir milícias armadas é crime. E se omitem de maneira ainda mais irresponsável quando não se colocam diante da tragédia prestes a acontecer. Muito obrigado.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Alfredo Sirkis votou com o Partido...

A SR^a BRUNA FURLAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, a Deputada Bruna Furlan votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PSB – RJ) – ...e gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que é totalmente ilegal a formação dessa Comissão, cujo ensejo é discriminar, mais uma vez, os povos indígenas. Trata-se de uma irracionalidade absoluta tentar transferir a competência da demarcação das terras indígenas do Executivo para o Legislativo. Trata-se de uma completa insanidade. E trata-se de uma ilegalidade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ CHAVES (PTB – PE) – Sr. Presidente, o Deputado José Chaves votou com o Partido nas votações anteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – A sessão, na prática, já se encerrou. Certo?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, nós estamos fazendo um acordo de procedimentos. O acordo será: nós não teremos suspensão da lista de presença. Terminada a pauta da Ordem do Dia, nós encerraremos a sessão. Essa é uma exigência da oposição e do PMDB, com que o Governo está concordando, ou seja, nós prorrogaremos esta sessão para concluir a pauta aqui existente. Concluída a pauta, os trabalhos serão encerrados, conforme proposta do PMDB e da oposição. E o Governo não tem alternativa a não ser concordar.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Parabéns, Deputado.

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Veja: o Deputado Caiado já estava lá como Líder. Está inscrito aqui para falar como Líder?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, Sr. Presidente, eu solicito a prorrogação da sessão.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu já estava.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Inscreveu-se aqui, na mesa?

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Eu já estava inscrito. Exatamente.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Emanuel, na última votação, votou de acordo com o Partido.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Pode se inscrever a qualquer tempo. Não há problema, não.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, não há entendimento em relação à prorrogação da sessão por parte do PSDB e também em relação à votação dos PLNs. Não há, da parte do PSDB, esse entendimento.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Quero passar a palavra ao Deputado Caiado, para falar como Líder.

Enquanto isso, sugiro que as Lideranças conversem, para chegar a um entendimento, como tradicional-

mente funcionam as votações do Congresso Nacional em relação ao Orçamento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem, o Deputado Amir Lando vota “sim”.

O SR. GENECIAS NORONHA (SDD – CE) – Sr. Presidente, o Deputado Genecias Noronha, na votação anterior, votou com o Partido.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nas votações anteriores, meu voto foi com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O Deputado Amir Lando também, bem como o Deputado Renato Simões...

O SR. RENATO SIMÕES (PT – SP) – O Deputado Renato Simões votou com o Partido nas votações anteriores.

O SR. OTONIEL LIMA (PRB – SP) – Presidente, o Deputado Otoniel votou de acordo com a orientação do Partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tenho certeza.

O SR. MANOEL SALVIANO (PSD – CE) – Sr. Presidente, o Deputado Manoel Salviano, na última votação, votou com a orientação do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O último, o Deputado Padilha.

O SR. ELISEU PADILHA (PMDB – RS) – O Deputado Padilha também.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Ficam garantidos exatamente os cinco minutos, Sr. Presidente?

O SR. JERÔNIMO GOERGEM (Bloco/PP – RS) – O Deputado Jerônimo Goergem votou com seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Restituo o tempo do Líder. O Deputado Padilha justificou. Agora, restituo o tempo do Líder do Democratas, Deputado Caiado, que está com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, na verdade, na maior parte do tempo de liderança, eu gostaria de discutir mais sobre o assunto que interessa a todos os Parlamentares aqui, relativo ao Orçamento impositivo e ao financiamento da saúde. Antes, porém, quero prestar alguns esclarecimentos, principalmente ao Deputado Ivan, para que ele tenha mais conhecimento das coisas antes de se referir, nas suas colocações raivosas e injustas, àquilo que está ocorrendo hoje, principalmente, no Mato Grosso do Sul.

No Mato Grosso do Sul, todos os produtores rurais aguardaram por parte do Governo uma solução que lhes foi prometida pelo Ministro Gilberto Carvalho e também pelo Ministro José Eduardo Cardozo. O tem-

po foi prorrogado por mais de três meses, e centenas de invasões foram praticadas pelos índios em todas as propriedades rurais daquela região. Os produtores rurais vieram a Brasília várias vezes, e nenhuma solução foi dada.

Propor uma PEC é iniciativa do Congresso Nacional, é ferramenta nossa, para podermos alterar aquilo que estamos vendo e que é inaceitável que continue: uma Funai em que há um antropólogo de plantão contratado, que resolve, por determinação do Cimi, ampliar as áreas indígenas, desrespeitando toda a legislação existente e todos os documentos que mantêm aquele cidadão na posse há mais de 150 anos. É contra isso que essa PEC se propõe discutir.

Segundo ponto: ele fala do leilão e da resistência democrática que aconteceu na cidade de Campo Grande. Sabem por quê? Porque nós, produtores rurais, não temos o hábito, Deputado Ivan Valente, de pegar dinheiro principalmente dos funcionários e servidores da Previdência e da área da saúde para gastar em nome do Partido. Nós fazemos um leilão à luz do dia, em que todos sabem quem são os doadores e quem são os compradores. A sociedade toda sabe quem são eles. Não é caixa dois de ONG, nem de governos e de outros países que querem se intrometer em assuntos que são próprios nossos. A nós, cabe resolvê-los. Não é um cidadão que vai querer dizer ao Plenário desta Casa o que deve ou não fazer. Pelo contrário, temos de aprender que é a maioria que decide.

O que solicito do PSOL é que tenha respeito com a classe produtora rural, que lave a boca antes de falar de produtor rural neste País, pois é quem sustenta esta Nação, é quem dá orgulho a este País de ser superavitário, é quem absorve a mão de obra nesta Nação, é quem pode dar a este País uma referência internacional como um dos maiores produtores de grãos hoje do mundo. O que o PSOL deseja é transformar o Brasil numa Venezuela dois, onde há crise de abastecimento, onde a demagogia suplanta a seriedade, o trabalho e a produtividade.

Os produtores rurais já não suportam mais esse preconceito por parte do Governo, que quer sempre eleger-los como responsáveis pelos problemas existentes.

Nós sabemos muito bem, Sr. Presidente, que essas áreas que estão sendo requeridas hoje em todos os Estados são áreas antropizadas. Os produtores rurais estão lá há mais de 150 anos. Se o Governo a deseja, que pague pela área, que a desapropriie, mas que dê um resarcimento...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO ARRUDA (PMDB – PR) – O Deputado João Arruda votou com o Partido na última votação.

O SR. CLEBER VERDE (PRB – MA) – Sr. Presidente, o Deputado Cleber Verde votou, nas últimas votações, de acordo com seu Partido.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O Deputado Zé Geraldo votou com seu Partido na votação anterior.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO (Bloco/PP – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Missionário José Olímpio votou, nas votações anteriores, com o Partido.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, para que eu possa concluir, conceda-me mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Há Deputado na tribuna. Antes de justificar, vamos ter muito tempo.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente. Estou concluindo.

Sr. Presidente, o que solicitamos neste momento é que tenham mais respeito com a iniciativa de vários Deputados Federais. Não há ninguém aqui para ser patrulado por quem quer que seja.

Vá para dentro da Comissão, debata a PEC! Vamos trazê-la para o plenário! Vamos participar da situação com a qual convivemos em Campo Grande: as pessoas estão desesperadas; massacre e tortura são feitos sobre os produtores rurais, o que não é realçado na mídia nacional. No entanto, sempre é colocado que existe, sim, uma ação contrária às nações indígenas. Existe uma ação contrária àqueles que manipulam as nações indígenas neste País!

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Presidente...

O SR. EURICO JUNIOR (PV – RJ) – Sr. Presidente, o Deputado Eurico Junior, se aqui estivesse, teria votado com seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Muito bem, Deputado Eurico!

Com a palavra, o Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, sobre a proposta de acordo formulada pelo Líder do Governo no Congresso, o PMDB está de acordo com a votação dos créditos, não criará obstáculo. Há total acordo com o prosseguimento dessa matéria, mas nós desejamos que se firme o acordo de que a sessão seja encerrada, e não suspensa. Nesses termos, o PMDB estará de acordo com a proposta do Líder do Governo.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Presidente, nós não concordamos e continuamos aqui agarrados ao art. 23. Precisa ser ouvido o Plenário, para haver a prorrogação desta sessão. Acabando essa votação, caso não seja ouvido o Plenário, a sessão estará encerrada. Esse é o nosso encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Então, não há acordo? É isso?

O SR. JOÃO PAULO LIMA (PT – PE) – Sr. Presidente, o Deputado João Paulo Lima estava em uma reunião no Ministério e acompanhou a Bancada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT – PR) – Com a palavra, o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de o Líder do Governo comunicar o acordo, eu tive o cuidado de conversar com a Liderança do PMDB, com a Liderança da Minoria, para depois formular isso. De lá para cá, apareceram outras questões, mudaram de posição, e o Governo não tem como se opor.

Agora, quero registrar que essa postura vai impedir a aprovação de, por exemplo, crédito especial no valor de R\$116 milhões a favor de transferência aos Estados, ao Distrito Federal e a Municípios – hoje, houve aqui um incidente exatamente em relação aos Municípios, que estão à procura de mais recursos – e de um conjunto de outros créditos voltados para os três Poderes, ao Executivo, ao Judiciário e uma pequena parcela ao Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, quero registrar que, antes de externar minha posição, eu tive o cuidado de ouvir os Líderes. Depois, houve uma mudança de posição.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Com a palavra, o Deputado Nilson Leitão.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não posso aqui ouvir e aceitar, com todo o respeito que tenho ao Senador, a Liderança no Congresso querer imputar à oposição ou a essas Lideranças qualquer tipo de atrapalho em uma votação como essa.

Estamos falando aqui de mais de R\$3 bilhões ou de praticamente isso, com um quórum baixíssimo. Inclusive, a maioria base do Governo não se faz presente. Votações açodadas como essas já deram cheque em branco para o Governo várias vezes.

O Governo não pode reclamar desta oposição, que já votou em muitas... Aliás, vamos fazer um com-

parativo: no inverso, o PT teria votado contra tudo! O PSDB é sempre coerente. A oposição foi sempre coerente, sempre dando oportunidade para que o Governo navegassem em céu de brigadeiro.

Então, nessa votação, feita de forma açodada, sem um mínimo necessário em termos de quórum, nós não vamos votar mesmo! Queremos a Casa lotada. Queremos ver todo mundo aqui presente.

Há de se lembrar que 80% são da base do Governo. Então, se a base do Governo não se faz presente, não é necessário fazer isso.

Não adianta também vir com chantagem eleitoral, dizendo que essas transferências podem atingir as prefeituras. Não há ninguém que mais massacre, que mais faça covardia com as prefeituras do que o atual Governo do PT. Ele coloca as prefeituras e os Estados de joelhos durante todo o ano. Faltando 15 dias para acabar o ano, espera vir aqui uma caravana de prefeitos, para dizer que vai liberar meio por cento, 1% ou 2% de migalhas para aqueles que morrem todos os dias nas portas de hospitais, por falta de remédios. As estradas estão ruins. E, na educação, o Brasil vem perdendo pontos cada vez mais.

Não venha aqui, no final do ano, dizer que a oposição está impedindo uma votação e vai transferir isso ou aquilo. Deveriam socorrer os Municípios no dia a dia. Deveriam liberar as emendas no dia a dia! Não conseguem exercer o papel de gestor, porque o Orçamento é engessado. Não conseguem chegar a 40% da execução orçamentária do ano inteiro, fazendo todo mundo de palhaço, prefeitos, governadores, deputados e, acima de tudo, a sociedade brasileira!

Esse Governo passa mais dinheiro para o terceiro setor e para ONGs do que para Municípios e para Estados. Agora, aqui, vem dizer que essa votação vai resolver problema de Municípios e de Estados? Vamos parar de conversar fiado!

A oposição não aceita quebrar regras. Que se cumpra essa regra! E o Governo tem a maioria. Se todos estivessem aqui para cumprir o seu papel, se estivessem sentados aqui, participando da votação, com certeza haveria maioria para prorrogar a sessão por mais uma hora. Não há quórum. Então, infelizmente, não se vai prorrogá-la.

Os coitados dos 400 prefeitos e os outros 5,3 mil prefeitos que não vieram para cá novamente vão ser enganados, como foram enganados no ano passado,

no ano retrasado, no outro ano e no outro ano, continuando a receber esmolas do Governo!

O Governo não passa recursos para a prefeitura, resolve dar um ônibus, Deputado Ronaldo Caiado. Aí a prefeitura tem de contratar quatro motoristas e abastecê-lo. O prefeito, às vezes, não quer ônibus; às vezes, ele quer o dinheiro para poder terceirizar aquele serviço. Quer mandar uma patrulha, quer mandar uma máquina. Ora, o Governo Federal tem de parar de pensar que ele é patrão e que os Estados e as prefeituras são funcionários dele.

Acredito que sessões como esta poderiam ser evitadas. O Congresso trabalhou muito pouco neste ano, trabalhou muito pouco. Poderia ter sido feito isso 20 dias atrás, 30 dias atrás. De forma açodada, nós não vamos votar. Nós não vamos aceitar isso. Vamos, sim, fazer cumprir o Regimento. O Governo tem de gostar de leis, e leis têm de ser cumpridas. Não vai passar por cima de todo mundo!

Então, cumpra-se o art. 23, e o Plenário é que vai decidir se vai haver prorrogação.

A SR^a MARINHA RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, a Deputada Marinha Raupp registra a ausência. Eu estava em audiência. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Tudo bem, Deputada!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, invoco o art. 14, porque fui citado.

O SR. MAURO MARIANI (PMDB – SC) – O Deputado Mauro Mariani votou a favor da emenda nas votações anteriores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, quero começar registrando que existe quórum na Casa, tanto é que estão aqui 56 Senadores, que terminaram de votar e que estão nas dependências desta Casa. De acordo com o Regimento, há número suficiente de Senadores. Da mesma forma, já fizemos mais de duas votações, e a Câmara deu quórum também. A presença aqui é suficiente. Por isso, Sr. Presidente, nós pedimos a prorrogação, por haver número suficiente na Câmara e no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está encerrada a votação, após o que vamos encaminhar, regimentalmente, o seguimento ou não da sessão.

(Procede-se à apuração.)

64ª LEGISLATURA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Presidente da Casa:
 Renan Calheiros - PMDB/AL

Sessão:

SESSÃO CONJUNTA Nº 029 - 10/12/2013

Abertura Painel: 10/12/2013 15:40

Encerramento Painel: 10/12/2013 21:13

Proposição:

VETO TOTAL - Nº 46, DE 2013

Presidiram a Sessão:

Andre Vargas - 15:44
 Colbert Martins - 18:52
 Simão Sessim - 19:04
 Andre Vargas - 19:08
 Simão Sessim - 19:24
 Andre Vargas - 19:38
 Nelson Pellegrino - 20:07

Inicio Votação: 10/12/2013 19:18

Fim Votação: 10/12/2013 20:00

Presidiram a Votação:

Andre Vargas
 Simão Sessim
 Andre Vargas

Resultado da Votação

Sim	47
Não	8
Abstenção	1
Total da Votação	56

Orientação

Maioria - Sim
 Apoio ao Governo - Sim
 Minoria - Sim
 União e Força - Sim

Total Quorum 56

Obstrução 0

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Angela Portela	PT	Apoio ao Governo	Sim
Mozarildo Cavalcanti	PTB	União e Força	Abstenção
Total Roraima : 2			
AMAPÁ			
João Capiberibe	PSB	Apoio ao Governo	Não
Randolfe Rodrigues	PSOL	Apoio ao Governo	Não
Total Amapá : 2			
PARÁ			
Flexa Ribeiro	PSDB	Minoria	Sim
Total Pará : 1			
AMAZONAS			

	Partido	Bloco	Voto
AMAZONAS			
Alfredo Nascimento	PR	União e Força	Sim
Eduardo Braga	PMDB	Maioria	Sim
Vanessa Grazziotin	PCdoB	Apoio ao Governo	Sim
Total Amazonas : 3			
RONDÔNIA			
Ivo Cassol	PP	Maioria	Sim
Valdir Raupp	PMDB	Maioria	Sim
Total Rondônia : 2			
ACRE			
Aníbal Diniz	PT	Apoio ao Governo	Sim
Sérgio Petecão	PSD	Maioria	Sim
Total Acre : 2			
TOCANTINS			
Kátia Abreu	PMDB	Maioria	Sim
Vicentinho Alves	Solidaried		Sim
Total Tocantins : 2			
CEARÁ			
Eunício Oliveira	PMDB	Maioria	Sim
Inácio Arruda	PCdoB	Apoio ao Governo	Sim
José Pimentel	PT	Apoio ao Governo	Sim
Total Ceará : 3			
PIAUÍ			
João Vicente Claudino	PTB	União e Força	Sim
Wellington Dias	PT	Apoio ao Governo	Sim
Total Piauí : 2			
RIO GRANDE DO NORTE			
José Agripino	DEM	Minoria	Não
Total Rio Grande do Norte : 1			
PARAÍBA			
Cássio Cunha Lima	PSDB	Minoria	Sim
Cícero Lucena	PSDB	Minoria	Não
Total Paraíba : 2			
PERNAMBUCO			
Armando Monteiro	PTB	União e Força	Sim
Humberto Costa	PT	Apoio ao Governo	Sim
Jarbas Vasconcelos	PMDB	Maioria	Não
Total Pernambuco : 3			
ALAGOAS			
Benedito de Lira	PP	Maioria	Sim
Total Alagoas : 1			
SERGIPE			
Eduardo Amorim	PSC	União e Força	Sim

	Partido	Bloco	Voto
Total Sergipe : 1			
BAHIA			
Lídice da Mata	PSB	Apoio ao Governo	Não
Walter Pinheiro	PT	Apoio ao Governo	Sim
Total Bahia : 2			
MINAS GERAIS			
Aécio Neves	PSDB	Minoria	Sim
Zezé Perrela	PDT	Apoio ao Governo	Sim
Total Minas Gerais : 2			
ESPÍRITO SANTO			
Ana Rita	PT	Apoio ao Governo	Sim
Magno Malta	PR	União e Força	Sim
Ricardo Ferraço	PMDB	Maioria	Sim
Total Espírito Santo : 3			
RIO DE JANEIRO			
Eduardo Lopes	PRB	União e Força	Sim
Lindberg Farias	PT	Apoio ao Governo	Sim
Total Rio de Janeiro : 2			
SÃO PAULO			
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	Minoria	Sim
Antônio Carlos Rodrigues	PR	União e Força	Sim
Eduardo Suplicy	PT	Apoio ao Governo	Sim
Total São Paulo : 3			
MATO GROSSO			
Blairo Maggi	PR	União e Força	Sim
Osvaldo Sobrinho	PTB	União e Força	Não
Total Mato Grosso : 2			
DISTRITO FEDERAL			
Cristovam Buarque	PDT	Apoio ao Governo	Sim
Rodrigo Rollemberg	PSB	Apoio ao Governo	Não
Total Distrito Federal : 2			
GOIÁS			
Cyro Miranda	PSDB	Minoria	Sim
Lúcia Vânia	PSDB	Minoria	Sim
Wilder Morais	DEM	Minoria	Sim
Total Goiás : 3			
MATO GROSSO DO SUL			
Delcídio do Amaral	PT	Apoio ao Governo	Sim
Ruben Figueiró	PSDB	Minoria	Sim
Total Mato Grosso do Sul : 2			
PARANÁ			
Álvaro Dias	PSDB	Minoria	Sim
Roberto Requião	PMDB	Maioria	Sim

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Sérgio Souza	PMDB	Maioria	Sim
Total Paraná : 3			
SANTA CATARINA			
Casildo Maldaner	PMDB	Maioria	Sim
Luiz Henrique	PMDB	Maioria	Sim
Total Santa Catarina : 2			
RIO GRANDE DO SUL			
Ana Amélia	PP	Maioria	Sim
Paulo Paim	PT	Apoio ao Governo	Sim
Pedro Simon	PMDB	Maioria	Sim
Total Rio Grande do Sul : 3			

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – SIM, 47; 08, NÃO.

Abstenção: 01.

Total: 56.

Está mantido o voto. Portanto, não vai à Câmara dos Deputados.

O SR. FELIPE MAIA (DEM – RN) – O Deputado Felipe Maia votou com o seu Partido, Sr. Presidente, nas votações anteriores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Certamente.

“Art. 23. Ouvido o Plenário, o prazo de duração da sessão poderá ser prorrogado:

a) por proposta do Presidente [e será apresentada];

b) a requerimento de qualquer Congressista”.

O Presidente está apresentando a proposta de seguimento da sessão, de prorrogação da sessão, até o cumprimento da pauta, da Ordem do Dia.

A SR^a REBECCA GARCIA (Bloco/PP – AM) – A Deputada Rebecca Garcia votou com o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Consulto o Plenário se há consenso.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Não há consenso, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente, o PMDB, a fim de formular o seu encaminhamento, indaga a intenção de V. Ex^a. Esgotadas as matérias da Ordem do Dia, V. Ex^a encerrará a sessão ou a suspenderá? Isso definirá a posição do PMDB nesta sessão, por isso eu indago de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós entendemos que é importante cumprir a Ordem do Dia. Eventuais acordos para a manutenção em aberto da sessão é algo a ser avaliado, e me parece que não existe acordo nem com o PMDB.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Se a intenção de V. Ex^a for suspender a sessão, nós já votaremos agora contra a prorrogação; se a intenção de V. Ex^a for esgotar a Ordem do Dia e, após, encerrar a sessão, nós votaremos favoravelmente à prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Visando ao bom entendimento, é claro que no máximo de entendimento possível, mesmo não havendo consenso, nós encerraremos a sessão hoje, desde que cumprida a Ordem do Dia.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Perfeitamente. Então, o PMDB, na Câmara, vota a favor da prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Em votação na Câmara.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – O PT vota a favor.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Em votação, na Câmara.

Os Parlamentares, Deputados Federais que forem a favor da prorrogação para o cumprimento da Ordem do Dia, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a prorrogação.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Verificação conjunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Verificação concedida.

Passamos, então, à votação nominal e convocamos os Parlamentares para que compareçam ao plenário para a votação nominal que decidirá a continuidade da Ordem do Dia.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu convido todos os Deputados do PT a virem a plenário votar, para que nós prossigamos à votação da suplementação. Nós temos um PLN que vai assegurar a transferência.

Nós vimos a Oposição, hoje, reclamando aqui que a Cide não está indo para Minas Gerais. Esse PLN assegura a transferência dos recursos da Cide – hoje nós não temos legislação específica – para os Estados, para os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – (Fora do microfone.) ...Parlamentares, que o Presidente Henrique Eduardo Alves convoca sessão deliberativa extraordinária da Câmara dos Deputados para amanhã, quarta-feira, 11 de dezembro, às 11 da manhã, com a seguinte Ordem do Dia: eleição dos membros da Câmara dos Deputados que comporão a Comissão Representativa do Congresso Nacional; Medida Provisória nº 625, de 2013; Projeto de Decreto Legislativo nº 1.055, de 2013; Proposta de Emenda à Constituição nº 471, de 2005, e 55, de 2011.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o PSDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Está iniciada a votação.

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – O Democratas entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PMDB?

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O PMDB vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PROS? PP?

Deputado Carimbão.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSDB?

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSD?

PR? Bloco/PR?

PSDB é obstrução.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSB?

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB – RS) – Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Democratas?

O SR. ABELARDO LUPION (DEM – PR) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSB e Democratas em obstrução.

Solidariedade? PDT? O PSB é liberado ou obstrução?

O SR. JOSÉ STÉDILE (PSB – RS) – Em obstrução, Sr. Presidente. O PSB, obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Solidariedade? PDT? PTB?

O SR. WALNEY ROCHA (PTB – RJ) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PCdoB?

A SR^a ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – PCdoB, “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSC? PRB?

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB – RR) – O PRB orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PV?

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) – O PV orienta sua Bancada a votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PPS?

A SR^a CARMEN ZANOTTO (PPS – SC) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Obstrução.

PSOL? PMN?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (PMN – DF) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Minoria?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSD?

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – O PSD vota “sim”.

Governo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PSC em obstrução, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Governo vota “sim”.

O SR. WALNEY ROCHA (PTB – RJ) – Sr. Presidente, o PTB é obstrução.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu queria convidar todos os gabinetes, por gentileza, para que pudessem convidar os Deputados do Prona e do PP para aqui marcar presença.

O SR. WALNEY ROCHA (PTB – RJ) – Sr. Presidente, o PTB, no painel, ainda não está. Não colocaram no painel o PTB ainda, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Nós vamos aguardar. Houve várias votações; votações de interesse contrário ao Governo que esta Presidência aguardou, várias votações, inclusive para derrubar o veto do Rio. O Deputado Garotinho, Deputados do Rio estiveram aqui. Nós mantivemos em aberto e vamos aguardar, para que haja quórum de avaliação, porque, aí, sim, dependendo da votação...

O SR. GUILHERME CAMPOS (PSD – SP) – Presidente, o PSD muda a orientação para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PSD, obstrução.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA) – Convidamos o PT a votar “sim” para garantir a sessão; assegurar a transferência de recursos para os Estados e Municípios. E convidamos o PT para amanhã também estar presente aqui para votarmos a PEC nº 55.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB – RR) – Presidente, o PRB muda para obstrução.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente, posso fazer um registro?

O Sr. Andre Vargas, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Pellegrino.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Pois não, Deputado Amauri.

O SR. AMAURITEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente, Deputado Nelson Pellegrino, hoje, nós lançamos no Plenário 10 desta Casa uma Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais. Estava lá a nossa Presidente da Frente, a Deputada Margarida Salomão, do PT de Minas, ilustre reitora; o Deputado Newton Lima, ilustre diretor; Deputada Iara Bernardi.

Essa frente, Sr. Presidente, nós reputamos importante, em um manifesto que quero deixar aqui registrado. Nesse manifesto, nós colocamos que esperamos para as universidades federais uma contrapartida em recursos humanos, infraestrutura e custeio, necessários ao seu funcionamento adequado. E, no Item 4, que considero importante, lutar para que os estudantes, cuja composição social obtém agora maior diversida-

de e sintonia, mais adequada à estrutura de classes da sociedade brasileira.

Nós sabemos que a Presidenta Dilma criou duas universidades na Bahia. O senhor estava nessa luta junto conosco. Já estão instaladas essas duas universidades.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (Bloco/PR – RJ) – Sr. Presidente, o PR para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Jhonatan.

Pois não, para orientar.

O SR. FRANCISCO FLORIANO (Bloco/PR – RJ) – PR em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – PR em obstrução.

Deputado Jhonatan.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB – RR) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna neste momento é falar da minha indignação com a Anvisa.

Estou há três meses para fazer uma cirurgia, e a Anvisa não libera a entrada da prótese no Brasil, porque, segundo ela, essas próteses customizadas precisam de um número de registro.

Quantos mil brasileiros precisam de próteses que não são produzidas no Brasil, e a Anvisa não cria um código, não cria um número de registro? E o brasileiro é que tem que sofrer! É por isso que as filas de saúde pública também vão aumentando, em função de como a Anvisa está tratando hoje essas próteses no Brasil.

A minha prótese, Sr. Presidente, teve a autorização da Câmara dos Deputados, foi aprovada pelo Comitê Jurídico da Câmara, mas a Anvisa simplesmente não tem o número de registro para a entrada da prótese no Brasil. O que vai ter que ser feito? Terá que se entrar na Justiça, pedindo à Justiça que libere a prótese.

Agora, imagina, Sr. Presidente, quantos brasileiros, no Brasil inteiro, estão sendo prejudicados por causa dessa bendita liberação!

Deputado Amauri, V. Ex^a, que pertence à Base do Governo, sabe muito bem que quando as pessoas precisam dessas próteses é porque elas são significantes na vida desses cidadãos. E a Anvisa só precisa criar um número de registro, um simples número de registro, mas cria milhares de confusões para poder criar essa prótese.

Isso é um absurdo, Sr. Presidente!

Amanhã farei um ofício que encaminharei à Anvisa e aos órgãos reguladores, para que essas próteses entrem no Brasil. E não só a prótese de mandíbula, mas as próteses de fêmur, as próteses de quadril, todas essas próteses que requerem um número específico.

Não é por serem customizadas que são diferentes das outras. Elas têm que ser tratadas da mesma forma. A Anvisa tem que criar um número de registro para que esse tipo de prótese possa entrar no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, eu só queria registrar a audiência que nós realizamos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA)

– Um minutinho, porque há uma relação de inscritos.

Há algum Líder para orientar?

Deputado Manato.

O SR. MANATO (SDD – ES) – O Solidariedade entra em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O Solidariedade entra em obstrução.

O próximo inscrito é o Deputado Jean Wyllys.

O Deputado Jean Wyllys está no plenário?

O Deputado Jean Wyllys se inscreveu?

A Deputada Alice Portugal queria falar?

A SR^a ALICE PORTUGAL (PCdoB – BA) – Sr. Presidente, quero orientar o PCdoB, sim, mas registrar que hoje, 10 de dezembro, é o Dia Mundial dos Direitos Humanos. E a sua presença nessa mesa nos remete a toda a luta que V. Ex^a desenvolveu e desenvolve em defesa dos direitos humanos.

Nós, do PCdoB, somos uma sigla que sofreu muito com os rigores da ditadura, que perdeu muitos militantes, quadros do maior preparo entre nós.

Neste dia afirmamos a necessidade de elevar alto a bandeira dos direitos humanos e as garantias efetivas de que a justiça social, a paz sejam bandeiras efetivamente erguidas e mantidas por este Congresso Nacional a serviço do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O próximo inscrito é o Deputado Zé Geraldo.

Há algum Líder que quer orientar?

Deputado Ivan Valente, V. Ex^a quer orientar a Bancada?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Presidente, só para poder...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Um minutinho, Deputado Ivan Valente, para orientar; depois eu passo para V. Ex^a.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP) – A orientação do PSOL é “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O PSOL, orientação “sim”.

Deputado Nilson Leitão, Líder da Minoria.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Presidente, só para tentar colaborar, há 13 partidos em

obstrução; apenas 6 “sim”. V. Ex^a poderia poupar o tempo de quem está aqui, economizar esse tempo, pois sabe que não vai dar quórum. Encerre a sessão! A sessão está inviabilizada totalmente.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Nobre Líder, nós estamos vendo a evolução do painel. Podemos aguardar.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – É uma questão extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Eu vou passar para V. Ex^a. V. Ex^a é Líder do PSDB. Eu vou lhe passar a palavra, mas quero responder ao nobre Líder da Minoria, o Deputado Nilson Leitão. Há uma evolução visível de Deputados que estão votando, no painel. Então, vamos aguardar.

Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu quero até fazer um alerta. Alguns Deputados da Base do Governo estão insistindo nesta sessão, improdutiva, a essa altura do campeonato, pois ela está prestando um desserviço ao Governo e ao País. Eu explico por quê.

Eu sou membro da Comissão Mista de Orçamento, sou o coordenador da nossa Bancada lá. O Presidente da Comissão Mista está tentando fazer com que ela funcione, e vocês conhecem o Regimento: enquanto nós insistirmos aqui com o funcionamento desta sessão, está impedida a Comissão Mista de Orçamento de ler os relatórios setoriais. Sem a leitura dos relatórios setoriais, nós não cumpriremos o prazo regimental e não daremos ao País um orçamento.

Portanto, estou fazendo uma ponderação a quem está insistindo na manutenção de uma reunião que já não produz mais nada, porque ela está produzindo, sim, um prejuízo ao País. A Comissão Mista do Orçamento, neste momento, se deliberar, será nulo de direito, porque estamos com uma reunião do Congresso em curso, na Ordem do Dia. Portanto, é preciso...

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Presidente, pela Vice-Liderança do PT na CMO, não é fato que houve obstrução da oposição. Não houve sessão hoje de manhã...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Só para concluir. A reunião está numa tentativa de votação; o Líder do PMDB, inclusive por razões de divergência com a sequência da questão orçamentária, levantou uma questão de ordem procedente, com a qual concordei, como Líder do PSDB, de que não podemos continuar o trabalho da Comissão Mista do Orçamento

enquanto este Plenário estiver funcionando em sessão do Congresso. E isso é regimental.

Então, eu só alerto, para que amanhã não venham dizer que é a oposição que está obstruindo o Orçamento! É a própria base do Governo que não se entende e quer manter uma sessão improdutiva em prejuízo do funcionamento da Comissão Mista do Orçamento, que tem o dia de hoje para concluir a leitura do relatório, sob pena de não termos prazo regimental para aprovar o Orçamento Geral da União.

Então, fica claro, Sr. Presidente, o apelo para encerrar, para que a...

(Interrupção do som.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Questão de ordem. A CMO não vai votar nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Afonso Florence, para contraditar. Logo em seguida, vamos passar para a relação de inscritos, a não ser que algum Líder queira falar. Deputado Renato, V. Ex^a está inscrito. Primeiro, o Deputado Zé Geraldo. Mas, antes, para contraditar, o Deputado Afonso Florence. Depois nós vamos seguir a relação de inscritos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) – Sr. Presidente, só para registrar: houve obstrução ontem, houve obstrução hoje pela manhã e hoje à tarde da oposição. Nós do Governo encaminhamos a leitura dos relatórios parciais, setoriais. A prorrogação da sessão é necessária, não impede que fiquemos – eu sou da Comissão de Orçamento – de prontidão com a convocação do Presidente para, oportunamente, serem lidos os relatórios setoriais.

Por isso, Presidente, nós queremos convocar todos os Parlamentares para votar. A orientação é votar “sim”, pela prorrogação da presente sessão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – A Mesa informa ao Deputado Domingos Sávio que a Comissão do Orçamento não está votando matéria. Então, poderia ter algum problema se ela viesse a votar alguma matéria. Não havendo votação, não há nenhum problema.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, como é que o Presidente da Comissão de Orçamento vai ler os relatórios, o que é regimentalmente obrigatório, sem a nossa presença lá? Eu não sou dois. Eu sou coordenador da Bancada do PSDB. Eu tenho que estar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Domingos Sávio, V. Ex^a é um profundo conhecer do Regimento desta Casa...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – ... porque V. Ex^{as}s exigem que eu esteja aqui e o Presi-

dente da Comissão exige que eu esteja lá para ler o relatório, inclusive o relatório do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – V. Ex^a é um profundo conhecedor do Regimento desta Casa e sabe que é da praxe, da cultura desta Casa as reuniões acontecerem em paralelo. O que não pode acontecer são votações em paralelo, e isso não está acontecendo.

Vou passar a palavra ao Deputado Zé Geraldo, lembrando que os Deputados que intervirem no microfone terão automaticamente sua presença computada na sessão.

Deputado Zé Geraldo e depois Deputado Renato Molling.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, para registrar a grande festa que aconteceu, ontem, no Município de Porto de Moz, às margens do Rio Xingu, com a inauguração da agência do INSS. Para V. Ex^a ter uma ideia, essa população tem como única alternativa de transporte para Altamira, via rio Xingu, o barco. Demora-se até um dia de barco para uma pessoa buscar o benefício da Previdência Social.

Então, a partir de ontem, todos os cidadãos que dependem da Previdência Social têm uma agência totalmente informatizada naquele Município, que é inclusive uma emenda deste Parlamentar. Amanhã, será inaugurada uma próxima agência do INSS no Município de Garrafão do Norte.

Portanto, estamos trabalhando para que possamos, até o final de 2014, ter aproximadamente 80 agências do INSS construídas e instaladas no Estado do Pará, para melhorar a vida daquele povo, que chega a caminhar até 800Km para buscar um benefício da Previdência Social.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Peço a atenção de V. Ex^a. O Líder José Pimentel está aí, e é bom que ouça isto. Há poucos minutos, e constam, portanto, da ata desta sessão, o Deputado Amauri Torres, presidindo esta sessão, respondeu uma questão de ordem sobre os trabalhos da Comissão Especial, que está fazendo a instalação da PEC 215. Ele fez a questão de ordem a qual o Deputado Andre Vargas respondeu de forma clara e direta, que todos os atos, todas as decisões, todas as ações das comissões durante a sessão que está em curso são nulas.

Estou fazendo esse apelo – e por isso que me referi ao Líder José Pimentel – para que não venha

amanhã o Governo estranhar que queiram considerar nulos os atos da Comissão Mista de Orçamento.

A Comissão Mista de Orçamento está trabalhando, está lendo o relatório. Amanhã, quando ela quiser submeter à votação o relatório, será nula a leitura. Começa tudo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Domingos Sávio, V. Ex^a sabe muito bem que o Regimento Comum reza que haja atos de votação. No caso da instalação da comissão, sim, porque, para ela funcionar, tem que ser instalada, tem que eleger um presidente, esse presidente tem que indicar um relator. Então, há votações para a instalação de uma comissão. No caso da Comissão do Orçamento, é apenas a leitura de um relatório. Não há um ato de votação que possa implicar a votação. Se a comissão estivesse prevendo votar o relatório, aí sim, a questão de ordem de V. Ex^a teria procedência. Então, no caso da Comissão – parece-me que tenha sido o entendimento do Deputado Andre Vargas correto –, para que seja instalada, implica no processo de eleição de sua mesa diretiva e isso implica na votação, e uma votação não pode concorrer com uma sessão ordinária ou extraordinária desta Casa onde haja atos de votação.

Portanto, eu entendo que a questão de ordem tem procedência, mas não se aplica a este caso.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Como eu preciso participar da Comissão de Orçamento, e é importante...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – V. Ex^a é muito importante lá e pode ter certeza de que...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB – MG) – Eu pediria a V. Ex^a, então, que estabelecesse um prazo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O prazo é de 50 minutos. Está certo isso... Da prorrogação. São 50 minutos. Eu aguardo.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Renato Molling.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP – RS) – Presidente Nelson Pellegrino, eu queria registrar a audiência que o setor coureiro calçadista realizou hoje com o nosso Ministro Fernando Pimentel, sobre as dificuldades que tem encontrado com a Argentina, com referência à exportação de calçados. Estamos extremamente preocupados com essa questão. O comércio bilateral é muito importante para o Brasil, mas as dificuldades têm trazido muitos prejuízos para o setor calçadista, especialmente do Rio Grande do Sul.

Hoje, foi aprovada a inclusão da Venezuela pelo Paraguai. Esperamos que tudo isso traga melhorias para que o Mercosul possa ser fortalecido e, com isso,

realmente ser um bloco econômico que tenha a sua importância e possa fazer frente ao mercado mundial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Com a palavra, o Líder do Governo, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, esse pedido de verificação foi feito pelos seguintes Parlamentares: Deputados Abelardo Lupion, Emanuel Fernandes, João Campos e Vanderlei Macris, conforme consta nas notas taquigráficas e que a Mesa informa.

Diz o art. 293, inciso X: "Se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido." Dos quatro Parlamentares, apenas dois, Sr. Presidente, votaram: o Deputado Abelardo Lupion e o Deputado Emanuel Fernandes. Os dois outros, lamentavelmente, não votaram. Com isso cai a verificação, Sr. Presidente.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Sr. Presidente, pela Liderança do PROS e do PP, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O Deputado Givaldo queria falar pela Liderança?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O Deputado Givaldo, e depois o Líder Ronaldo Caiado.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados, esta é uma sessão do Congresso Nacional. Estamos aqui para votar os PLNs. São dezenas de créditos suplementares para os ministérios poderem, obviamente, cumprir as metas econômicas agora no final do ano.

Imaginem que já faltam só duas semanas para encerrarmos o nosso tempo parlamentar. Não podemos encerrar esta sessão. Amanhã é quarta-feira, dia de muitas comemorações e da confraternização dos partidos. É importante que nós possamos vencer, hoje, a pauta colocada pela Mesa para que não tenhamos vexames. Imaginem quantos ministérios há hoje para empenhar recursos, mas não têm aprovação da Câmara ou do Congresso Nacional para fazer esses investimentos. É uma questão da nossa responsabilidade. É verdade que tem a Comissão de Orçamento? É. É verdade que é preciso votar o orçamento? É. Mas é importante votarmos os PLNs e estamos aqui até esta hora para votá-los? Também é.

Estamos aqui com vários partidos em obstrução, mas é da nossa responsabilidade votar essas matérias.

Amanhã é quarta-feira. Naturalmente, quinta-feira não é dia de votação na Casa. Se amanhã não se reunir o Congresso Nacional, porque não é matéria da Câmara, mas matéria do Congresso Nacional, pois amanhã há várias matérias para serem votadas também...

Eu queria fazer um apelo aos companheiros para que pudéssemos vencer, hoje ainda, as matérias que estão em pauta. Vamos limpá-la e dar tranquilidade aos ministérios para que façam seus investimentos.

Olha, Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados, na história da Câmara – tenho quatro mandatos, estou há 16 anos nesta Casa –, nunca vi, por exemplo, cincicamente, R\$10 milhões de emendas individuais liberadas equitativamente, independente de Governo ou de oposição. O Governo liberou para todos os Deputados, porque, antes, lamentavelmente, fazia daqui: “Não, quem libera mais? O Governo? Não, libera a oposição”. Como foi importante para a unificação dos Srs. Deputados. Nós estamos aqui aprovando agora, obviamente, o orçamento impositivo.

A Presidente Dilma quase colocou impositivo, dando a todo Deputado essa condição. Por que nós, agora, obstruímos esta matéria, não votamos, para os ministérios fazerem seus investimentos? Eu quero fazer um apelo a meus companheiros Deputados, um apelo veemente, para que possamos, hoje ainda, vencer esta matéria. Temos votado pouco na Casa. Se pegarmos a história dos dois últimos meses, muito pouco temos votado na Casa. É uma oportunidade que nós temos de tentar, pelo menos, limpar, mas com muita responsabilidade, porque são milhões e bilhões que poderão ser investidos no Brasil, e, lamentavelmente, nós não temos aqui aprovados os PLNs, porquanto os Ministérios não farão seus esforços e suas liberações.

Então, Sr. Presidente, em nome do PP e em nome do PROS, eu quero convidar a todos os Deputados e fazer um apelo normal e legítimo. Entendo a obstrução, faz parte do processo legislativo, mas é o momento que nós vivemos, duas semanas. Parece-me que o entendimento é de que o Orçamento seja votado no dia 18. Está indo nessa direção. Na próxima semana, até quarta ou quinta-feira, será votado.

Imagine, nesta semana, amanhã, quarta-feira, porque quinta não tem votação e, na próxima terça e quarta, se não votarmos os PLNs, como ficarão os recursos dos ministérios? Por isso quero fazer um apelo aos meus companheiros para rever essa posição e convidar os Deputados do PP e do PROS, assim como os do PT, do PMDB, do PCdoB, dos partidos que estão aqui marcando “sim”, que seus Deputados possam vir aqui e marcar o “sim”, para votar estas matérias, Sr. Presidente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Convidado os Deputados do PT a virem ao plenário votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Calma, calma. O Deputado Ronaldo Caiado, Líder do DEM, pediu a palavra, tem precedência.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, eu tenho uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Depois do Líder Ronaldo Caiado, V. Ex^a poderá fazê-la.

Deputado Ronaldo Caiado tem a palavra.

O SR. SÉRGIO MORAES (PTB – RS) – Deputado Sérgio Morais votou com o Partido.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente, eu entendo V. Ex^a querer prorrogar, adiar, mas está nítido no painel, pelo número de partidos que estão em obstrução, quase a totalidade, com exceção do PT, do PMDB, do PP, do PV e do PSOL, o senhor veja que todos os outros partidos estão em obstrução. É impossível atingir 257 votos como tal. Então, eu acredito que a Presidência tem que ser muito imparcial.

No primeiro momento, em que se tratava de um veto importante para esta Casa, que era fundamental para nós, em que nós íamos construir por lei a autorização de carreira de Estado para médicos, em que nós íamos exigir que esses médicos cubanos que estão praticando várias iatrogenias aqui com os doentes que lhes são consultados tivessem que fazer o Revalida, rapidamente, o Deputado Sibá Machado assumiu a Presidência, cancelou os oradores e encerrou a sessão. Agora, quando consta no painel a presença de 162 Deputados Federais, e há mais de 40 minutos que nós estamos aqui aguardando para que possamos chegar a 257, há uma diferença secular; não há clima para poder desgastar mais ainda a Casa do que exatamente isso.

Ou seja, o que os Líderes estão dizendo? Vamos reunir primeiramente, vamos traçar um acordo, e, com esse acordo, nós viremos aqui e votaremos.

Tudo hoje foi na improvisação. Nós não tínhamos regra para poder votar os vetos; nós não tínhamos um tempo definido para aguardar e atingir aqui um quórum mínimo.

Duzentos e cinquenta e sete votos, quando é para apreciar veto, abre-se o painel. Agora, quem é que derruba um veto atingindo 257 votos? Então, são essas situações que nós não podemos deixar avançar nesta sessão de hoje, que já desgastou enormemente todos os Parlamentares que aqui estão. Nós gostaríamos que V. Ex^a entendesse que não há mais clima, que está parado lá em 162 Deputados Federais e que encerrasse a sessão, deixando claro que a am-

pla maioria da Casa não deseja mesmo que a sessão de hoje continue.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Um momentinho, Deputado Chico Alencar, só para responder ao Líder Ronaldo Caiado.

Esta sessão começou às 20 horas e 04 minutos. Regimentalmente, nós vamos dar a tolerância de 50 minutos. Então, eu acho que nós temos ainda 24 minutos de tolerância. Eu queria pedir a tolerância de V. Ex^a. Se não der quórum, nós vamos encerrar a sessão.

O Deputado Chico Alencar tem uma reclamação.

Só para também responder ao Senador Líder do Governo, José Pimentel, o Deputado João Campos é um dos formuladores do pedido de verificação, e o Deputado Vanderlei Macris. Ambos estão em plenário e o Deputado João Campos está no exercício da Liderança do PSDB. Portanto, o requerimento é regimental e está sustentado.

O Deputado Chico Alencar queria fazer uma reclamação.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR – MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Lincoln Portela, pela Liderança também?

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PR – MG) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Então, o Deputado Chico Alencar quer formular uma reclamação. Depois eu tenho uma relação aqui de inscritos a quem nós vamos...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Sr. Presidente, peço a atenção, inclusive, do Vice-Presidente da Casa, Andre Vargas. É grave!

A Casa de Leis, obviamente, tem de se pautar pela legalidade. Acabo de presenciar a seguinte situação: no corredor das comissões, bem próximo ao Plenário 16, onde estão reunidos índios mundurucus com vários Parlamentares, Deputados e Senadores, havia um contingente de pessoas, inclusive o Chefe da Segurança da Casa, sempre muito gentil, cordato. Entretanto, duas delas, pelo menos, pessoas muito robustas, sem qualquer identificação, nem o crachá de visitante nem o da Polícia Legislativa. Indaguei ao Chefe da Segurança, que logo saiu em defesa deles, dizendo que eles estavam passeando na Casa.

É óbvio que mesmo quem estiver passeando tem de ter uma identificação. É extraordinário que alguém que esteja na folga queira estar aqui e tenha preferência, inclusive, pela proximidade do plenário em que se reú-

niam os índios com os Parlamentares. Então, é preciso, pelas tensões que há com a decisão desafortunada e, neste momento, absolutamente ilícita de se implantar a Comissão Especial da famigerada PEC 215... Isso é agregar conflito ao conflito, é provocação, mas que, pelo menos na Casa, as coisas sejam transparentes e as pessoas que vierem a trabalhar pela tranquilidade o façam de maneira legal. Se já agem assim nessa situação meio escondida aqui dentro, que dirá o que podem fazer lá fora!

É um absurdo! E o Chefe da Segurança daqui defendeu, dizendo que eles sejam meros servidores da Polícia Legislativa passeando na Casa, pelos corredores das comissões, talvez na falta de algo melhor para fazer em dezembro.

Eles estão lá, na verdade, para evitar tumultos, mas não têm a menor autoridade para fazer isso sem a devida identificação. Isso é uma bandalheira, para usar uma expressão bem conhecida de todos nós.

Eu falei para o Chefe da Segurança da Polícia Legislativa que ele argumentar que eles estavam só passeando ou era ironia ou era considerar que a gente é tolo, totalmente.

Isso não é adequado para a Câmara; eu nunca vi esse tipo de clandestinidade, que não ajuda a tranquilidade, paz e segurança, de maneira alguma.

Peço providências, portanto, elementares, como cumprir o Ato da Mesa que exige a identificação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – A reclamação de V. Ex^a está anotada. Eu tenho certeza de que o Deputado Andre Vargas está no seu gabinete acompanhando a sessão com o Presidente Renan Calheiros. O Deputado já está aqui.

Vou passar a palavra ao Deputado Maldaner. Eu tenho uma relação aqui e vamos segui-la.

Deputado Maldaner, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu só gostaria de cumprimentar todos os colegas e destacar uma importante audiência que tivemos hoje com o Secretário Executivo no Ministério da Fazenda, com o Dr. Diogo e toda a sua equipe, com o Dr. Rabello, onde reunimos toda a agroindústria da bovinocultura de leite, inclusive as cooperativas. Graças a Deus, estamos chegando a um consenso sobre os créditos tributários, principalmente o Cofins, o PIS. Vamos implantar uma política isonômica agora atendendo todo o setor. Com certeza, na terça-feira da semana que vem, vamos bater o martelo com a participação de todos.

E queria também aproveitar, Sr. Presidente, para dizer que tive uma audiência hoje no Ministério da Ciência e Tecnologia e não estava presente aqui na

terceira votação. Mas, se aqui eu estivesse, eu teria votado com o meu Partido, o PMDB.

Era isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA)

– O Deputado José Cirilo está no plenário? (Pausa.)
Não.

Então, o Deputado Elvino Bohn Gass com a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT – RS) – Sr. Presidente, quero fazer o registro da perda do nosso grande líder, lutador pelos direitos humanos, direitos de igualdade, liberdade, contra o *apartheid*, das diferenças raciais, sociais, que é o Mandela.

E quero deixar este registro aqui também numa homenagem à nossa Presidenta, Dilma Rousseff, que pôde falar em nome dos presidentes que estavam lá, junto com as demais lideranças, fazendo essa homenagem a esse grande líder.

Peço que o meu pronunciamento seja dado como lido. E quero deixar registrado aqui que ninguém poderá ser arbitrariamente preso, detido e exilado. A sua luta foi inspiradora para, em nível mundial, nós reforçarmos essa luta contra qualquer *apartheid*, racial ou de gênero, de raças ou diferenças sociais.

Era apenas esse registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

E peço a aprovação da minha solicitação para que seja dado como lido o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO BOHN GASS.

O SR. BOHN GASS (PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Deputados,

“... *ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado...*”

Este é o artigo nono da Declaração Universal dos Direitos Humanos que hoje – 10 de dezembro – celebra seus 65 anos.

É disso que venho lhes falar, hoje, senhoras e senhores: de direitos humanos.

E de um homem e de uma mulher que tiveram, ao longo de suas trajetórias, este direito fundamental violado.

O homem de que lhes falo é Nelson Mandela.

Falecido há pouco, Mandela recebe, hoje, na África do Sul, a maior homenagem que o mundo já fez a um líder político não religioso.

Cerca de 80 Chefes de Estado estão no país de Mandela para demonstrarem o agradecimento e o reconhecimento de suas nações a este líder negro que

durante 27 longos anos ficou preso porque defendia o direito de sermos todos iguais.

E a mulher de quem falo está lá.

É uma das cinco líderes mundiais escolhida para falar na homenagem a Mandela.

Ela se chama Dilma Rousseff.

Não, não é por acaso que Dilma foi chamada a falar no funeral de Mandela.

Como ele, Dilma foi presa por governantes despóticos e desumanos.

Como Mandela, Dilma, teve seus direitos violados.

E como Mandela, o único crime de Dilma foi lutar pelos direitos de liberdade e igualdade.

Então, neste dia em que se comemora os 65 anos de uma Declaração que não é um tratado oficial mas que é, sim, o documento mais importante da humanidade, quero singelamente lembrar e homenagear Nelson Mandela e Dilma Rousseff.

Os princípios da Declaração dos Direitos Humanos estão detalhados em tratados internacionais como

– a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial

– a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de discriminação contra a mulher

– a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança

– a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Infelizmente, apesar de a maioria dos países do mundo atual serem signatários destas declarações, ainda há homens, mulheres e crianças cujos direitos são violados diariamente em nosso tempo.

Esta, senhoras e senhores, é uma Casa onde se fazem leis.

E que tem, portanto, um papel fundamental na defesa dos direitos universais do homem, da mulher e da criança.

Meu convite, hoje, então, é para que reflitamos.

E que conduzamos nossas vidas e nossos mandatos de modo que um dia, tenhamos a certeza de que

... todos os seres humanos são plenos de direitos e liberdades sem distinção alguma de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política, de nacionalidade, de classe social ou qualquer outra situação...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PR – MG) – Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade não para falar do problema que estamos vivendo agora com a obstrução, mas para falar de um problema que

o Brasil está vivendo em relação ao vandalismo e à violência nos Estados.

Eu aprovei aqui nesta Casa – passou por três comissões – a CPI das torcidas organizadas. Passamos essa CPI, inclusive, em forma de projeto de resolução, que foi aprovada há alguns meses na CCJ; já aprovada a redação final também, esperando que venha a plenário.

E essa CPI ou esse projeto de resolução, Sr. Presidente, tramita na Casa desde o ano de 2005, quando atos de violência e vandalismo já aconteciam, antes que a violência se tornasse uma curva ascendente, inflexível e inexorável, como está acontecendo no Brasil hoje.

Mas não é apenas a violência que permeia algumas torcidas organizadas – eu não posso generalizá-las, mas algumas torcidas organizadas –, mas também o tráfico de drogas, tráfico de armas e lavagem de dinheiro. Então, isso é muito sério.

Desde o tempo em que fui secretário municipal adjunto de esportes, em Belo Horizonte, no governo do Prefeito Célio de Castro; desde o tempo em que fui radialista, apresentador do Record em Notícias, na Rede Record de Televisão, já vinham de fontes – nós não podemos, claro, revelá-las, temos que preservar a fonte – esses acontecimentos. E hoje penso que, da mesma maneira, tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de dinheiro e a violência propriamente dita continuam campeando nos lugares abertos dos estádios, nos campos de futebol.

Está aqui uma CPI pronta, um projeto de resolução pronto para ser votado nesta Casa. E espero que esta Casa, o mais rápido possível, tome providências, porque não estamos fazendo isso num momento de comoção. Em todas as semanas, acabam acontecendo momentos de comoção no sentido da violência nos estádios de futebol.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB – MT) – Sr. Presidente, só 30 segundos, porque eu acho que já exauriu todo o tempo, há apenas 172 Deputados compondo o quórum.

Quero lamentar que, pela importância desta votação, como foi colocado pela Base, com todo o respeito a V. Ex^a, que já tem uma história bonita, não haja nenhum membro da Mesa do Congresso nesta sessão.

E mais do que isso, quem está boicotando é a Base do Governo. Cento e setenta e dois votos é a minoria, e a oposição não representa 20%. Aliás, a oposição desta Casa é a menor oposição da América Latina. E o Governo não aprova uma matéria como esta porque não tem interesse; a Base não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Nilson Leitão, o Deputado Andre Vargas estava aqui neste momento, está acompanhando todos os trabalhos. Ele é o Vice-Presidente do Congresso Nacional, portanto, regimentalmente, na ausência do Senador Renan Calheiros, a sua prerrogativa é a de presidir.

O próximo inscrito é o Deputado Afonso Florence, depois o Deputado Eurico Júnior, e depois o Deputado Átila Lins e o Deputado Ronaldo.

Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT – BA) Sem revisão do orador.) – Presidente, rapidamente, dois informes. O primeiro, um informe oficial da Comissão Mista de Orçamento, que acabou de fazer a leitura do Relatório Setorial da Área Três, Integração Nacional e Meio Ambiente, e a reunião foi suspensa e convocada para o dia de amanhã, confirmado o acerto da orientação de V. Ex^a, garantindo a continuidade dos trabalhos dessa sessão e a continuidade da leitura dos relatórios parciais, nesse caso, da integração lá, na Comissão Mista de Orçamento.

Aproveito, Sr. Presidente, para registrar e pedir a divulgação nos *Anais* da Casa que, na sexta-feira, se iniciará a Feira do Couro, no Município de Ipirá, na Bahia, na Bacia do Jacuípe, Município governado com a liderança do Prefeito Ademildo, do Partido dos Trabalhadores.

Ali, nós estamos organizando um importante setor courreiro e, a partir da sexta-feira à noite, a saudação para todo o povo da Bacia do Jacuípe, em particular, do Município de Ipirá. E registrar que nós ainda temos tempo, queremos convocar a Bancada do PT e dos Partidos que orientam “sim” para se fazerem presentes, votarem “sim”, garantir a prorrogação da sessão.

Se a oposição nesta Casa é a menor dos Parlamentos da América Latina, só tem uma confirmação com as intenções de voto recentemente divulgadas em relação ao Governo da Presidenta Dilma. É tempo, talvez, de a oposição rever suas posições, suspender a obstrução e permitir a continuidade do debate e apreciação da matéria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Eurico Júnior.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui três registros importantes. O primeiro deles sobre a Oi Velox, no Município de Paty do Alferes. Desde o final do mês passado, não pega, no Distrito de Avelar, a Oi Velox, impedindo que a comunidade tenha acesso à internet.

A segunda é que, nessa sexta-feira, o Município de Paty do Alferes vai comemorar 26 anos de eman-

cipação e 25 anos de administração. A Câmara Municipal vai realizar sessão solene no Ginásio Esportivo Hugo Correa Bernardes, que foi o primeiro Presidente da Câmara de Vereadores de Paty do Alferes, às 19 horas, quando serão homenageadas, com o título de Cidadania e com o título de Mérito Municipal, diversas personalidades, entre elas, Sr. Presidente, o reitor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, Professor Oscar, que está fazendo um belíssimo trabalho à frente daquele colégio.

E, para finalizar, Sr. Presidente, na quinta-feira passada, eu estava aqui no plenário e ia fazer um discurso. Por quê? Porque, na quinta-feira, estávamos comemorando, em Paty do Alferes, 85 anos da implantação do primeiro hotel fazenda que foi criado no Brasil. Trata-se do Hotel Fazenda Quindins, que foi criado em 5 de dezembro de 1928 pelo meu avô Antônio Pinheiro Bernardes, que, não tendo colégio na comunidade de Paty do Alferes, transformou a fazenda num hotel para que, através dos hóspedes, os seus seis filhos tivessem contato com pessoas instruídas para que os filhos pudessem ser educados. Daí, começou-se a organizar aquele que hoje é o Município de Paty do Alferes, que agora, neste domingo, completa 25 anos, o que será comemorado na sexta-feira.

Foi importante uma pessoa, há 85 anos, ter uma visão de cultura e transformar a sua fazenda no primeiro hotel fazenda. Depois de passar a administração pelo meu pai, por mim e, hoje, pelo meu filho, Eurico Pinheiro Bernardes Neto, que é vereador naquela cidade, o hotel está lindo e maravilhoso e se transformou numa grande casa de festas. São 85 anos de história dentro da mesma família.

Sr. Presidente, muito obrigado. Que se pudesse fazer o registro na Hora do Brasil.

Eu gostaria de orientar a orientação do PV para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O próximo inscrito é o Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (PSD – AM) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero justificar a ausência em algumas votações do Congresso Nacional e dizer que, nas votações de que não participei, acompanhei a orientação do meu Partido, o PSD.

Em segundo lugar, eu quero registrar que, amanhã, pela manhã, a Assembleia Legislativa do Amazonas, por iniciativa do Deputado Estadual Belarmino Lins, vai fazer a entrega da Medalha do Mérito Ruy Araújo ao Coronel Roberto Rocha, coordenador da Defesa Civil no Estado do Amazonas, um militar que tem prestado relevantes serviços no meu Estado nesse árduo trabalho de ajuda nas calamidades, nas en-

chentes, sempre atuando com muita eficácia e muita competência no apoio às comunidades interioranas.

Portanto, entendo como de grande valia e de grande importância essa homenagem que a Assembleia Legislativa fará amanhã ao Coronel Roberto Rocha, entregando a ele a maior condecoração do Poder Legislativo amazonense. Quero, portanto, cumprimentar o Coronel Roberto Rocha por essa homenagem. E que isso fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Ronaldo.

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria fazer uma comunicação importante para Santa Catarina.

Ontem, a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (Amesc), presidida pelo Prefeito Ronaldo Carlessi, do PMDB, realizou um evento na cidade de Sombrio, cujo anfitrião foi o Prefeito Jânio Cardoso, também do PMDB de Santa Catarina. Nesse evento, foi apresentado um livro sobre todas as potencialidades econômicas, turísticas, humanas, educacionais, de infraestrutura – como a BR-101 já duplicada –, todas as condições oferecidas a empresas do exterior do Brasil que queiram fazer grandes investimentos industriais e turísticos naquela região, para que ela possa se desenvolver ainda mais, uma vez que é uma das regiões do Estado de Santa Catarina deprimidas economicamente, que precisa de investimentos para o desenvolvimento das pessoas, para a melhoria de vida das pessoas.

Aliás, no Brasil, estamos precisando de todas essas condições. O Brasil precisa de investimento ainda maior em capital humano, em saúde, em educação de qualidade, em infraestrutura, como portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, energia elétrica, e também tecnologia para a competitividade.

Quero dizer então que aconteceu esse fato ontem, esse grande encontro na cidade de Sombrio, no Estado de Santa Catarina.

Também eu dizia aqui, com pesar: infelizmente, com relação ao carvão do extremo sul de Santa Catarina, não vai haver a entrada no leilão A-5, porque, segundo as informações, não houve, na verdade, interesse, porque os preços oferecidos pelo Governo eram muito baixos, e não havia condições de competitividade para, daqui a cinco anos, colocar-se energia termoelétrica, tão necessária para o desenvolvimento e para a energia elétrica...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO BENEDET (PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente, o PT...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Eu vou ser mais breve agora, porque estamos chegando ao final da sessão.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Picciani.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB – RJ) – O PMDB passa à obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – PMDB, obstrução.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT – PR) – Deputado Amauri.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – O PT também quer entrar em obstrução, mas quer agradecer ao PROS, ao PMDB, ao PCdoB, ao PSOL, que fizeram um esforço maior para que conseguíssemos realizar esta sessão e trazer recursos para viabilizar a gestão do País, dos Municípios, do Estado e da União.

Infelizmente, para não prejudicar mais ainda o Partido, nós estamos entrando em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – PMDB e PT em obstrução.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – PCdoB em obstrução.

O SR. RENATO MOLLING (Bloco/PP – RS) – O Partido Progressista e o PROS, aqui o nosso Vice-Líder Carimbão... O Partido Progressista está fazendo um esforço junto com o PROS no sentido de votarmos a pauta e darmos condições de legislação efetiva do que é necessário para o desenvolvimento do País. Infelizmente, não temos o quórum.

Então, o partido, para não haver prejuízo das ausências, entramos em obstrução, os dois partidos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – PP e PROS em obstrução também.

O próximo inscrito é o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Sr. Presidente, só para um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – V. Ex^a vai falar.

Deputado Afonso Hamm, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP – RS) – Presidente Pellegrino, eu só queria dar o meu discurso como lido e divulgar através da Voz do Brasil. Ele se refere à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, faculdade pela qual sou formado como engenheiro agrônomo,

mo, no Município de Pelotas. É o curso de agronomia mais antigo do País.

No dia de 7 de dezembro agora, comemorou 130 anos, e eu tive a felicidade de estudar e ter concluído o curso de agronomia nessa universidade, a exemplo também do meu filho, Tauê Hamm, que, a exemplo de tantos profissionais, está hoje atuando na área da agronomia, no mercado de trabalho em atividade ligada fundamentalmente à agricultura, pecuária e ao agronegócio.

Então, queria fazer um registro, inclusive fazendo a comunicação em relação ao nosso diretor, Manoel Luiz Brenner de Moraes, e, em nome dele, fazer um cumprimento extensivo a todos os professores e ao quadro de funcionários, naturalmente lembrando que a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel faz parte da Universidade Federal de Pelotas, a UFPel.

Nesse sentido, queria dar publicidade pela importância da história da Faculdade de Agronomia, faculdade na qual tive a felicidade de concluir o curso.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO AFONSO HAMM.

O SR. AFONSO HAMM (PP/RS – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, registro, nesta tribuna, a celebração dos 130 anos da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Vale notar que a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel é a mais antiga do País com atividades ininterruptas, dando, de fato, efetivo cumprimento aos seus relevantes objetivos em prol da educação de qualidade, formando engenheiros agrônomos com densidade cultural, adequado preparo humanístico, elevado conteúdo político e sólidos conhecimentos científicos e tecnológicos. Com justiça, distingue-se a instituição, há muito, reconhecida pela excelência do ensino na área de Ciências Agrárias, seja no âmbito da graduação, como também nos cursos de pós-graduação.

Realmente, não faltam motivos de orgulho às comemorações do dia 7 de dezembro de 2013, data que assinala os 130 anos da FAEM.

A propósito dessa celebração que se faz acompanhar de expressões de justificado júbilo, não posso deixar de referir o fato de que fui aluno da FAEM na década de 80. Na mesma época, além de me dedicar aos estudos de Agronomia, jogava no Grêmio Esportivo Brasil de Pelotas.

Esses antigos laços e memórias reforçam, portanto, ainda mais as razões do apreço, respeito e admiração que sinto em relação ao Município de Pelotas, ao Grêmio Esportivo Brasil de Pelotas, à Faculdade

de Agronomia Eliseu Maciel e à Universidade Federal de Pelotas.

Formado em Agronomia pela UFPel, tenho, sim, em especial, imensa dúvida de gratidão com a instituição que me transmitiu os conhecimentos e valores fundamentais, imprescindíveis, para que eu pudesse enfrentar e atender os desafios e obrigações que se apresentariam, a seguir, em minha vida profissional e na atividade política. A experiência e a formação acadêmica constituíram, sem dúvida, os degraus que me conduziram, com a necessária determinação, para a etapa seguinte de minha existência e ao desempenho de funções como as de: Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, em Bagé; assessor especial do Ministério da Agricultura, na gestão do Ministro Pratini de Moraes; Coordenador do Programa Nacional de Fruticultura; Presidente do Comitê de Fruticultura da Metade Sul do Rio Grande do Sul; Diretor Administrativo da Emater/RS; Coordenador do Programa Estadual de Fruticultura; Diretor Técnico do Federarroz e do Clube de Plantio Direto; e também a missão de gerenciar o Programa Nacional de Desenvolvimento da Fruticultura.

Hoje, ao render justa homenagem à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, saúdo, o diretor Manoel Luiz Brener de Moraes, os demais membros da Direção e do Conselho Departamental, bem como o corpo docente e discente, os fundadores da FAEM, os servidores e os alunos de ontem e de hoje, todos, enfim, que já concorreram e ainda concorrem para a grandeza e o alto conceito da instituição.

Aproveito a oportunidade para expressar os votos de contínuo êxito e renovada confiança no valor da educação, da ciência, da pesquisa e da tecnologia. Ao mesmo tempo, reafirmo, nesta tribuna, principalmente, o compromisso de apoio às causas e projetos de interesse da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), porquanto essas instituições vêm abrindo as portas do futuro para sucessivas gerações de estudantes, contribuindo sempre para promover a qualidade do ensino e para a formação de profissionais identificados pela competência e pelo elevado senso de responsabilidade, preparando cidadãos e cidadãs úteis à sociedade, criando, sobretudo, bases sólidas e seguras para o desenvolvimento do País.

Como deputado federal, já indiquei emenda para faculdade, no valor de R\$ 200 mil, para reforma e modernização do prédio. Outra emenda que destinei foi para universidade foi no valor de R\$ 250 mil para aquisição de Equipamentos para a Gráfica da universidade, já concretizada e efetiva impressão de diversas obras que tem servido de subsídio no ensino de toda região zona sul.

Peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa Legislativa.

Era o que eu tinha a manifestar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Fábio Trad tem a palavra.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – ... conforme V. Ex^a definiu...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Vou encerrar, vou encerrar. Posso me permitir dar a palavra aos últimos dois oradores, Deputado Fábio Trad e Deputado Renan Filho, e depois vou encerrar.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM – GO) – V. Ex^a poderia pelo menos encerrar, e os dois falariam? Não teria problema nenhum. Encerraria a votação. V. Ex^a disse 20h53min e já 20h52min...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Eu vou encerrar, eu vou encerrar. É só um minuto. Peço a tolerância de V. Ex^a e vou encerrar. É porque há alguns avisos, inclusive para encerrar a sessão também.

Queria passar a palavra ao Deputado Fábio Trad e, em seguida, ao Deputado Renan Filho, e depois vou encerrar, se V. Ex^a me permitir.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – As milhares de merecidas homenagens à memória de Nelson Mandela, que se celebram em todo o mundo e, de forma justificadamente arrebatadora, em seu país, a África do Sul, dão bem a dimensão humana e política desse que, sem dúvida, está entre os maiores líderes do século XX, ao lado de Gandhi, Luther King e talvez Winston Churchill.

Sua fortaleza moral, a inabalável convicção de que a cor da pele não poderia dividir uma nação e, sobretudo, a moderação exercitada para sobreviver aos 27 anos de prisão nas masmorras do governo racista foram fundamentais para conferir a Mandela as condições de liderar o processo que pôs fim ao odioso regime do *apartheid*, substituindo-o por uma democracia racial e evitando o “troco”, a vingança da maioria negra que os brancos tanto temiam.

Quando a repressão do regime segregacionista...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – O painel travou, Deputado.

Pois não, pode concluir.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu pensava que seriam três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA)

– Mas é que aceleramos para que todos pudessem falar, porque a sessão tem que se encerrar às 20h54.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – Então, exercitando o meu poder jornalístico de síntese, vou...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Mas o discurso de V. Ex^a será dado como lido na sua integridade.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – ...concluir dizendo o seguinte: ainda agora, quando a Presidente Dilma convida seus antecessores Lula, Fernando Henrique, José Sarney e Fernando Collor a irmanarem-se na representação oficial do País nos funerais de Mandela, o Brasil se dá conta da extraordinária força de persuasão do exemplo de concórdia e de superação de divergências e de antagonismos que o extraordinário líder sul-africano deixa como herança para o mundo.

Nesse sentido, o convite da Presidenta e a aquescência de seus antecessores consagram-se como primeira e emblemática evidência de que o legado de diálogo e de transigência mútua deixado por Mandela pode, sim, fazer a diferença.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD.

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, As milhares de merecidas homenagens à memória de Nelson Mandela, que se celebram em todo o mundo e, de forma justificadamente arrebatadora em seu país, a África do Sul, dão bem a dimensão humana e política desse que, sem dúvida, está entre os maiores líderes do século vinte, ao lado de Gandhi, Luther King e, talvez, Winston Churchill.

Sua fortaleza moral, a inabalável convicção de que a cor da pele não poderia dividir uma nação, e, sobretudo, a moderação exercitada para sobreviver aos 27 anos de prisão nas masmorras do governo racista, foram fundamentais para conferir a Mandela as condições de liderar o processo que pôs fim ao odioso regime do apartheid, substituindo-o por uma democracia racial e evitando o “trôco”, a vingança da maioria negra que os brancos tanto temiam.

Quando a repressão do regime segregacionista se converteu em barbárie institucionalizada, com assassinatos de centenas de negros, o até então pacifista Mandela defendeu a opção do Partido Nacional Africano (CNA) pela luta armada, com um argumento moral definitivo:

– Quando os que detêm o poder não nos dão liberdade, então temos de lutar para conquistar o poder – proclamou Mandela desde a prisão.

Libertado em consequência da pressão internacional sobre o governo sul-africano, Nelson Mandela, como disse alguém, evitou que a liberdade o tornasse prisioneiro da vingança.

Não há dúvida de que a construção de uma democracia multirracial sobre os escombros do apartheid só foi possível pelo vigor do exemplo de contenção e pelo discurso conciliador de Mandela, sem o que, a transição na África do Sul provavelmente teria mergulhado em um banho de sangue, desses que infelicitam o continente africano em favorosas guerras tribais.

Herói da libertação africana, Prêmio Nobel da Paz e referência mundial de concórdia e tolerância, Mandela soube sublimar os 27 anos de sofrimento na prisão, em favor da construção de uma democracia racial.

Por isso, inscreve-se entre os raríssimos que, na política, se tornam mitos universais ainda em vida.

Quanto aos “donos do poder branco” que o encarceraram por 27 anos, desapareceram na poeira da história, tendo o perdão de Mandela como único consolo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ainda agora, quando a presidente Dilma convida seus antecessores Luis Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Fernando Collor a irmanarem-se na representação oficial do país nos funerais de Mandela, o Brasil se dá conta da extraordinária força de persuasão do exemplo de concórdia e de superação de divergências e antagonismos que o extraordinário líder sul-africano deixa como herança para o mundo.

Mandela tinha convicção de que gestos de cortesia, consideração e generosidade têm o poder de reduzir conflitos e atenuar rivalidades.

Neste sentido, o convite da Presidente Dilma e a aquescência de seus antecessores consagram-se como primeira e emblemática evidência de que o legado de diálogo e de transigência mútua, deixado por Mandela, pode, sim, fazer a diferença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Último orador da sessão, Deputado Renan Calheiros Filho.

O SR. RENAN FILHO (PMDB – AL) – Sr. Presidente, é com muita tristeza que retorno à tribuna da Câmara dos Deputados para, mais uma vez, falar e relatar aqui um grave problema que aconteceu em Alagoas, ainda no início desta semana.

Tenho subido a esta tribuna, Sr. Presidente, para denunciar o descaso com a segurança pública no Estado de Alagoas. Alagoas, que era um Estado pacato, transformou-se no mais violento do Brasil. Tem em Ma-

ceio, a nossa querida capital, a bela Maceió, a cidade mais violenta do País e a sexta mais violenta do mundo!

Mas nesta semana, Sr. Presidente, para tristeza geral da sociedade alagoana e para a desmoralização do aparato de segurança do Estado, um policial militar do Município de Porto de Pedras foi arrancado de dentro do Grupamento de Polícia Militar do Município e assassinado em praça pública.

De forma, Sr. Presidente, que já vencemos todos os limites em um Estado onde o cidadão não tem mais segurança. Agora, a própria Polícia já não tem mais segurança dentro dos grupamentos da Polícia Militar!

Isso não é aceitável. É inadmissível! O Estado de Alagoas se transformou no mais violento do Brasil justamente porque as coisas vêm sendo tratadas sem foco, sem organização, sem resultados, sem metas, sem priorização do que verdadeiramente é necessário ser feito. Isso já venceu todos os limites do aceitável. Nós não podemos aceitar, porque agora já está intimidada também a Polícia Militar.

Todas as entidades de classe se reuniram em Alagoas e fizeram o enterro simbólico do aparato de segurança pública do Estado, o que nos envergonha a todos e exige providências rápidas.

Esse era o relato que eu tinha a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Feito o registro e não havendo número regimental...

O SR. FÁBIO TRAD (PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas para dar como lido o discurso na sua íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Defiro o pedido de V. Ex^a.

V. Ex^a entregue à Taquigrafia o inteiro teor do pronunciamento de V. Ex^a, que será transscrito nos *Anais da Casa*.

Não havendo número regimental, dou por encerrada a votação.

Antes, porém, de encerrar a sessão, darei alguns avisos.

O primeiro é que a Presidência deste Congresso lembra que, amanhã, o Congresso Nacional estará reunido e convocado em Sessão Solene destinada à devolução simbólica do mandato presidencial de Sua Excelência o ex-Presidente João Belchior Marques Goulart. Essa sessão será realizada amanhã, às 12h30min, no Plenário do Senado Federal.

Também aviso que o Presidente do Senado Federal comunica aos Srs. Senadores que a sessão ordinária que estava convocada para hoje está cancelada.

Informamos também, como já foi dito, que a sessão extraordinária da Câmara Federal que estava convocada para hoje foi cancelada.

Por último, o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, informa que há uma nova sessão ordinária convocada do Congresso Nacional para o próximo dia 17 às...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, nós temos uma experiência...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – ... de que essas matérias só serão aprovadas por votação nominal. Mas nós não temos como deliberar com as sessões começando às 19 horas. Por isso, eu proporia que a sessão do dia 17, próxima terça-feira, começasse às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – A sessão do Senado?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – S. Ex^a o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, convocou a sessão para as 19 horas do dia 17, mas vou levar a ele esse pleito do Líder do Governo. V. Ex^a também, certamente, o fará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É porque sessão às 19 horas, com o grau que está posto no final do ano, não vai conseguir conduzir para nada, porque vai ser votação nominal e nós sabemos... Basta ver essa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Nobre Líder...

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Um momento, Deputado Eurico Júnior, por favor.

V. Ex^a é conhecedor do Regimento desta Casa. Eu estou presidindo os trabalhos da sessão e não tenho prerrogativas do Presidente do Congresso e do Senado para convocar sessão e muito menos para fixar horário.

A informação que eu tenho é que o Presidente do Senado e do Congresso convocou a próxima sessão ordinária para o dia 17, às 19 horas. Mas levarei, como Presidente desta sessão, ao conhecimento do Presidente do Congresso o pleito da Liderança do Governo no Congresso, nesta Casa, para que haja antecipação para as 14 horas. Acredito que o Senador Renan Calheiros será sensível ao pleito de V. Ex^a e avisará a Casa no tempo regimental sobre a mudança do horário.

Deputado Eurico Júnior, V. Ex^a queria falar?

O SR. EURICO JÚNIOR (PV – RJ) – Só para fazer o último comunicado, Sr. Presidente, agradecendo pela deferência.

Nós estamos recebendo aqui, no plenário, o Vice-Reitor do Colégio Pedro II, Prof. Marcelo, e sua comitiva, com o Sr. Antônio Palmeira e demais membros. Eles vão participar, amanhã, de uma reunião, na Secretaria Nacional do Ensino Técnico, com o Dr. Marco Antônio Oliveira.

Então, é uma honra muito grande a gente estar recebendo aqui o Vice-Reitor Prof. Marcelo, recém empossado pelo Ministro da Educação.

O Pedro II tem 14 unidades no Estado do Rio de Janeiro e é uma referência nacional em termos de educação. Então, a gente fica muito feliz aqui.

Eu queria, neste dia, encerrar, neste dia em que temos o fórum mundial, parabenizando V. Ex^a pela condução dos trabalhos à frente do Congresso Nacional.

Sr. Deputado, muito obrigado.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado João Campos.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Eu gostaria de, antes de encerrar a sessão, fazer referência a duas datas que reputo muito importantes.

O segundo domingo de dezembro, que foi antecipadamente, celebra o Dia da Bíblia.

A Bíblia é o livro mais lido do mundo, traduzido no maior número de línguas e dialetos, é o livro que inspira os legisladores, que traz todos os princípios que orientam as ciências jurídicas, o Direito.

Eu queria, portanto, aproveitar este instante para homenagear aquele livro que, para nós, cristãos, não é apenas um livro, mas a palavra de Deus revelada aos homens.

E ontem, Sr. Presidente, foi o Dia Internacional contra a Corrupção. E esta Casa, em função de a pauta estar trancada, não tem oportunidade de votar nenhum projeto que fortaleça o Brasil no enfrentamento à corrupção.

No ranking mundial dos países, em relação à corrupção, o Brasil perdeu três posições na última avaliação.

Eu sou autor de um projeto, Sr. Presidente, mais amplo que aquele que foi votado pelo Senado, que classifica a corrupção como crime hediondo. O meu projeto, além de classificar a corrupção como crime hediondo, premia o cidadão que a denuncia, porque

1% do valor do dinheiro recuperado irá para esse cidadão, para estimulá-lo a também fazer a sua parte. E o policial que fizer a investigação e elucidar o crime será promovido na carreira, independentemente de vaga.

Mas, lamentavelmente, o projeto sequer foi aprovado no Senado e nós temos oportunidade de aprová-lo nesta semana em que está inserido o dia internacional de enfrentamento à corrupção.

Eu queria fazer o registro dessas duas datas, que reputo muito importantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino. PT – BA) – Deputado João Campos, também é importante registrar que hoje é um dia importante para a humanidade. Hoje, dia 10 de dezembro, é o dia em que marcamos e comemoramos a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

No mundo inteiro, essa carta foi fundamental logo depois da Segunda Guerra Mundial, dos horrores da Segunda Guerra. As nações, em sessão, se reuniram e proclamaram essa carta, que é universal e que tem sido uma referência muito grande.

E quero registrar também que hoje nós realizamos uma sessão histórica do Congresso Nacional. Pela primeira vez, nós realizamos uma sessão com voto em aberto para apreciação de vetos, uma decisão que esta Casa tomou em conjunto. Tanto o Senado como a Câmara tomaram essa decisão histórica, que vai em direção à transparência, para que o povo brasileiro possa conhecer plenamente o conteúdo dos votos dos Parlamentares aqui manifestos.

Então, também teria que registrar que esse foi mais um esforço do Congresso Nacional no sentido de dar sua contribuição para a transparência, para o combate à corrupção, como várias iniciativas que nós temos tramitando nesta Casa, inclusive da autoria de V. Ex^a e de outros.

Então, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrados os presentes trabalhos.

Não há resultado a proclamar, porque não houve quórum. Portanto, dou por encerrados os trabalhos e encerro a presente sessão.

Uma boa noite a todos.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 6 minutos.)

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente:	Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente:	Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente:	^{8 e 9}
3º Vice-Presidente:	Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA) ^{7 e 9}	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵ 2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR) ^{7 e 12}
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomem (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihsoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Aníbal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	†
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Hornero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{6, 10, 28, 30 e 31}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12} 2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 21}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15} ¹⁴	1. ¹⁴ 2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, da Liderança do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Designado o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 21- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Osvaldo Sobrinho (PTB/MT) ^{3, 6 e 7} 2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
LÍDER DA MAIORIA JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
LÍDER DA MINORIA NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA	SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA
DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA	SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA
DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

(Atualizada em 05.12.2013)

Notas:

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁶
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma do titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro¹
Relator: Senador Romero Jucá¹

Instalação: 12-3-2013¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	PRESIDENTE Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE André Vargas (PT-PR)	1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Fábio Faria (PSD-RN)	2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO Marcio Bittar (PSDB-AC)	1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIO Simão Sessim (PP-RJ)	2º SECRETÁRIO Angela Portela (PT-RR)
3º SECRETÁRIO Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP-PI)
4º SECRETÁRIO Biffi (PT/MS)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB-PI)
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB-CE)
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB-MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Décio Lima (PT/SC)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Vital do Rêgo (PMDB-PB)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO****Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Coordenador:** Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA****Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Carlos Sampaio ^{3, 10}
Eduardo Azeredo	
Luiz Carlos Hauly ^{4, 11}	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Vago ⁵	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Gim ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁵
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁹	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Luiz Henrique ⁹	Eduardo Amorim

(Atualizada em 26.09.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nº's 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054

GESTÃO - 00001

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN
cópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o
de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão:
00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de
ras pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 146 páginas
(OS: 18130/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

